



Universidade Federal
de Campina Grande

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA - UNAGEO
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

FRANCISCO DORNELLES FERNANDES DA SILVA

**AGRICULTURA FAMILIAR E RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO:
CONTRIBUIÇÕES NA CONSTRUÇÃO DE UMA IDEOLOGIA
CAMPONESA**

CAJAZEIRAS – PB

2023

FRANCISCO DORNELLES FERNANDES DA SILVA

**AGRICULTURA FAMILIAR E RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO:
CONTRIBUIÇÕES NA CONSTRUÇÃO DE UMA IDEOLOGIA
CAMPONESA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da
Unidade Acadêmica de Geografia do Centro de Formação de
Professores da Universidade Federal de Campina Grande.

Orientador(a): Professora Dra. Mara Edilara Batista de
Oliveira

CAJAZEIRAS-PB

2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação -(CIP)

S586a	Silva, Francisco Dornelles Fernandes da. Agricultura familiar e recriação do Campesinato: contribuições na construção de uma ideologia camponesa / Francisco Dornelles Fernandes da Silva. - Cajazeiras, 2023. 117f. : il. Bibliografia. Orientadora: Profa. Dra. Mara Edilara Batista de Oliveira. Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG/CFP, 2023. 1.Agricultura. 2.Campesinato. 3.Agricultura Familiar. 4.Resistência. 5.Recriação do campesinato. 6.Ideologia camponesa. 6.Produção agroecológica. 7.Agronegócio. I. Oliveira, Mara Edilara Batista de. II. Título. UFCG/CFP/BS CDU – 338.43
-------	--

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

FRANCISCO DORNELLES FERNANDES DA SILVA

**AGRICULTURA FAMILIAR E RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO:
CONTRIBUIÇÕES NA CONSTRUÇÃO DE UMA IDEOLOGIA
CAMPONESA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da
Unidade Acadêmica de Geografia no Centro de Formação de
Professores da Universidade Federal de Campina Grande.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Orientadora

Prof^a. Dra. Mara Edilara Batista de Oliveira

Examinador

Prof. Dr. Aldo Gonçalves de Oliveira

Examinador

Prof. Me. Matheus Gouveia

AGRADECIMENTOS

Minha mãe sempre me ensinou agradecer a Deus por todas as conquistas. Não sou um cara religioso, mas começo agradecendo a ele por ter me concebido tamanha coragem e força para estar aqui. Para a pessoa que me ensinou isso e tantas outros ensinamentos da vida, minha Mãe, dona Luzia Fernandes Vieira da Silva, uma das maiores alfabetizadoras que já presenciei, quero agradecer a ela por tudo que já fez e tem feito para mim, é você a fonte de inspiração para seguir essa profissão tão nobre e foi nas suas batalhas diárias na escola que aprendi o valor da vida.

Agradeço também a toda minha família, meu pai, minha irmã, minhas tias e todos os familiares. Também destaco grande agradecimento aos meus primos e família de “Tio Antônio” em João Pessoa, que sempre me deram suporte em todas as minhas lutas físicas e de saúde, vocês também fazem parte desse processo.

Agradeço à minha orientadora, Prof. Dra. Mara Edilara Batista de Oliveira, que tão gentilmente aceitou essa “empreitada” comigo, foi a partir de suas aulas e discussões sobre esse tema, em que me inspirei e busquei discutir o campesinato. Suas aulas e seus ensinamentos jamais serão esquecidos, e portanto, estarão presentes em minha sala de aula e em meus futuros projetos.

Agradeço à banca examinadora, Prof. Me. Matheus Gouveia e o Prof. Dr. Aldo Gonçalves de Oliveira, por ter aceitado com muita humildade avaliar esse momento tão esperado e batalhado por mim. Utilizo desse gancho para também agradecer a todos os professores da Unidade Acadêmica de Geografia do Centro de Formação de Professores, por todos os ensinamentos, não só teóricos, mas também de caráter e de vida. Destaco aqui também um agradecimento especial ao professor Aldo, em que com muito orgulho, carregarei em minhas aulas, o muito das suas aulas. Foi gratificante aprender a nobreza da Geografia no Residência Pedagógica.

Devo agradecer também a toda turma de Geografia do período 2018.2, em que nesses muitos anos de caminhada tive a alegria de conhecer um pouco de todos e sempre serão lembrados por mim. Em especial, aos meus grandes amigos Alysson, Flaiany, Lara e Vitória Galdino, onde possuo grande respeito por serem verdadeiros amigos nessa caminhada, jamais esquecerei todas nossas conversas.

Agradeço aos meus grandes amigos, Nicolas Tavares e Matheus Abrantes, que não cabe em palavras o quanto vocês são importantes em minha vida. Para Nicolas, agradeço por toda

força, conselho e espero que um dia mude sua opinião sobre os filmes de Quentin Tarantino. A Matheus, agradeço por toda sua ajuda, seja acadêmica ou de conselhos, onde sempre os segui, embora nunca seguirei seus conselhos amorosos.

Para além desses, outros grandes amigos como Claudio Henrique, Ricardo, Amanda, Samara, Camila, Yasmin, Nivea, Daniel, Danielle, Geovanna, Dayane, Isabela e Edileide, obrigado por estarem presentes em meu cotidiano, sem o reforço de amizade de vocês, nada disso seria possível.

Não poderia ficar sem agradecer aos meus amigos Deisyanne, Mirelly e Gustavo, que nesses últimos meses estiveram bastante presentes e aguentaram minhas reclamações, me acolheram e me incentivaram.

Por fim, preciso agradecer a todos os agricultores que tão gentilmente, me acolheram em suas casas e participaram dessa pesquisa com muito orgulho. Em especial à José Victor e Marcelo, que dedicaram um dia todo para mostrar a sua vida no campo.

Dedico à minha família, em especial minha mãe, que sempre esteve presente nessa trajetória, me apoiando e me incentivando.

RESUMO

Da modernização na agricultura brasileira, incentivada principalmente pelos modelos produtivos capitalistas, surge o agronegócio como estrutura agrária dominante no Brasil. O agronegócio é responsável por introduzir no cenário agrário brasileiro, diversas problemáticas presenciadas nos dias atuais, como a segregação da população do campo, a degradação ambiental, os conflitos sociais no campo e o grande déficit de produção de alimentos em prol da produção de *commodities*. Como resistência a esse modelo e muito motivado pelas lutas históricas no cenário agrário desse país, se tem a classe social camponato, que buscam em meio a esse cenário, formas de produzir e se reproduzirem enquanto camponês. É no camponato em que percebemos as diversas características que compreendem essa resistência, como: a produção agroecológica, o uso de técnicas tradicionais, a grande produção de alimentos responsável por abastecer o país, a preservação de seus saberes, culturas, tradições e sua ideologia baseada no seu modo de vida. Em meio a esse cenário, uma gama de teóricos brasileiros e estrangeiros, acreditam que esse camponato se recriou no cenário capitalista como uma forma de resistência social, garantindo sua existência e intensificando sua luta de classe contra o agronegócio. Nesse sentido, buscamos nesta pesquisa analisar a agricultura familiar que faz parte dessa recriação enquanto processo de resistência do camponato, e com isso propor alternativas que contribua para intensificação dessa resistência em âmbitos sociais. Para idealização desse objetivo, tivemos como objeto de estudo e como recorte da pesquisa, os sítios/agricultores do município de Uiraúna-PB como sujeitos participantes para análise, caracterização e identificação dessa classe social. Usamos para isso, a metodologia qualitativa, conjuntamente com entrevistas semiestruturadas e a observação desses indivíduos, a partir do trabalho de campo em feiras livres e no lugar de vivência e produção desses sujeitos. Como proposta de intervenção utilizamos o território da Escola, como meio para intensificar a ideologia camponesa discutindo, portanto, as territorialidades do camponato por meio de práticas de ensino em Geografia. Ao final, é visto todo o processo dessa pesquisa e a análise final sobre os objetivos propostos relacionados à caracterização e as contribuições ideológicas na recriação do camponato.

Palavras-chaves: Camponato; Agricultura Familiar; Resistência; Recriação; Ideologia.

RESUMEN

Desde la modernización de la agricultura brasileña, incentivada principalmente por modelos productivos capitalistas, el agronegocio emerge como la estructura agraria dominante en Brasil. El agronegocio es responsable de introducir en el escenario agrario brasileño, varios problemas que se presentan en la actualidad, como la segregación de la población rural, la degradación ambiental, los conflictos sociales en el campo y el gran déficit de producción de alimentos, en favor de la producción de commodities. Como resistencia a este modelo y muy motivada por las luchas históricas en el escenario agrario de este país, está la clase social campesina, que busca en medio de este escenario, formas de producir y reproducirse como campesinos. Es en el campesinado en que percibimos las distintas características que componen esta resistencia, como: la producción agroecológica, el uso de técnicas tradicionales, la gran producción de alimentos responsables del abastecimiento del país, la preservación de sus saberes, culturas, tradiciones y sus ideología basada en su forma de vida. En medio de ese escenario, diversos teóricos brasileños y extranjeros creen que ese campesinado fue recreado en el escenario capitalista como una forma de resistencia social, garantizando su existencia e intensificando su lucha de clases contra el agronegocio. En ese sentido, buscamos en esta investigación analizar la agricultura familiar que forma parte de esta recreación como un proceso de resistencia campesina, y con ello proponer alternativas que contribuyan a la intensificación de esta resistencia en los espacios sociales. Para la idealización de este objetivo, tuvimos como objeto de estudio y como parte de la investigación, los campesinos/agricultores del municipio de Uiraúna-PB como sujetos participantes para el análisis, caracterización e identificación de esta clase social. Para ello, utilizamos la metodología cualitativa, junto con entrevistas semiestructuradas y la observación de estos sujetos, a partir de trabajos de campo en ferias libres y en el lugar donde vivían y producían estos sujetos. Como propuesta de intervención, utilizamos el territorio de la Escuela, como medio para intensificar la ideología campesina, discutiendo así las territorialidades del campesinado a través de las prácticas de enseñanza en Geografía. Al final se ve todo el proceso de esta investigación y el análisis final sobre los objetivos propuestos relacionados con la caracterización y aportes ideológicos en la recreación del campesinado.

Palavras – llave: Campesinato; Agricultura Familiar; Resistencia; Recreación; Ideología.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Registro da feira livre no centro de Uiraúna-PB.....	60
Figura 2 - a) Casa pertencente ao proprietário da terra. As imagens "b", "c" e "d", mostram o plantio de milho e feijão de corda.	67
Figura 3 - Garrafas e sacos utilizados para armazenar sementes de milho e de feijão.....	74
Figura 4 - Fertilizante natural utilizado pelos agricultores.....	76
Figura 5 - a) Cultivo de couve-flor; b) Cachos de "banana cachiola" cortados para ser comercializado; c) Cultivo de "banana prata"; d) Cultivo de "banana prata".	79
Figura 6 - Palhas cobrindo a germinação de sementes, contra a erosão do canteiro.	80
Figura 7 - Mudanças germinadas prontas para serem realocadas em lavoura maior.	80
Figura 8 - Colheita de batata-doce.....	80
Figura 9 - Modos de irrigação de agricultores no Distrito de Quixaba e na Zona Rural da Bela Vista, no município de Uiraúna-PB.....	81
Figura 10 - Uso de caixas d'água para armazenar água de irrigação.	82
Figura 11 - Diferentes tipos de cultivos dos agricultores localizados no Distrito de Quixaba.	84
Figura 12 - Diferentes tipos de cultivos dos agricultores localizados no Distrito de Quixaba.	84
Figura 13 - Diferentes tipos de cultivos dos agricultores localizados no Distrito de Quixaba e na Zona Rural da Bela Vista.	85
Figura 14 - Imagens coletadas de livro didático utilizados na pesquisa dos autores.....	99
Figura 15 - Recorte de uma atividade do livro didático, "Geografia Território e Sociedade".	101
Figura 16 - Recorte de um texto do livro didático, "Geografia Território e Sociedade".	101
Figura 17 - Maquetes representando o território camponês, produzido em uma turma do 9º ano na Escola Municipal de Ensino Infantil e de Ensino Fundamental Benevenuto Mariano, situada no município de Uiraúna-PB.....	104
Figura 18 - Cartaz com imagens de agricultores familiares do município de Uiraúna, produzido por alunos do 7º ano.	105

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Área planta ou destinada à colheita do ano de 2021.	37
Gráfico 2 - Quantidade produzidas no Brasil em 2021.	38
Gráfico 3 - Área plantada por região no Brasil.	39
Gráfico 4 - Participação da Família na Produção.	64
Gráfico 5 - Tempo de trabalho na agricultura.	65
Gráfico 6 - Agricultores que são donos de suas terras.	66
Gráfico 7 - Produção para consumo familiar.	69
Gráfico 8 - Modo de produção dos agricultores entrevistados.	72
Gráfico 9 - Tipos de sementes usada para plantio dos agricultores entrevistados.	73
Gráfico 10 - Uso de veneno nas plantações dos agricultores entrevistados.	76
Gráfico 11 - Tipos de cultivo dos agricultores entrevistados.	77
Gráfico 12 - Comercialização da produção dos agricultores entrevistados.	86
Gráfico 13 - Capacidade da renda adquire na comercialização dos cultivos.	88
Gráfico 14 – Programas governamentais, projetos e investimentos em que os agricultores participam.	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Agricultura - Valor da produção no ano de 2021	36
Tabela 2 – Rank de Rebanhos Efetivos no Brasil - 2017	40
Tabela 3 - Principais atividades agrícolas de Agricultura Familiar em Uiraúna-PB	57
Tabela 4 - Tipos de despesas dos estabelecimentos de Agricultura Familiar em Uiraúna-PB.	58

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa de Localização dos Sitiantes de Uiraúna.....	16
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALGASA - Algodoeira Gadelha S/A

CAI – Complexos Agroindustriais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

MEC – Ministério da Educação

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PRÓALCOOL – Programa Nacional do Alcool

PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação no Campo

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PT – Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 – CAPITALISMO AGRÁRIO BRASILEIRO E A RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO	18
1.1 - A modernização do espaço agrícola no Brasil.....	18
1.1.1 – A precarização da agricultura familiar: agricultor x proletário	26
1.2 – Agronegócio no Brasil	29
1.2.1 – Ideologia do termo agronegócio.....	29
1.2.2 – Produção e expansão do Agronegócio no Brasil	33
1.2.3 – Uma agricultura exterminadora: contrastes ambientais, conflitos e a situação governamental	40
1.3 – Agricultura familiar e a recriação do campesinato	47
2 – AGRICULTURA FAMILIAR DE UIRAÚNA – PB: UMA RECRIAÇÃO DE RESISTÊNCIA COMO CLASSE SOCIAL	54
2.1 – Historicidade de Uiraúna: Primeiras atividades econômicas e agrícolas.	54
2.2 – Agricultura familiar de Uiraúna – PB: Panorama estatístico.....	57
2.3 – Caminhos metodológicos da pesquisa: os sujeitos da agricultura familiar em Uiraúna – PB	58
2.4 – Caracterização dos Agricultores Familiares de Uiraúna-PB: elementos da pesquisa	61
2.4.1 – Elementos da agricultura familiar: produção familiar, subsistência, terras e herança.....	63
2.4.2 – O que se produz e como se produz.....	70
2.4.3 – Rentabilidade dessa Agricultura Familiar	85
3 – APRENDER SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR, TAMBÉM É RESISTÊNCIA: O PAPEL DA ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DA IDEOLOGIA CAMPONESA	92
3.1 – Escolas no campo: um cenário precário	94
3.2 – Abordagens do Livro Didático de Geografia: Pouco se é dito sobre a agricultura familiar	97
3.3 – Inserir a agricultura familiar no ensino de Geografia.	102
3.3.1 Práticas da Geografia para abordar a agricultura familiar	102
4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109
APÊNDICES	116

INTRODUÇÃO

A modernização da agricultura mundial modificou toda a estrutura agrícola presente nos espaços geográficos. Esse processo é fruto do desenvolvimento do capitalismo que vem intensificando na maioria dos países em que está inserido. Essa agricultura capitalista trouxe grandes problemas acerca dos impactos de sua produção em todo o mundo. No Brasil não se fez diferente, o que vem provocando uma série de debates em relação a esses impactos para a nossa sociedade.

O agronegócio é um exemplo de como a agricultura capitalista vem causando transtornos no espaço geográfico brasileiro. Ele surge com uma produção de mercadorias em massa, carregando consigo, uma grande destruição ambiental, a intensificação de conflitos sociais, o grande uso de agrotóxicos prejudiciais à natureza e a saúde humana, a grande concentração de terras improdutivas e principalmente o enorme déficit de produção de alimentos no Brasil. Ademais, o agronegócio busca em conjunto a esses processos, a precarização dos pequenos agricultores, tais como o campesinato e a agricultura familiar, que vem resistindo por meio de diversas formas a esses conflitos, que é incentivado não somente por uma política de Estado mínimo, mas também pelo conglomerado empresarial vinculado ao agronegócio.

Dessa forma, o campesinato é percebido como a principal classe social que resiste contra o modelo de produção e de políticas do agronegócio. O campesinato, existente desde o período colonial brasileiro, presente em diversos povos tradicionais, hoje em dia se materializa por meio de movimentos sociais e de indivíduos que fazem parte dessa classe que vem lutando há décadas pelo direito de viver e se reproduzir enquanto camponês. É na resistência do campesinato em que se pode observar o verdadeiro enfrentamento ao agronegócio, seja em sua forma de produção, seja em seu modo de vida, na sua cultura e na capacidade desses povos de preservar o meio ambiente. O campesinato, por sua vez, também é o responsável por garantir a produção de uma diversidade enorme de cultivos e com isso, garantir a segurança alimentar no Brasil.

Em meio a todo o sistema de produção capitalista, autores como Ricardo Abramovay, Alexander Chayanov, Ariolvaldo Umbelino de Oliveira, Teodor Shanin e entre outros, concebem o campesinato como forma de resistência contra o perverso processo de modernização da agricultura, e por meio desses processos de resistência que esse campesinato vem se recriando e se adaptando para existir.

A Agricultura Familiar é analisada por diversos teóricos, como os citados acima, enquanto um dos elementos mais importante da recriação do campesinato no Brasil. É

considerada também o principal elemento de resistência do campesinato à toda lógica capitalista de produção na agricultura. Nesse sentido, é preciso entender que nem toda agricultura familiar é considerada camponesa, mas todo camponês é considerado agricultor familiar. Isso se dá pela forma de vida camponesa que abrange outros âmbitos para além da agricultura, ou seja, a cultura, o modo de produzir, o modo de viver, a base familiar como mão de obra, a subsistência e entre outros elementos.

Dessa maneira, devemos entender profundamente a agricultura familiar e colaborar com o seu fortalecimento enquanto resistência camponesa, principalmente ao agronegócio, construindo assim, sua própria ideologia. Isso deve ser necessário, pois, está no agronegócio as formas mais perversas de destruição, seja ela ambiental ou social em que a nossa sociedade enfrenta hoje. A investida do agronegócio em formas de subordinação do campesinato, por exemplo, deve ser concebida como um dos principais problemas na questão agrária brasileira. Sendo assim, é preciso também conhecê-lo para desvelar as suas formas, enquanto prática de resistência que todos nós podemos tomar, seja por meio da academia ou da escola.

Daí surge a necessidade de desenvolver essa pesquisa a partir do levantamento de teóricos e estudiosos que analisam a resistência do campesinato, e para além disso, conhecer mais de perto esses indivíduos e divulgar essa luta social, política e ambiental que faz parte do campesinato. Surge a necessidade também, de buscar soluções para que essa resistência seja intensificada enquanto território, por meio dos âmbitos sociais e denunciando a verdadeira função do agronegócio, a de apenas produzir *commodities*¹, e em contrapartida, discutir a importância do campesinato como uma classe que resiste produzindo alimento de qualidade.

Para se alcançar tamanhas questões, o presente trabalho tem como objetivo geral, analisar essa agricultura familiar enquanto um processo de resistência do campesinato, e com isso, propor alternativas em que contribua para intensificar essa resistência no meio social. Para além disso, os objetivos específicos, e pensando em um recorte reduzido dessa pesquisa, nos situamos no município de Uiraúna – PB. Identificaremos, portanto, esses indivíduos que exercem agricultura familiar e caracterizam o campesinato. Buscamos também caracterizar o modo de trabalho e de vida desses agricultores, tendo como base, aspectos sociais, históricos e culturais, tudo isso para discutir a importância do campesinato como resistência social, cultural e histórica, em contraposição ao avanço do agronegócio no Brasil. Por fim, acreditamos que é no âmbito escolar que podemos encontrar formas de contribuir com a construção de uma

¹ Na tradução para o português, *commodities* significa mercadorias. Embora nessa pesquisa e para a agricultura, essa palavra tem referência a mercadorias de origem do agronegócio, que é passada por processos industriais e posteriormente comercializadas.

ideologia camponesa, fortalecendo essa resistência por meio das práticas escolares na Geografia.

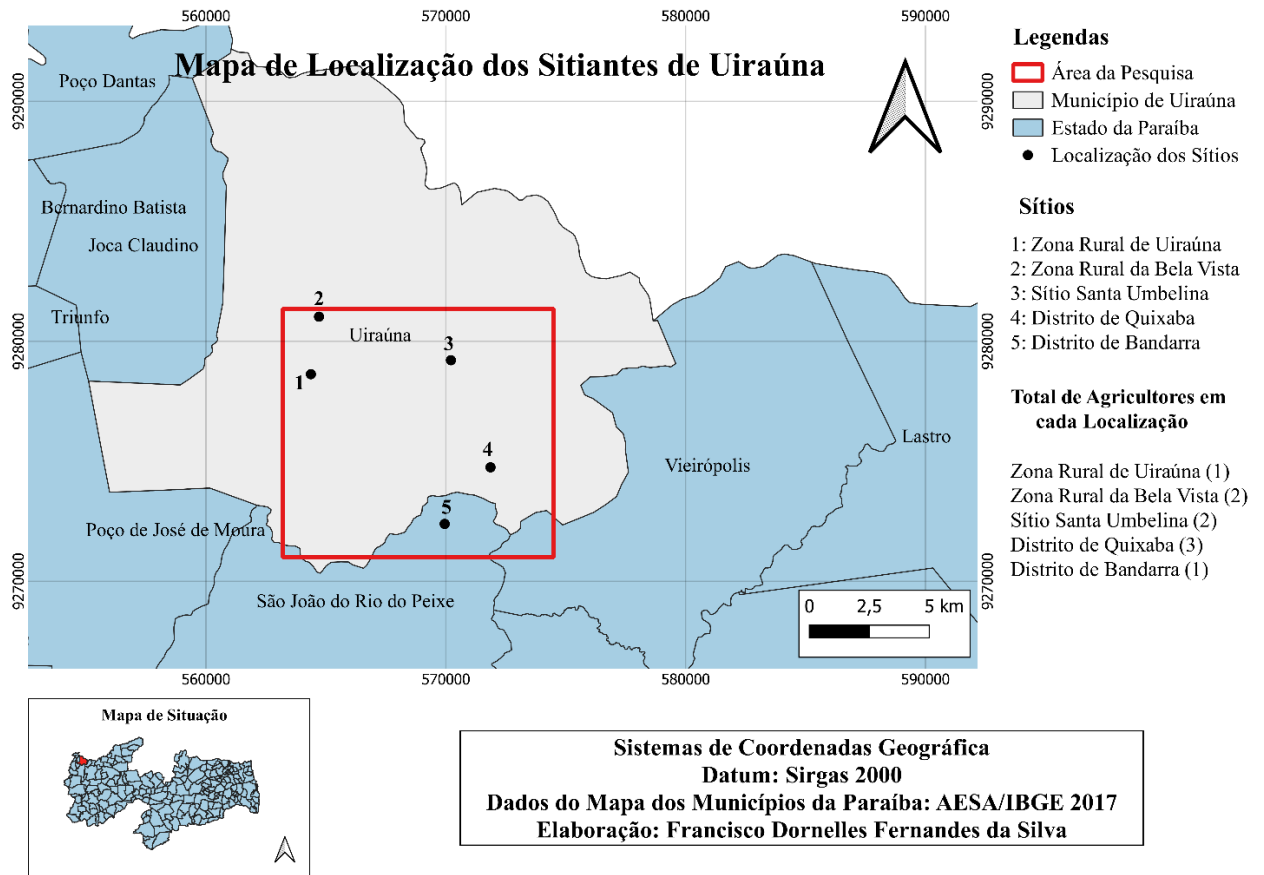
Quanto à metodologia de pesquisa, a mesma pode ser considerada enquanto pesquisa qualitativa, que se utilizou principalmente de entrevistas semiestruturadas e de trabalho de campo. Enquanto recorte de objeto e de sujeitos da pesquisa, selecionamos nove agricultores, onde sete deles, foram agricultores que encontramos na feira livre, que eram oriundos do município de Uiraúna – PB (Mapa 1) e dois deles, conhecemos durante o trabalho de campo na zona rural desse município e nos chamou a atenção as formas de resistência desses camponeses, sendo assim, convidados a fazerem parte da pesquisa.

Esses agricultores familiares, sujeitos dessa pesquisa, vivem em áreas de sítios e por isso, podemos chamá-los de sitiantes. Segundo Fukui (1973), entende-se por sitiante tradicional o pequeno produtor rural, proprietário, arrendatário, posseiro ou parceiro, que trabalha na terra para viver, com a ajuda de mão-de-obra da família, e que às vezes vende sua produção para conseguir manter sua família.

Esses sitiantes participantes da pesquisa, se materializam enquanto uma forma de vida predominante, principalmente em cidades do sertão nordestino brasileiro. É por meio de sua propriedade, casa-roça, em que se traduz todas as características camponesas e da agricultura familiar.

Culturalmente, o sitiante tradicional é o caboclo, que toma denominações diversas segundo a região onde vive, mas que aqui é distinguido como categoria social específica segundo as formas de produção que lhe garantem, bem ou mal, autonomia de trabalho para si e para a família. (FUKUI, 1973 p. 68)

Mapa 1



Fonte: Dados coletados no AESA/IBGE, 2017.

Portanto, esta pesquisa foi dividida em três capítulos a fim de atingir todos os objetivos discutidos anteriormente. Para o primeiro capítulo, pensamos em discutir o processo de modernização da agricultura no Brasil. Em consequência disso, abordamos os diversos problemas que o agronegócio, consequência dessa modernização, vem causando no país. Em contraposição, discutimos também a recriação do campesinato em torno deste cenário degradado.

No segundo capítulo caracterizamos os sujeitos participantes da pesquisa, utilizando das metodologias já mencionadas acima. Por meio dessa caracterização, discutimos como os elementos observados em trabalho de campo e nas entrevistas, qualificam esses sujeitos como parte da resistência e da recriação do campesinato em contraposição à lógica do agronegócio. Para esse propósito, destacamos sua forma de inserção ao mercado, suas questões familiares e suas formas de produzir, assim como sua diversidade de produção, que fazem parte dessa resistência do camponês.

Para o terceiro e último capítulo, buscamos uma possibilidade de contribuir socialmente com essa resistência, que como o agronegócio, também deve ser ideológica. Para tal, se tem o papel fundamental da escola e do professor de Geografia enquanto formador de ideologias.

Discutimos nesta abordagem, o papel do professor de Geografia, o cenário das escolas no campo e as abordagens metodológicas dos livros didáticos acerca de seus conteúdos que abordam a agricultura. Para isso, utilizamos a análise de diversos textos acadêmicos para investigação desses elementos, a exemplo, do livro didático. Para proposta de intervenção, quanto ao âmbito de intensificar a ideologia camponesa e suas territorialidades, apresentamos práticas de ensino em Geografia que possibilitem atingir tais aspectos de debate em sala de aula, ou fora dela. Para isso, utilizamos das minhas próprias experiências em sala de aula enquanto professor de Geografia, onde usei de práticas e metodologias que aprofundam a discussão da importância do campesinato, que conseqüentemente, intensifique essa resistência na sociedade.

1 – CAPITALISMO AGRÁRIO BRASILEIRO E A RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO

A agricultura mundial pode ser concebida atualmente a partir de questões da modernização desse setor econômico. Com o advento da Globalização, as tecnologias conseguiram atingir todo e qualquer setor de abrangência econômica, como é o caso da agricultura. No Brasil, pode-se observar que esse processo de modernização da agricultura tem gerado diversos problemas relacionados diretamente à estrutura agrária brasileira. Atrelado a isso, o capitalismo, enquanto modo de produção, tem conseguido abranger os diversos setores da agricultura. Diante desse cenário, está a agricultura familiar como principal resistência a essa modernização e à lógica capitalista de produção.

Neste capítulo, com o uso de diversos autores e estudiosos da área, será discutido a modernização da agricultura no país, que se dá por meio da lógica capitalista de produção, a qual interfere diretamente nas transformações das relações de trabalho no campo. Para abranger essas transformações da agricultura teremos que conhecer a ideologia do agronegócio no Brasil, e como esse modelo produtivo trouxe para a sociedade brasileira uma série de conflitos territoriais, que estão diretamente relacionados à disputa por terras e de investimentos direcionados a esse setor da economia e entre tantos outros fatores.

Em contraposição a esse modelo, ressalta-se a importância da agricultura familiar na qualidade de recriação do campesinato na sociedade moderna enquanto uma forma de resistência a esse processo de modernização, que tanto tem impactado a nossa sociedade.

1.1 - A modernização do espaço agrícola no Brasil

Quando é pensado um quadro sobre o panorama da agricultura brasileira, é notório que a agricultura capitalista possui uma vantagem expressiva quando se fala de investimentos e de incentivos do Governo Federal, quando comparado à pequena produção familiar. Porém, mesmo com a modernização da agricultura e com todas as vantagens do agronegócio, a agricultura familiar e o campesinato não desapareceram, pelo contrário, essa produção tem se mostrado muito mais eficaz em relação a agricultura capitalista, como por exemplo, quando se fala da produção de alimentos para a população. Segundo Hoffman (2014), baseado em dados do IBGE do ano de 2006, a agricultura familiar produziu 83,6% da mandioca, 69% de feijão, 33% do arroz em casca e apenas 14% de soja, dados esses, que realçam a eficácia de sua produção voltada para alimentos. Moncau (2022), aponta que a produção de alimentos oriundos da agricultura familiar, representa 76% dos estabelecimentos rurais no país.

Nesse contexto, Abramovay (2007) pontua que surge um obstáculo teórico para entender a realidade agrária contemporânea, que foi moldada pela introdução dos novos modelos produtivos no espaço, e mesmo com o desenvolvimento agrícola mundial, é recorrente a existência da agricultura familiar:

Um outro obstáculo teórico para a compreensão da realidade agrária contemporânea no capitalismo central está nas ambigüidades com que a noção de unidade familiar de produção tem sido tratada. Convém insistir neste ponto, pois a associação entre esse tipo de estabelecimento e *small farmy* “pequena produção”, “produção de baixa renda”, “agricultura camponesa”, entre outros, é recorrente e impede que se perceba a dupla e fundamental especificidade da agricultura familiar tal como se desenvolveu, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, nos países capitalistas avançados. (ABRAMOVAY, 2007 p. 31)

Essa dupla especificidade em que Abramovay (2007) debate, se dá por meio de seu dinamismo econômico, sua capacidade de inovação técnica, suas formas sociais inéditas com relação ao passado de que algumas vezes se origina, mas com o qual mantém laços cada vez mais tênues. Embora, por outro lado, este é um aspecto crucial, pois a agricultura familiar é um fenômeno generalizado nos países capitalistas avançados que não pode ser explicada pela herança histórica camponesa, onde o Estado foi determinante ao moldar a atual estrutura social do capitalismo agrário. Para entender essa estrutura em que o campesinato está inserido, é necessário observar a construção histórica do capitalismo agrário brasileiro.

Com isso, o cenário atual da agricultura brasileira pode ser entendido a partir das grandes transformações nos processos de industrialização que aconteceram nos últimos três séculos. As primeiras grandes transformações da industrialização no mundo, é marcada pela Revolução Industrial, que materializou e ainda materializa, a modernização dos meios produtivos em cada avanço tecnológico das sociedades. Catani (1995) pontua muito bem esses processos:

A fase crucial de ascensão do capitalismo é representada usualmente pela chamada “Revolução Industrial”, quando uma série de inovações técnicas que submetiam a potência mecânica – primeiro, a energia hidráulica, depois o vapor – à produção, transformou o processo de produção, transferindo-o da casa ou da oficina artesanal para a fábrica, tornando-o processo coletivo de dezenas e, mais tarde, de centenas de trabalhadores. (CATANI, 1995 p. 41)

Por meio disso, conseguimos relacionar o surgimento das fábricas, ao mesmo processo dos surgimentos das máquinas no campo, onde o maior intuito da modernização, seja ela em

espaços urbanos como a fábrica, ou em espaços rurais, como no plantio, se faz pela padronização da produção, a acumulação do capital e posteriormente a expansão econômica dessa modernização dos meios de produção. Se fazia imprescindível para a lógica capitalista que essa aceleração da produção e a conseqüente modernização, chegasse na agricultura.

Esse processo foi ampliado primeiro com a Revolução Agrícola, que segundo Ghidini e Mormul (2020), se caracterizou pela sistematização da produção de alimentos e da pecuária. Em seguida pela Revolução Verde que, conforme Octaviano (2010), foi considerada como a difusão de tecnologias agrícolas que permitiram um aumento considerável da produção. O Brasil por exemplo, no início da década de 1960, interagiu com esse processo de modernização, trazendo à tona os primeiros resquícios de uma agricultura focada em produção para o mercado externo. Elias (2006) pontua que essa introdução da modernização da agricultura se sucedeu após o emprego de insumos artificiais (insumos químicos) na década de 1950, se concretizando em meados de 1960, “[...] quando os interesses das grandes corporações se apropriam do processo de produção agropecuária brasileira” (ELIAS, 2006 p. 4). Matos e Pessoa (2011) também destacam que a consolidação da modernização dessa agricultura se faz a partir da introdução de inovações tecnológicas, químicas, agrônomicas e biológicas no processo produtivo.

Assim, a consolidação efetiva da agricultura moderna ocorreu a partir de 1960, com a adoção das inovações tecnológicas no processo produtivo (inovações agrônomicas, físico-químicas, biológicas) e com a constituição dos complexos agroindustriais, o que gerou uma nova configuração socioeconômica e espacial para o campo brasileiro. (MATOS e PESSÔA, 2011 p. 291)

Essas inovações introduzidas no campo, não possuem um caráter social como era o intuito, por exemplo, da tão sonhada e glorificada Revolução Verde, que de acordo com Elias (2006), era apenas fundamentada na utilização e difusão internacional de um conjunto de práticas tecnológicas de pesquisa e produção agropecuárias, vendidas ideologicamente como a resolução do problema da fome no mundo, o que nunca ocorreu.

Quanto a esses processos, Delgado (1985) mostra uma cronologia da introdução tecnológica da agricultura, como o aumento dos índices de tratorização, as máquinas no campo e o consumo de fertilizantes de origem industrial.

[...] são dois momentos históricos distintos no processo de modernização da agricultura. O primeiro refere-se ao aumento dos índices da tratorização e do consumo de fertilizantes de origem industrial. A utilização de forma ampla de

bens, baseada na importação de bens de capital, modificou o padrão tecnológico da agricultura brasileira. Depois, a demanda de insumos e máquinas era satisfeita via importação. O segundo fenômeno refere-se à industrialização da produção agrícola com o surgimento, no final da década de 50, das indústrias de bens de produção e insumos. (DELGADO, 1985 p. 35)

É nessa lógica em que o capitalismo busca conseguir o maior lucro. Para isso, a introdução da mecanização, principalmente no campo, deve proporcionar uma fluidez à geração do capital. Santos (2006) concebe as tecnologias como uma busca de fluidez, ou seja, “A fluidez contemporânea é baseada nas redes técnicas, que são um dos suportes da competitividade. Daí a busca voraz de ainda mais fluidez, levando à procura de novas técnicas ainda mais eficazes.” (SANTOS, 2006, p. 185). Quando analisamos esse processo no campo, observa-se que a Revolução Verde veio a intensificar essa aceleração da produção a partir da inserção das máquinas, da produção das sementes transgênicas em laboratório e do uso intensivo dos insumos químicos e biológicos.

Por outro lado, essa modernização não somente introduziu uma nova concepção do modo produtivo do campo, mas também introduz novas relações de trabalho do homem com o campo. O capitalismo, acima de tudo visa a utilização de grandes terras e de diferentes tecnologias, não apenas para produzir em grandes escalas, mas também a partir desse espaço gerar uma mercadoria que posteriormente se transforma em capital. Nesse contexto, Oliveira (2010, p. 5) discute que “O modo capitalista de produção não está a circunscrito apenas e tão-somente à produção, mas também à circulação de mercadorias, da troca de mercadorias por dinheiro e de dinheiro por mercadorias.” Por outro ângulo, essa agricultura moderna não só transformou o campo em uma “máquina de produzir dinheiro” em prol dos grandes proprietários, assim como também, transformou em um espaço rural subordinado à indústria.

Teixeira (2005) mostra que com o avanço da modernização no setor agrário no Brasil, se tornou necessário produzir produtos para exportação (mercadorias), visando controlar a balança econômica e comercial do país. O capitalismo, portanto, utiliza-se do discurso da segurança do desenvolvimento econômico do país para expandir sua estrutura industrial na agricultura e por meio dela conseguir atingir todos os espaços rurais que sejam de seu interesse com a modernização da agricultura. Com esse impulso, as indústrias de equipamentos e de insumos se utilizaram do momento para pressionar direta e indiretamente, para que a agricultura se modernizasse e aumentasse sua produção. Teixeira (2005) ainda destaca que essa pressão se intensifica por meio do incentivo governamental do Brasil, embora, esse incentivo tenha sido

excludente com uma gama de agricultores brasileiros que não participaram dessa modernização.

As indústrias de equipamentos e insumos passaram a pressionar, direta ou indiretamente, a agricultura a se modernizar, visto almejarem uma venda cada vez maior. Porém, o que vai realmente dar um grande impulso na transformação da base técnica da produção agrícola é o incentivo governamental através do chamado crédito rural, viabilizado principalmente a partir de meados da década de 1960. (TEIXEIRA, 2005 p. 25)

O apoio governamental, além de ser um grande incentivo para a modernização do setor agrícola do Brasil, também contribuiu para facilitação da chegada de empresas multinacionais, seja de insumos e maquinários agrícolas, ou o próprio latifúndio, que intensificou o modelo capitalista de produção em meio ao espaço rural brasileiro. Teixeira (2005) pontua que esse desenvolvimento se dá principalmente via capital internacional, com uma crescente participação das empresas multinacionais com interesses em manter o setor rural cada vez mais subordinado aos recursos por elas produzidos. Esses incentivos estatais aos moldes capitalistas, passa a criar uma desagregação da agricultura denominada de primitiva, em comparação à uma agricultura modernizada. A indústria argumentava que o “arcaico setor rural” seria um entrave para o desenvolvimento econômico, não conseguindo responder à demanda do setor urbano-industrial (TEIXEIRA, 2005 p. 26).

Tudo isso nos leva a compreender a segregação da agricultura no Brasil em dois lados, de um lado está a agricultura familiar, que resiste a esse processo de modernização da agricultura da forma padronizada, e do outro está a agricultura industrial capitalista, representada pelo agronegócio no Brasil, ambos os lados ocupam espaços não só econômicos, mas também políticos e conceituais. Segundo Fernandes (2014), o debate paradigmático tem se explicitado de diferentes formas entre o campesinato, agronegócio, governos e partidos políticos por meio de projetos, políticas públicas, ações, discursos e ideias.

Outro contexto que motivou a modernização da agricultura, se fez a partir do processo de urbanização mundial. No Brasil não foi diferente, cidades ao se urbanizarem e se debruçarem com a industrialização se expandiram – fenômeno que pode ser relacionado às migrações de 1960 -, e era necessário ter uma agricultura que conseguisse produzir para as demandas urbano-industriais. Isso também passou a servir de argumento para a modernização da agricultura brasileira, objetivando, não somente cumprir com as demandas urbanas-industriais, mas também, segundo Teixeira (2005), com as demandas por exportações que não aumentavam satisfatoriamente e os preços de produtos agrícolas subiam continuamente. Dessa forma, é fato pensar que a industrialização do Brasil, também passou a ser motivada por um processo de

urbanização no país, embora Teixeira (2005) salienta que estudos nesse período são contrários a esse argumento, combatendo a ideia de que a agricultura de pequenos produtores da época, “freavam” o desenvolvimento desse setor no país.

Mas, para além da urbanização, o capitalismo buscou novas alternativas de produção e modernização nos espaços rurais do Brasil. Com a crise do petróleo, a partir de 1970, ocorre o desenvolvimento e intensificação da agricultura monocultora formada pelo domínio das grandes *holdings*², que conforme Elias (2006), se tinham controle de toda rede de produção, desde o plantio até o processamento industrial, como por exemplo, no setor sucroalcooleiro. Portanto, é deixado de lado o argumento de uma agricultura modernizada em prol do abastecimento alimentar das sociedades urbanas industriais que cresciam, que surgiram muito em decorrência do êxodo rural já existente nessa época.

A exemplo disso, surge nesse período o PROÁLCOOL³ como programa que estimula o cultivo da cana-de-açúcar para suprir as necessidades energéticas do país, tendo em contrapartida a crise do petróleo. Teixeira (2005) ilustra que nesse período, a cana-de-açúcar passou a requerer maiores espaços para a sua produção. Complementa ainda, que a partir do surgimento dessa instituição, em 1975, houve uma rápida substituição dos espaços rurais de produção de alimentos por uma produção cada vez maior de cana-de-açúcar – a monocultura começa a conquistar territórios – e de outros produtos para o mercado externo.

O surgimento do PROÁLCOOL viabilizou não apenas a produção de *commodities*, mas também a relação do capital com a renda da terra. Para essa produção, a natureza tinha que se submeter aos caprichos do capital, dessa forma, a concepção de produção no campo no Brasil, passou da necessidade apenas de velocidade para também de quantidade. O cultivo da cana-de-açúcar também não deve ser concebido como único que se intensificou com a monocultura e a manufatura em grandes terras. A Revolução Verde também trouxe o cultivo da soja para o Brasil. E da mesma forma podemos refletir em torno da produção de café no país.

Para Martine (1991), a estrutura monocultora modernizada utiliza-se de três características. A primeira é a concepção de que “maior é melhor”, ou seja, quanto mais espaço vital e de exploração da renda da terra, melhor. A segunda é que a grande propriedade rural brasileira, insere-se, necessariamente, dentro da lógica de produção capitalista. Por fim, o

² São empresas que possui participação acionário em uma ou mais empresas.

³ Após 500 anos o cultivo da cana-de-açúcar continua a ter relevância na nossa economia na produção de açúcar, naquele momento, porém, o produto, foi uma novidade, um arrojado esforço de libertação da dependência do petróleo, que se almejava com a criação do Programa Nacional do Alcool, em 14 de novembro de 1975. O Proálcool, como foi popularmente batizado, visava o desenvolvimento das técnicas e aperfeiçoamento dos insumos para a produção de álcool etílico. (ANDRADE *et al.* 2009)

pequeno, o não integrado e o informal deviam desaparecer no curto ou médio prazo. Nesse sentido, para a estrutura monocultora modernizada as terras deveriam ser usadas apenas para garantir um equilíbrio econômico, pois a agricultura devia seguir as necessidades do capital e conseqüentemente, aqueles que não se converteriam a esses processos tinham que ser extintos.

Nessa conjuntura e com o interesse do capital e o mínimo acesso dos pequenos produtores ao pacote tecnológico, iniciou-se o processo de industrialização da agricultura no Brasil. Esse processo foi caracterizado muito pela dependência da indústria com a agricultura e da agricultura que passou a depender fortemente da indústria para se manter no mercado e conseguir produzir. Teixeira (2005) desenha que a indústria montante passou a fornecer bens de capitais e insumos para a agricultura, e a indústria a jusante, passou a processar matéria-prima agrícola – como por exemplo a cana-de-açúcar – e com isso, trouxe o surgimento das agroindústrias.

A formação dos complexos agroindustriais, conforme Elias (2006), surge com a prioridade de geração de *commodities* e de matérias-primas para as agroindústrias em franca expansão, da mesma forma que demanda uma gama importante de produtos industriais. Esses complexos, produzem uma relação do capital muito mais intensa que a relação das tecnologias com o território, ou seja, a agricultura pensada em suprir as necessidades do urbano tornou-se uma indústria. Silva (1998) argumenta que com o surgimento dos complexos agroindustriais, surgiu juntamente uma divisão do trabalho entre a agricultura e a própria indústria.

Apoia-se em que da agricultura se separam, um após outro, diferentes tipos de transformação das matérias-primas (e diferentes operações dessa transformação) e formam-se ramos industriais com existência própria, que trocam seus produtos (que agora já são mercadorias) por produtos da agricultura. Dessa maneira, a própria agricultura se transforma em indústria. (SILVA, 1998 p. 1)

A agricultura do país passou a ser concebida mais enquanto um elemento industrial do que uma fornecedora de alimentos. A indústria tomou posse da agricultura como mecanismo para produção de mercadoria para exportação, e fez com que essa mesma agricultura tivesse uma extrema dependência com a indústria para sobreviver. Os complexos agroindustriais (CAI), além de representar o processo de industrialização da agricultura, também representou um processo de reestruturação produtiva do capital no Brasil. Para Matos e Pessôa (2011), com a constituição dos complexos agroindustriais, a agricultura não só cresceu para exportação de mercadorias e entrada de multinacionais no país, mas também para uma estruturação e crescimento do mercado interno, mais especificamente os próprios complexos agroindustriais.

Para o governo se tornou importante o investimento em CAIs, onde o Estado, segundo Teixeira (2005), procurou instalar esse projeto modernizado com o objetivo de atrelar o setor agrário ao processo de desenvolvimento econômico. O Estado, portanto, facilitou o crédito rural, criou institutos de pesquisas e assistência técnica, objetivando o incentivo da utilização dessas tecnologias e insumos modernos na agricultura. Era então necessário viabilizar o chamado complexo agroindustrial no Brasil (TEIXEIRA, 2005 p. 30). Conforme Teixeira (2005), o quadro que é formado no campo brasileiro é de uma agricultura fundiária, que passou a ser pautada na concentração de terras nas mãos de minorias, com uma produção totalmente voltada para a exportação de *commodities* e suprir a necessidade da indústria em geral com matéria-prima agrícola. Nesse período se percebeu uma crescente diminuição na produção de alimentos.

Para além da diminuição da produção de alimentos para o mercado interno e o abastecimento urbano, os CAIs trouxeram à tona uma característica que modificou a perspectiva dos pequenos agricultores no meio desse sistema capitalista. A industrialização da agricultura se caracterizou também pela marginalização dos pequenos agricultores rurais. Com a modernização agrícola, manufatureira e monocultora, a utilização de insumos químicos, fertilizantes e a mecanização, fez com que esses agricultores não conseguissem elevar sua produtividade para competir com os grandes proprietários e a indústria, o que ocasionou em endividamentos e a expropriação desse produtor do campo. De acordo com Correia (2011), o Estado não só incentivou a agroindústria, como também trouxe políticas excludentes em relação aos pequenos produtores que estavam sem força para existir dentro do cenário agrícola do Brasil.

O Estado atuou com força neste processo, principalmente através de políticas de crédito rural subsidiado, incentivos fiscais e políticas incentivadoras das exportações. No entanto, os pequenos camponeses foram excluídos destas políticas, uma vez que a modernização torna a agricultura cara, pois há uma substituição dos insumos produzidos na própria unidade de produção (sementes selecionadas pela família, adubos e fertilizantes naturais) por insumos produzidos na indústria. Então, diante do processo de transformação capitalista da agricultura, alguns se beneficiaram com o fortalecimento das monoculturas, produzindo de forma intensiva, enquanto outros ficaram totalmente de fora, produzindo culturas alimentares de forma extensiva. (CORREIA, 2011 p. 87)

As políticas governamentais da época e a própria modernização da agricultura brasileira, não somente trouxe aspectos excludentes – a exemplo da grande concentração de terras – mas também de migração. O pequeno produtor se viu em um cenário de maquinização da produção onde sua mão de obra se tornou dispensável, provocando assim a intensificação do processo de expropriação em massa desses trabalhadores do campo. Esses trabalhadores migraram para as

zonas urbanas das cidades e intensificou o surgimento de favelas e periferias. Elias (2006) pontua que esse processo de intensos movimentos de êxodo rural, são responsáveis pela acelerada urbanização do país nos últimos quarenta anos e com isso, acarretou profunda crise urbana, fazendo eclodir inúmeros movimentos sociais, tanto no campo como na cidade.

Segundo Correia (2011), a modernização ficou limitada, de início, à região Centro-Sul, principalmente na região de São Paulo, expandindo posteriormente para as regiões Norte e Nordeste de forma moderada. Essa expansão nas regiões brasileiras, incentivou esse processo do êxodo rural. De acordo com Teixeira (2005), os trabalhadores que foram “expulsos” do campo, formaram uma intensa massa de sem-terras, que aos poucos, se movimentaram para as áreas urbanas ou para outras regiões, principalmente para áreas onde a modernização da agricultura era intensa. Daí se tem o surgimento dos “bóias-frias” que vendem suas forças de trabalho no campo, mesmo residindo nas cidades.

Os incentivos para a migração em direção a essas áreas ao norte do Brasil são imensos, constituindo a tão famosa “marcha para o oeste”. Parte dos trabalhadores sem-terras que permanecem na cidade formam uma gama de trabalhadores volantes, os chamados “bóias-frias”, que vendem suas forças de trabalho no campo, mas residem nas cidades. (TEIXEIRA, 2005 p. 29)

Essa sazonalidade da mão de obra, assim como na indústria, sugere uma proletarização do trabalhador rural no campo, ou seja, aqueles agricultores que tinha uma produção extensiva, não monocultora, passou a se tornar um trabalhador não especializado, sujeito ao patrão, à insegurança do trabalho no espaço rural, esse mesmo trabalhador que, Silva (1998) descreve como um passivo operário. A modernização não somente trouxe uma exclusão dos pequenos produtores, mas também um cenário em que esses sujeitos ou se tornaram assalariados ou se fizeram como resistência. Da modernização, surge o agronegócio que não somente destrói toda estrutura agrícola, mas também traz transtornos sociais, ambientais e políticos, e para aqueles como o camponês excluído, sobra então se tornar a resistência contra esses processos ou fazer parte dele se tornando um trabalhador do campo assalariado que nessa condição, também resiste.

1.1.1 – A precarização da agricultura familiar: agricultor x proletário

O histórico brasileiro de modernização da estrutura agrícola no Brasil, pauta um seguinte fato: o surgimento das agroindústrias, que transformou não somente o território

camponês em um espaço para produzir *commodities*, assim como também, transformou as relações dos pequenos agricultores com a própria agricultura existente no Brasil. Com a segregação no campo, o capitalismo transformou parte desse campesinato em trabalhador assalariado, materializando assim uma nova relação de trabalho do campesinato no capitalismo: a proletarização do camponês.

Essas transformações nas relações de trabalho na agricultura, mediante o acelerado processo de modernização agrícola no Brasil, vem sendo analisado por uma série de pesquisadores. Para Oliveira (2007):

Todos os estudiosos da questão agrária concordam, tanto para o campo como para a cidade, com o processo de generalização progressiva por todos os ramos e setores da produção, e do assalariamento, relação de produção específica do modo capitalista de produção. No entanto, existem discordâncias quanto à interpretação do processo. (OLIVEIRA, 2007 p. 08)

Conforme Oliveira (2007), existem concordâncias e discordâncias na interpretação do processo de generalização das relações de produção especificamente capitalista (assalariamento) no interior da produção agropecuária. Para isso, se tem um conjunto de autores que utilizam-se de uma teoria clássica para o entendimento desse processo por dois caminhos: a) a destruição do campesinato ou pequeno produtor familiar de subsistência através do processo de sua inserção no mercado capitalista e sua tentativa de se modernizar para competir, levando à sua falência; b) por meio da modernização da agricultura, via introdução nos processos produtivos de máquinas e insumos modernos, acarretando em uma homogeneização e evolução dos latifúndios em empresas rurais capitalistas. Para essas duas correntes de pensamento, uma se daria pela extinção desse campesinato por completo e a outra pela configuração de duas classes, o camponês rico e o camponês pobre. Para ambos, os camponeses se tornariam assalariados, ou seja, meros trabalhadores para a estrutura agrícola capitalista.

Oliveira (2007) destaca que outros autores entendem que os processos de produção do modo capitalista, implementou-se na agroindústria da mesma forma em que se inseriu na indústria. Esse pensamento é denominado de uma “modernização conservadora”, pois nos moldes capitalistas, não se altera a estrutura social existente, dessa forma, o mesmo camponês que cultivava de forma extensiva e para sua subsistência, se tornaria o indivíduo que é explorado na agroindústria, nesse caso, só modificaria o espaço geográfico e a paisagem.

Segundo Silva (1980), esse processo pode ser significado por uma separação e reunificação da indústria com a agricultura, acontecendo assim, uma proletarização por parte

do campesinato, mas não sobre a forma de expropriação direta do produtor de seus meios de produção, mas como subordinação do trabalho ao capital. Dessa forma, o camponês ele é um elemento livre, mas sua força de trabalho pertence ao capital. Para Silva (1980), tal processo se inicia com a transformação do camponês em um assalariado temporário, mediante a conversão das atividades da agricultura em ramos da indústria nascente.

Para Oliveira (2007), a relação do capitalismo com a força de trabalho, se dá a partir da teórica liberdade, ou seja, aqueles camponeses expropriados das suas terras de direito, para o capitalista significa uma força de trabalho livre, sendo assim, possíveis de serem subordinadas a produção no campo. Desse modo, só importa a venda da força de trabalho. “Sabe-se que o trabalho é o criador do valor, e que a sua medida é dada pela quantidade de trabalho socialmente necessária para a produção das mercadorias” (OLIVEIRA, 2007 p. 37).

Sendo assim, como o trabalhador tem a capacidade de produzir mais do que aquilo que necessita para viver, o capitalista faz retornar ao trabalhador, sob a forma de salário, apenas aquela parte do valor produzido – dinheiro – para que ele adquira no mercado o que precisa para reproduzir-se como trabalhador, ou seja, para que ele continue vendendo sua força de trabalho.

Por outro lado, cabe destacar que essas conjunturas, principalmente as debatidas no início deste tópico, são correntes pensadas por diversos autores, onde Oliveira (2007) destacou como entendimento desses. Dessa forma, entendemos que o surgimento dos camponeses assalariados, não foi composta de uma forma homogênea, ou seja, nem todos esses indivíduos se tornaram assalariados. Foram processos excludentes, em que muitos desses camponeses foram “jogados” na periferia das cidades ou se tornaram sem terras e que muitos, também passaram a resistir. Elias (2006) pontua que foram esses processos que promoveu um crescimento econômico cada vez mais desigual, gerador de desequilíbrios, exclusão e pobreza e acentuou as históricas desigualdades socioeconômicas e territoriais brasileiras.

Sendo assim, diferentemente dos diversos pensamentos debatidos, Oliveira (2007) entende que o campesinato e essas relações de trabalho do campo impostas pela expansão capitalista deve ser entendida como uma recriação desse campesinato, não como uma extinção por meio da modernização agrária, culminando esses camponeses como meros assalariados. Acima disso, o campesinato deve ser entendido como uma classe social que foi expropriada de sua produção por esses processos capitalista. “Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar.” (OLIVEIRA, 2007 p. 11). Com isso, deve-se entender que tanto a

parte desses camponeses assalariados, sem terras e os movimentos sociais, devem serem entendidos como uma resistência e recriação do campesinato.

Portanto, para a agricultura capitalista, essa estrutura de relação de trabalho que intensifica o processo de assalariamento de boa parte desses indivíduos, torna o campesinato ainda mais subordinado ou excluído da estrutura agrária atual. Essa estrutura capitalista, modernizada e excludente, obriga pequenos produtores que tenham mais recursos, a se converterem ao modelo produtivo da monocultura, da mecanização e a utilização da força de trabalho assalariada para conseguir competir com o mercado capitalista.

Esse processo se dá sobre forte pressão do agronegócio no Brasil, que se utiliza de conceitos ideológicos, do forte capital e elevados investimentos, que intensificam a expansão desse modelo agrícola em suas diversas escalas, como sua força de produção e sua ampliação territorial, acentuando ainda mais os processos de assalariamento de muitos desses camponeses, como as relações de trabalho excludentes, a expropriação desses camponeses das suas terras, os problemas urbanos, o agravamento dos conflitos sociais, políticos e também os transtornos ambientais.

1.2 – Agronegócio no Brasil

A difusão da palavra agronegócio, surge após a implementação das agroindústrias e das monoculturas voltadas para produção de *commodities*. A ideologia dessa palavra, vem da ideia da agricultura enquanto um grande negócio empresarial ou dela ser o “carro chefe” da economia do Brasil. Isso envolve toda uma reestruturação produtiva no campo, como a estruturação das agroindústrias, produção e consumo de insumos agrícolas e fertilizantes e o investimento em tecnologia na área. Ou seja, é um processo que está pautado em um negócio empresarial, desconsiderando a importância da produção camponesa de alimentos para a soberania e segurança alimentar do país.

Portanto, antes de falarmos em conflitos, lutas de classes e a existência do campesinato em meio às conjunturas capitalistas, é necessário primeiro entender o funcionamento e estrutura ideológica do agronegócio brasileiro, desvendando assim as amarras desse sistema em relação ao campesinato no Brasil.

1.2.1 – Ideologia do termo agronegócio

Descrever o sentido de ideologia é muito complexo, mas para compreender o verdadeiro sentido da palavra “agronegócio”, é necessário entender como a relação desse termo consegue e pode disseminar padrões ideológicos próprios em uma sociedade. Falar de agronegócio, por sua vez, é falar em difusão de uma ideia capitalista dentro da economia brasileira. Lenin (2006) possui o entendimento de que Ideologia se torna e materializa em uma concepção da realidade social ou política da sociedade. E sendo essa uma sociedade capitalista, existem duas ideologias, uma da burguesia e outra do proletariado. Para Eagleton (1998), a palavra ideologia toma uma forma muito mais complexa, trazendo diversos significados. Segundo Eagleton (1998):

A palavra “ideologia” é, por assim dizer, um texto, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais; é traçado por divergentes histórias, e mais importante, provavelmente, do que forçar essas linhagens a reunir-se em alguma Grande Teoria Global é determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que pode ser descartado. (EAGLETON, 1998 p. 15)

Eagleton (1998) acredita que a ideologia pode ser conceituada também como uma contradição ao conhecimento científico, aos fatos, ou seja, a ideologia pode ser conceituada como um conjunto de crenças. Mas para o agronegócio, a ideologia além de uma crença, deve ser acima de tudo, um elemento político e social, pois, por meio disso se tem a disseminação desse termo como forma de estruturar um poder de produção capitalista na agricultura. Bezerra (2009) ilustra historicamente que a ideologia é marcada pelo caráter político, ele se baseia nessa ideia na expressão “ideólogos” dita por Napoleão Bonaparte ao se referir a um grupo de filósofos.

[...] o caráter decisivo que marcou o debate sobre a ideologia e que sem sombra de dúvida perdurará por muitas décadas é o caráter político do termo. O principal acontecimento desencadeador de uma série de debates foi exatamente quando Napoleão Bonaparte cunhou a expressão “ideólogos” ao se referir ao grupo de filósofos do qual fazia parte Destutt de Tracy, criador do termo ideologia. Para Napoleão este grupo era responsável por deformar a realidade mediante suas ideias. (BEZERRA, 2009 p. 114)

Nesse contexto, Bezerra (2009), com base no pensamento de Marx, destaca que a ideologia pode ser descrita como uma ideia de falsa consciência. Nesse sentido, com base no livro de Marx (2002), “*A ideologia alemã*”, é conduzido uma terminologia da ideologia por meio do pensamento de que as pessoas estão se desprendendo das suas próprias produções da realidade e se atrelaram perante às criações do social ou como o autor destaca, se renderam-se ao império das ideias. Bezerra (2009) ainda complementa que a ideia de uma pretensa realidade, por meio do uso da ideologia, uma ciência das ideias, sempre irão existir em sua função, a ilusão

e a impossibilidade da compreensão da realidade. Desse modo, Bezerra (2006) reproduz a ideologia como uma posição de classe a partir de mecanismos ilusórios para com seu oponente ou para quem quer dominar.

[...] a concepção de ideologia assume, de uma vez por todas, a função de conduzir à falsa compreensão da realidade. Trata-se mesmo de invertê-la por meio das ideias. Esta dimensão nefasta da ideologia só encontra êxito quando entendemos a sociedade a partir da sua divisão composta por classes. Nesse contexto a ideologia teria como função exprimir uma posição de classe a partir de mecanismos ilusórios para com o seu oponente, ou mesmo para aquele a quem se quer dominar. (BEZERRA, 2009 p. 115)

A ideologia, portanto, seja ela qual for, serve a interesses políticos, sociais e econômicos, e essa mesma ideologia, se disfarça muitas vezes – como é o caso do agronegócio - em uma fundamentação firme nas práticas materiais da sociedade burguesa. Sendo assim, a ideologia pode ser utilizada como forma de mostrar uma realidade em troca da exclusão de uma outra realidade. Dessa forma, quando falamos da questão agrária brasileira, temos de um lado o agronegócio e do outro o campesinato. Logo, para os interesses econômicos e políticos que envolvem a agricultura brasileira, se tem muito mais interesse na propaganda e na disseminação do *agrobusiness*, do que no campesinato e suas demandas, se tornando assim a ideologia dominante na nossa sociedade. Essa ideia de dominação para o agronegócio se faz por meio da concentração de riquezas. Riquezas essas que se fortalecem na grande concentração fundiária do país, que consolida o agronegócio enquanto um setor econômico extremamente forte no Brasil.

Para um país em desenvolvimento como o Brasil, a ideia de um agronegócio enquanto setor interligado a diversos segmentos da economia, acabou construindo uma ideologia de que essa é a principal fonte de capital do país. Além disso, os grandes índices de produção motivado pela modernização da agricultura, em especial das grandes propriedades rurais, trouxeram números exorbitantes para o PIB nacional. Tudo isso fez com que a ideologia do agronegócio, pautada na produção e exportação de produtos agrícolas industrializados, tomasse forma e poder dentro do cenário da agricultura brasileira. Bezerra (2009) ilustra muito bem esse cenário.

A ideia de ser um setor que interliga diversos segmentos da economia leva o agronegócio a se considerar um “supersetor”, pois dentro e fora da porteira desenvolvem-se uma série de dinâmicas intercaladas entre os vários segmentos produtivos ligados à reprodução do setor. Desse modo, o resultado prático das estratégias do capital no setor agropecuário pode ser percebido, por exemplo, quando se analisa a constante presença na imprensa de notícias

sobre os recordes de produção e de exportação de produtos agropecuários no Brasil. (BEZERRA, 2009 p. 119)

O autor ainda remonta que o agronegócio também tem tido grandes incentivos de políticas de crédito do Estado com o uso direto de recursos públicos para toda a classe dominante do setor da agricultura capitalista, o que segundo Bezerra (2009), cria-se um paradoxo no neoliberalismo praticado no Brasil, pelo fato do Estado está bancando essa estrutura. Somando-se a esses incentivos de políticas de crédito, por exemplo, está também o papel da mídia na construção dessa ideologia do agronegócio, se tornando assim, extremamente fácil atribuir ao agronegócio como principal alavanca produtora do Brasil. Tudo isso faz com que a sociedade não questione os impactos de uma economia baseada nessa estrutura agrícola, que tem como mote a concentração de terras e de riqueza, que desconsidera os impactos ambientais e os conflitos territoriais que impacta diretamente o campesinato.

É necessário então, atentar para um ponto em que Bezerra (2009) salienta: que nesta realidade (a da questão agrária no Brasil) residem fortes conteúdos ideológicos reveladores da constante luta entre a modernidade do agronegócio contra o arcaísmo dos (des)terreiros do campo. Logo, existiu e continua existindo desde a modernização da agricultura, uma batalha entre a ideologia camponesa e a da agricultura capitalista.

A escama ideológica do agronegócio, principalmente por meio da mídia, com propagandas como a do “AGRO É POP, AGRO É TUDO”, propagada pela Rede Globo de Televisão, tenta mascarar a verdadeira e única função da agroindústria brasileira: produzir *commodities*. Por outro lado, existe quem diga que o agronegócio produz uma grande quantidade de alimentos para abastecer as famílias brasileiras. Bezerra (2009) mostra que na verdade, um dos principais processos mercantis do agronegócio, é fazer com que a estrutura de mercado do produtor crie características diferentes, condenando a sociedade a ter acesso aos alimentos somente através do mercado.

O agronegócio como dimensão da própria vida transfigura o valor da soberania alimentar como prática histórica responsável pela reprodução social tanto dos povos camponeses como de toda a sociedade seja ela urbana ou rural, e passa a interferir no processo metabólico, condenando toda a sociedade a ter acesso aos alimentos somente através do mercado. (BEZERRA, 2009 p. 122)

Outra falsa propaganda que contribui com essa ideologia do agronegócio, é a de que essa agricultura capitalista gera empregos onde se instala. É verdade que o agronegócio

contribui para a geração de empregos, entretanto a que custo? Bezerra (2009) nos alerta que essas contradições se dão por meio de um confronto dialético.

Neste cenário, temos um confronto dialético de traços ideológicos e culturais onde ora encontramos posições favoráveis ao agronegócio como responsável por dinamizar a estrutura de emprego das regiões onde se instala ora uma visão na qual sustenta sua oposição ao modelo do agronegócio quando este é responsável pelo processo de expropriação e exploração dos camponeses e trabalhadores rurais e da própria reprodução do trabalho escravo. (BEZERRA, 2009 p. 122)

Como último contexto, se tem a grande esfera do problema que essa ideologia esconde, a promoção de desenvolvimento desse modelo de agricultura pautado na exportação de *commodities*. Estão para aqui direcionados os grandes incentivos que partem tanto da gama empresarial do agronegócio como também do Estado, que segundo Bezerra (2009), propõe um redirecionamento das políticas públicas do campo, segregando o pequeno produtor. É por meio dessa dinâmica que se tem uma expansão em grande escala do agronegócio, ampliando as fronteiras agrícolas do país com a expansão de *commodities* da soja e da cana-de-açúcar, por exemplo, em áreas antes destinadas à prática da agricultura de subsistência, ou em áreas de preservação permanente ou ainda em áreas de comunidades tradicionais.

Bezerra (2009) exemplifica essa dinâmica com o cenário da substituição da agricultura de sequeiro para dar lugar a produção irrigada de frutas para exportação no Nordeste. Portanto, é fundamental conceber que um dos maiores problemas desse agronegócio – não esquecendo das questões agrárias do campesinato – é a forma destrutiva que o agronegócio atua no território brasileiro. Para analisar esses impactos, é necessário conhecer os dados que envolvem a produção do agronegócio no Brasil, podendo assim relacionar questões que nos remetem diretamente a importância do campesinato no Brasil.

1.2.2 – Produção e expansão do Agronegócio no Brasil

O entendimento da existência do campesinato atual, só pode ser percebida pela percepção do panorama de produção da agroindústria no país. A resistência só existe quando se tem um fator dominante contra ela. Logo, as grandes produções de culturas temporárias da agroindústria, mostram um cenário preocupante quanto às questões de bases alimentares da população. Como citado anteriormente, o agronegócio está preocupado restritamente em

produzir mercadorias para exportação do que assegurar um segmento de culturas alimentícias no Brasil.

Analisando essa estrutura com dados, o PIB brasileiro tem boa parte da sua movimentação em razão das grandes exportações de alguns dos principais cultivos do agronegócio atual. Segundo Cruvinel (2009), o agronegócio brasileiro respondia em 2006, por 26,7% do PIB e possuía 39,7% das exportações. Motivado por esse grande impulso na economia brasileira, e se tornando para o Estado uma engrenagem do desenvolvimento, entre 2000 e 2006, o setor registrou uma expansão de 15%, em conjunto com os segmentos de insumos agrícolas (18,59%) e processamento (16,49%), logo, o setor agropecuário apresentou um crescimento de 14,48% e 14,32%.

Ainda com dados de Cruvinel (2009), no ano de 2007 o agronegócio brasileiro proporcionou um saldo comercial de US\$ 49,7 Bilhões, com base em 36,4% do total das exportações, se destacando como um líder mundial em uma série de produtos. Segundo Oliveira (2006), o mercado mundial de grãos é composto principalmente por três principais *commodities* agrícolas: trigo, milho e arroz. Em 2005, a produção desses grãos chegou no total de 1 bilhão e 953 milhões 491 mil toneladas. O autor traz dados ainda maiores sobre a evolução de produção desses grãos, atenuando o impulso do mercado relacionado ao agronegócio.

Na safra de 2005, o milho ocupou o primeiro lugar em volume da produção, mais de 708 milhões de toneladas, o trigo o segundo lugar com mais de 626 milhões de toneladas, o arroz o terceiro lugar com mais de 618 milhões de toneladas, a soja ficou em quarto lugar e o algodão ocupou o quinto com pouco mais de 67 milhões de toneladas. (OLIVEIRA, 2006 p. 20)

Por outro lado, o cultivo desses tipos de grãos não impediu que a produção da principal *commoditie* no Brasil atualmente, a soja, tomasse um impulso de crescimento no mercado agrícola, se tornando o carro-chefe de investimentos na agricultura. A soja surge como um grão não somente para usos agrícolas, mas também industriais, como o caso do setor de agrocombustíveis. Oliveira (2006) discute o crescimento da soja como principal produto do mercado agrícola.

Em 1980 o complexo soja respondia por 3,0% das exportações mundiais. Em 1990 passou para 1,8%, no ano 2000 chegou a 2,2% e em 2004 representou 2,6% do total. Isto que dizer que embora o complexo soja já tenha tido participação superior em 1980, desde 1990 seus índices são crescente. Entre 1980 e 2004 apresentou também um crescimento total de 119%, ficando atrás do complexo leite que cresceu 204%, do complexo tabaco com 197%, das frutas com 239%, da carne suína com 268%, do vinho com 344%. Mas, ficou à frente do trigo com 15%, da carne bovina com 113%, do arroz com 78%, do

açúcar que diminuiu 23% e do milho que também caiu 2%. (OLIVEIRA, 2006 p. 22)

Para Oliveira (2006), esses dados representaram um cenário em que a soja obteve um crescimento significativo. Portanto, de 2000 para 2006, esse grão por apresentar números crescentes, alterou o comportamento tendencial do mercado internacional, onde passaram a investir em massa nesse tipo de grão. Oliveira (2006) ainda concebe a queda da produção mundial de arroz, milho e trigo, ao fato da soja está tomando espaço e caracterizando uma estrutura agrícola muito mais lucrativa.

Com essa atenuante expansão da produção da soja, é necessário analisar o território brasileiro com um grande alerta. Muitos estados já presentes no cenário de industrialização agrícola, principalmente em estados que compreendem o Cerrado e o Sul do Brasil, ocorreu uma enorme valorização dessa monocultura, como é citado por Ferreira (2012).

Ao visualizá-la, é importante entender que, por meio do crescimento progressivo da produção de soja no Brasil, houve também o crescimento da participação desta cultura no valor da produção agrícola na maioria dos estados, em destaque: Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Goiás. (FERREIRA, 2012 p. 72)

Ferreira (2012) destaca que a espacialização da soja por alguns estados brasileiros, revela uma expansão da fronteira agrícola facilitada pelo Estado. Para ele é necessário pensar nesse processo de expansão da soja, a partir do papel das políticas públicas voltadas à produção de *commodities*. O acréscimo dessa monocultura passou a inibir a produção de outros gêneros agrícolas proveniente da agricultura camponesa (FERREIRA, 2012 p. 73). Portanto, é fundamental assimilar que a expansão dessas monoculturas, não se faz somente por meio dos interesses de uma economia mundializada, ela principalmente é facilitada pelo Estado brasileiro.

Nesse ponto, o IBGE ilustra dados de extrema importância para se analisar a margem de investimentos e de aplicação de capital em alguns dos principais produtos que são base da exportação do agronegócio. Conforme os dados, a soja é líder no valor de produção, enquanto o milho e o trigo, não possui tamanho investimento para produzir. Muitos desses números podem ser relacionados às questões como extensão de terras, investimentos em tecnologias para acelerar a produção desses grãos, entre outros elementos que fazem parte da agroindústria.

Como consequência, a produção de alimentos, tais quais o arroz, feijão e a mandioca por exemplo, perdem cada vez mais espaço e investimentos. A tabela 1 mostra o valor de

produção dos principais grãos no ano de 2021, com destaque a enorme diferença dos custos da mandioca em comparação com a soja.

Tabela 1 - Agricultura - Valor da produção no ano de 2021

Produto	Valor da Produção (R\$)
Arroz (em casca)	19.146.736
Feijão (em grãos)	12.049.373
Milho (em grãos)	116.396.867
Soja (em grãos)	341.747.600
Trigo (em grãos)	10.998.648
Mandioca	12.702.124

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2021.

Ao analisar esses dados, nota-se que o Estado se torna contundente com esses investimentos, dessa forma, o próprio Estado passa a ser um financiador do agronegócio no Brasil. Oliveira (2003) remonta que esse processo e a volúpia dos que seguem e passam a seguir o agronegócio, vai deixando o país cada vez mais vulnerável no que se refere à soberania alimentar. Ainda nesse contexto, o mesmo destaca que esse financiamento se faz por meio também da ideia de controle da dívida externa por meio da produção de mercadorias agropecuárias, e posteriormente a exportação para o mercado mundial, solidificando ainda mais a teoria de investir no agronegócio.

Como as commodities (mercadorias de origem agropecuária vendidas nas bolsas de mercadorias e de futuro) garantem saldo na balança comercial, o Estado financia mais as ditas cujas. Então, mais agricultores capitalistas vão tentar produzi-las. Dessa forma, produz-se o saldo da balança comercial que vai pagar os juros da dívida externa. É o cachorro correndo atrás do próprio rabo. Ou como preferem os companheiros, é o neoliberalismo em sua plena volúpia. (OLIVEIRA, 2003 p. 122)

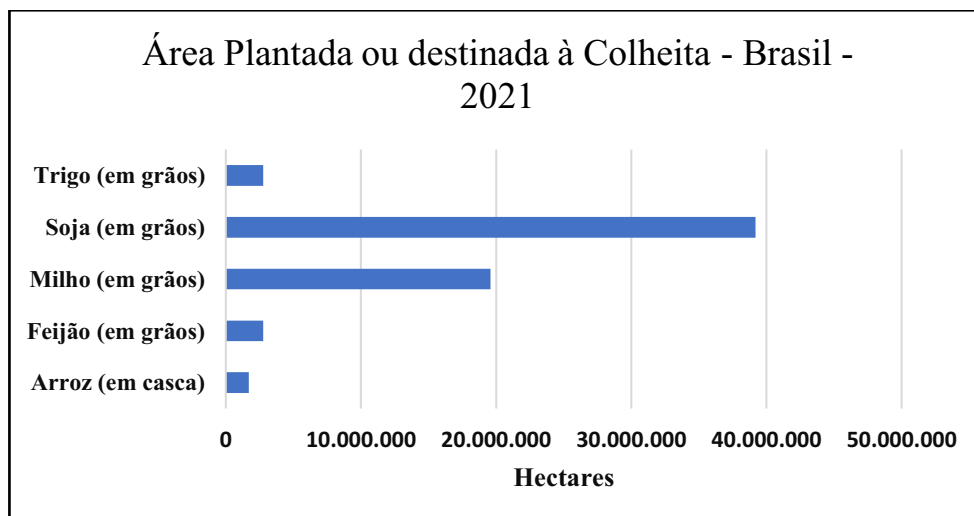
Com grandes investimentos no setor agrícola, existe uma grande expansão do agronegócio no território brasileiro, principalmente por meio da ampliação da fronteira agrícola, da inserção de terras improdutivas no mercado e entrada de pequenos agricultores nesse modelo de produção. Para essa maior incorporação de agricultores no agronegócio, fomentou-se ainda mais investimentos governamentais, e motivando ainda mais sua expansão territorialmente, assim, tomando parte de grandes terras cultiváveis e atingindo novas regiões e ecossistemas. Oliveira (2006) ilustra que o agronegócio já geria uma concentração de produção

na Região Sul do país até a década de 1990, posteriormente expandindo para as direções do norte do Brasil, como é destacado pelo mesmo.

Esta expansão da área cultivada e do volume da produção de soja no território brasileiro começou a partir da região Sul do país, por isso, a posição de destaque desta região no conjunto da produção e sua hegemonia até o final da década de 90. Nesta primeira década do século XXI, a expansão da área cultivada de soja está sendo feita, sobretudo, no ecossistema do cerrado, tornando a região Centro-Oeste a principal produtora nacional. (OLIVEIRA, 2006 p. 31)

Oliveira (2006) pontua dados que mostram o grande avanço da soja e do agronegócio como um todo no território brasileiro. Entre 1990 a 2004 e 2005, as áreas plantadas da soja dobraram, passando de 10 milhões de hectares para mais de 20 milhões, representando um terço da área ocupada pelas lavouras no Brasil. Nestes períodos, o autor ainda salienta que embora exista uma atuação de ponta no Centro-Oeste, as regiões Sudestes e o Nordeste, também passaram a experimentar do cultivo da soja em suas extensões, destacando-se o Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e Piauí. Segundo dados do IBGE – Produção Agrícola Municipal em 2021, a soja bateu recorde de áreas plantadas ou destinadas à colheita, deixando para trás grãos como o trigo e o milho. No total a soja teve 39 milhões de hectares de plantio e colheita, como é destacado no Gráfico 1. Uma comparação pertinente, é o total do feijão e do arroz, que não conseguem competir com o uso de terras para plantio de *commodities*.

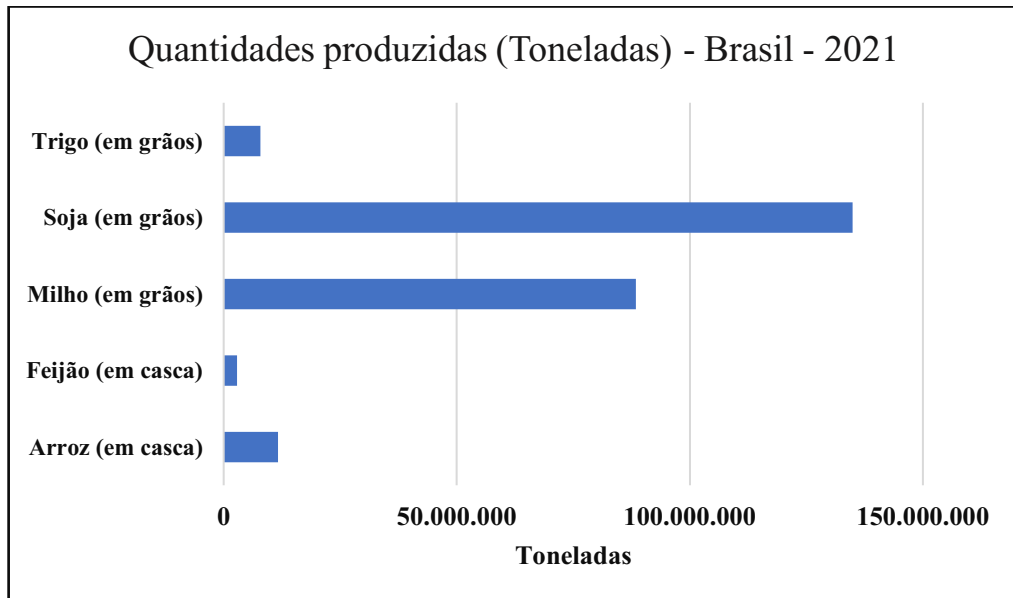
Gráfico 1 – Área planta ou destinada à colheita do ano de 2021.



Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal, 2021.

Outro dado é a quantidade da produção desses grãos de volumes vultuosos, principalmente a da soja. Esses dados deixam claro que o Estado brasileiro, com o apoio das multinacionais que aqui se instalam, tem sua estrutura de produção centralizada na produção desses grãos, ao contrário dos pequenos produtores, que garantem uma base alimentar para o Brasil. O Gráfico 2 mostra uma disparidade enorme da quantidade produzida e colhida quanto ao grão da soja no ano de 2021. Nesse ano, a soja obteve uma produção de 135 milhões de toneladas, o milho ficando em segundo com 88 milhões, o arroz com 11 milhões, o trigo em 7 milhões e o feijão não conseguindo chegar às 3 milhões de toneladas.

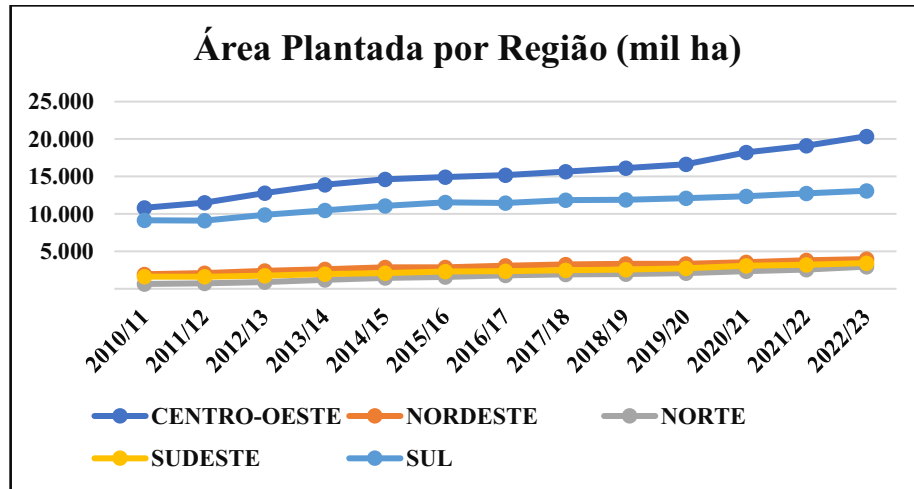
Gráfico 2 - Quantidade produzidas no Brasil em 2021.



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2021.

Expandindo o panorama dos dados, a Conab (2023) apresenta números sobre o uso de áreas nas distintas regiões do país destinadas à produção de soja. O Centro-Oeste e o Sul são as principais regiões responsáveis pela produção, como é destacado no Gráfico 3. Por outro lado, as regiões Norte, Nordeste e Sudeste, ao longo dos anos mantiveram uma escala sem muito crescimento, porém, vale destacar que a soja está presente nessas regiões, com destaque ao Nordeste, que em 2010/2011, se tinha um total de 1.946 mil/ha, e em 2022/2023, esse total subiu para 3.966 mil/ha.

Gráfico 3 - Área plantada por região no Brasil.



Fonte: Conab, Portal de Informações Agropecuárias, 2023.

Outras percepções que podem ser feitas diante dos dados vistos anteriormente, é que no panorama do grande volume de produção desses grãos, e o grande uso de áreas para o cultivo principalmente nas regiões Sul e Centro-Oeste, é que esse agronegócio cada vez mais se dirige para regiões localizadas na direção norte do Brasil, em especial a região Amazônica. Segundo Costa (2012), o avanço da sojicultura no território brasileiro e as condições desse sistema agrícola, se desenvolveu no bioma do cerrado e desde 1990 passou a se deslocar para o bioma da floresta.

Essa expansão pode ser analisada como uma forma do próprio agronegócio se sobrepor sobre as formas de produção voltadas às culturas permanentes. O Sul e o Centro-Oeste podem ser pioneiros na produção do agronegócio, mas cada vez mais, essa estrutura baseada em uma produção em larga escala, necessita de espaços, e não somente pelo aspecto da monocultura de grãos, como a soja, mas há também a necessidade de espaços para o gado. A pecuária também toma forma dentro do agronegócio. Dados do IBGE mostram que a produção de galináceos e de bovinos, assim como a produção de leite, possui uma grande importância para o lucro agrícola no Brasil. A Tabela 2 mostram números sobre o rank da pecuária do Brasil no ano de 2017.

Tabela 2 – Rank de Rebanhos Efetivos no Brasil - 2017

Rebanhos	Rank de Rebanhos Efetivos no Brasil - 2017
Galináceos - Efetivos em Rebanho	1.362.254.000
Bovinos - Efetivos em Rebanho	172.729.164
Suínos - Efetivos em Rebanho	39.346.192
Bovinos - Produção de Leite	30.165.279

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2017.

Portanto, o entusiasmo do agronegócio atual intensificou o surgimento de diversos debates e problemáticas acerca de sua existência e sua prática no território brasileiro. Esses debates vão desde questões ambientais, até questões relacionadas às relações de trabalho que o agronegócio impõe principalmente aos agricultores menores, a produção de alimentos, as situações de conflitos territoriais e a importância da resistência do campesinato.

Todo o debate em torno do agronegócio, pode e deve ser vista pelo aspecto mais evidente desse cenário, que são os problemas causados por ele, mas acima de tudo, o que deve ser debatido é o pêndulo em que está o agronegócio e a resistência da agricultura familiar. Dessa forma, é necessário analisar a existência desse agronegócio um pouco mais de perto e como seus principais problemas são vistos atualmente. O debate da questão agrária brasileira não se inicia agora, ele deve ser entendido enquanto um processo histórico, para isso devemos compreender os conflitos territoriais, os impactos ambientais e a permanência do trabalho escravo no campo, que são pontos importantes a serem considerados e analisados para se ter um panorama sobre as problemáticas do agronegócio no Brasil.

1.2.3 – Uma agricultura exterminadora: contrastes ambientais, conflitos e a situação governamental

As práticas do agronegócio atual estão inteiramente estruturadas em aspectos destrutivos do território brasileiro. Dentre eles, autores destacam que o desmatamento, o uso de fertilizantes e agrotóxicos, são responsáveis pelas mudanças climáticas e as problemáticas quanto à segurança alimentar, por exemplo. Segundo Soares *et al.* (2005), a contaminação por agrotóxicos é um tema de estudo que vem despertando atenção crescente, tendo em vista suas consequências para a saúde humana e o risco de degradação do meio ambiente causados por seu uso crescente no Brasil.

Moreira *et al.* (2002) remonta que o uso de agrotóxicos na agricultura resulta em três vias, uma ambiental, em que se caracteriza pela dispersão dos agrotóxicos ao longo dos diversos componentes do meio ambiente, ou seja, a contaminação das águas, através da migração de resíduos de fertilizantes e agrotóxicos para lençóis freáticos, leitos de rios, córregos, lagos e lagunas. Outra via se faz por meio da contaminação dos trabalhadores que manipulam essas substâncias, e por último a contaminação relacionada à ingestão de produtos contaminados por agrotóxicos. Segundo Lima (2017), os ganhos em produtividade foram elevados em função do aumento do monocultivo e a utilização massiva de insumos, agrotóxicos e fertilizantes que pretendiam elevar a produtividade no campo. Porém, mesmo que exista uma produtividade elevada, é no uso desses produtos que é observado grandes danos ambientais e na saúde populacional.

Quanto ao desmatamento, é necessário constar que existe uma grande destruição no bioma amazônico, motivado principalmente pela queimada dessa floresta em prol do cultivo de soja e da criação de gado. Segundo Fearnside (2022), atualmente o avanço das plantações de soja na região apresenta-se como a maior ameaça de desmatamento amazônico. Domingues *et al.* (2014) aponta que a expansão da área plantada tem se dado, sobretudo, no sentido norte a partir da região central brasileira, ou seja, atingindo diretamente o bioma frágil correspondente à floresta amazônica.

Essa expansão tem gerado impactos socioambientais que envolvem desde queimadas nas áreas da Floresta Amazônica para expansão da área plantada (que respondem a grandes percentuais de gases de efeito estufa emitidos na atmosfera), a mudanças no uso da terra, concentração fundiária entre outros. (DOMINGUES, *et al.* 2014 p. 2)

Segundo Gomes (2019), a degradação de extensas áreas cultivadas e de pastagem pelo agronegócio, aumentou a demanda por novas terras. Dessa forma, a maneira que foi encontrada para incorporar novas fronteiras é o desmatamento, pois os custos passam a ser menores do que recuperar áreas degradadas e improdutivas. Segundo Alencar *et al.* (2004), a expansão da soja deverá continuar gerando, indiretamente, novos desmatamentos, pois além da área de cerrado, que há muito tem ocupado, passa agora a utilizar áreas de pastagem que também estão em expansão.

Um dos principais problemas desse sistema, também é a concentração de terras em que uma pequena parcela de agricultores, principalmente os grandes, concentram uma grande quantidade de terras, geralmente sem produção, enquanto outra grande porção de agricultores,

no caso os pequenos, lutam por terras para a subsistência e para a produção de alimentos. Almeida e Serra (2012) remonta um panorama histórico que perpetua até os dias atuais na questão fundiária brasileira. A história agrária do Brasil se tem como primeira forma de acesso jurídico à terra no país, as sesmarias, que perdurou até 1922, data em que chegou ao fim. É notório que todo o processo de políticas de acesso à terra, se fez por intermédio de grandes latifundiários, o que historicamente refletiu em todo o contexto atual do país. Almeida e Serra (2012) remonta esse cenário:

Somente em 1850 surgiu a Lei de Terras, após quase 30 anos sem nenhuma legislação de acesso à terra. Foi estabelecido com a Lei que a aquisição de terras no Brasil seria possível somente por intermédio da compra. Importante frisar que essa lei foi elaborada pelos grandes latifundiários da época, com o objetivo de dificultar o acesso à terras pelos negros recém libertos e pelos imigrantes. Esse fato refletiu não somente no período em questão, mas em todo o contexto atual do Brasil. (ALMEIDA e SERRA, 2012 p. 1-3)

Para Oliveira (2007), essas grandes extensões de terras estão concentradas nas mãos de inúmeros grupos econômicos, porque no Brasil, ela funciona como uma reserva de valor ou uma reserva patrimonial, que é passada como herança de crédito. Portanto, a concentração de terra dos grandes proprietários, serve como uma garantia para acesso à financiamentos bancários ou aos incentivos governamentais. “Assim, o Brasil tem uma estrutura fundiária violentamente concentrada e um desenvolvimento capitalista que gera um enorme conjunto de miseráveis” (OLIVEIRA, 2007 p. 133). Com a concentração fundiária agravada pela maquinização e pela inserção de (bio)tecnologias na agropecuária do Brasil, tem-se o eixo central da luta pela terra.

É em decorrência deste conjunto de razões, que teimosamente os camponeses lutam no Brasil em duas frentes, uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários, e em outra frente, lutam para permanecerem na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não lhes têm considerado em suas políticas públicas. (OLIVEIRA, 2007 p. 135)

Oliveira (2007) mostra que essas lutas por territórios não são uma peculiaridade apenas do século atual no Brasil, podemos citar exemplos de lutas contra as novas modernidades desde a época colonial até os conflitos que emergem no Brasil atualmente. Oliveira (2007) busca no contexto histórico dos índios a reminiscência no Brasil atual. “Os povos indígenas, acuados, lutaram, fugiram e morreram. Na fuga deixaram uma rota de migração, confrontos entre povos

e novas adaptações.” (OLIVEIRA, 2007 p. 135). Essa luta foi e ainda é dos indígenas, depois dos escravos negros que se tornaram quilombolas e agricultores, os moradores de condição no caso do Nordeste, os posseiros, enfim de todo campesinato no Brasil, que lutam pelo direito já garantido na Constituição de acesso à terra, para viver e produzir.

Para Oliveira (2007), a violência tem sido a principal característica da luta pela terra no Brasil, mesmo que por um lado essa violência gerasse mais lutas desses agricultores contra a própria morte. A exemplo dessa luta, o autor destaca o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST⁴) ainda na década de 1980, que lutam pelo acesso à terra para produzir e ao mesmo tempo pela denuncia a concentração fundiária no país. Essas lutas historicamente, não se basearam apenas em contextos de posse de terras, foram também lutas em contextos políticos, sociais e culturais. Oliveira (2007) remete dados em que a ideologia das Ligas Camponesas⁵, que surgiram nas décadas de 1940 e 1960, eram freadas pelo latifúndio. Assassinatos ocorreram em regiões em que a agricultura expansionista e principalmente baseada em concentração de terras, eram bastante presentes.

No período entre 1964 e 1971, a maior parte das mortes ocorreu na região Nordeste (a região Nordeste não inclui o Maranhão). A origem desta violência estava na intenção dos latifundiários nordestinos de frear pela violência os ideais semeados pelas Ligas Camponesas. A partir de 1972 é na Amazônia (composta por todos os estados da região Norte mais o Maranhão e o Mato Grosso) que se concentra o maior número de assassinatos no campo, embora continue presente também no Nordeste e no Centro-Sudeste (estados da região Sudeste mais Mato Grosso do Sul, Goiás e o Distrito Federal). (OLIVEIRA, 2007 p. 136)

Oliveira (2007) destaca que a violência dos conflitos, passou a gerar novas formas de luta contra a morte e uma dessas formas se fez pelos acampamentos e assentamentos, que se constituem em novas maneiras de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. Segundo Oliveira (2007), é na terra que se tem a verdadeira resistência dos camponeses, e infelizmente essa resistência só existe pelo fato de se ter um Estado em que não preza pelos trabalhadores rurais, objetivando em sua maioria, a produção do latifúndio.

⁴ O Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 450 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e organização dos trabalhadores rurais.

⁵ As Ligas organizadas para resistir filiavam centenas de trabalhadores, incentivando-os para lutarem na conquista de uma gleba de terra, para dela extraírem a sobrevivência de suas famílias. Os líderes dos trabalhadores rurais convocavam os operários do campo para se juntarem em mutirões, no preparo do solo e da semeadura dos grãos, ajudando-se uns aos outros na luta pela sobrevivência em meio as dificuldades. (OLIVEIRA e GARCÍA, 2008)

A terra que vai permitir aos trabalhadores - donos do tempo que o capital roubou e construtores do território comunitário e/ou coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão - reporem-se/reproduzirem-se, no seio do território da reprodução geral capitalista. Nos acampamentos, camponeses, peões e bóia-frias encontram na necessidade e na luta, a soldagem política de uma aliança histórica. Mais do que isso, a transformação da ação organizada das novas lideranças, abria novas perspectivas para os trabalhadores. Greves rurais na cidade para buscar conquistas sociais no campo são componentes ainda localizadas no campo brasileiro, sinal inequívoco de que estes trabalhadores, apesar de tudo, ainda lutam. (OLIVEIRA, 2007 p. 137)

Para Oliveira (2007), os conflitos agrários existentes no Brasil são consequência de uma situação histórica em que as políticas públicas não foram capazes de reverter, colocando a parte, uma responsabilidade do Estado brasileiro quanto à essas políticas que estão à mercê das vontades dos grandes proprietários, multinacionais e da agroindústria. A Reforma Agrária⁶, um dos únicos caminhos que os movimentos sociais de luta pela terra encontraram para conseguir um pedaço de terra, não tem sido executada, suas metas não saem do papel.

A discussão sobre segurança alimentar, exige primeiramente atenção para as questões relativas à democratização do acesso à terra e as políticas governamentais como a Reforma Agrária. Para demonstrar que a Reforma Agrária não passa de uma política neoliberal, Oliveira (2007) destaca que muitos outros países com bases capitalistas mais avançadas promoveram políticas voltadas para a redistribuição de terras e de incentivos à agricultura familiar.

Todos os países capitalistas que desenvolveram mercados de consumo de massas, além de promoverem políticas de reforma agrária, privilegiaram a agricultura de base familiar, como estratégia na garantia do abastecimento a custos mais baixos, geração de empregos e de aumento do salário real para os trabalhadores de baixa renda. (OLIVEIRA, 2007 p. 130)

As políticas de Reforma Agrária no Brasil formam parte de um debate antigo na nossa sociedade. Começando pelo governo de João Goulart, que embora fora um dos primeiros governos a pautar a Reforma Agrária, o projeto, fora, foi impedido pela ditadura militar em 1964. Segundo Oliveira (2007), foi em 1964 em que esse projeto foi liquidado, dando início às

⁶ A Reforma Agrária no Brasil teve surgimento no ano de 1985, por meio do I Plano Nacional de Reforma Agrária, baseado no Estatuto da Terra de 1964. O I PNRA, tinha como meta a previsão de assentamentos entre 1985 e 1989, em termos totais para o Brasil, de 1.400.000 famílias em uma área de 43.090.000 hectares. O II PNRA, foi elaborado no ano de 2003, trazendo no total 11 metas para os anos de 2003/2006. Dentro as 11 metas, as principais previam 400 mil famílias assentadas, 500 mil famílias regularizadas, recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos e entre outros. (OLIVEIRA, 2007 p. 126-164)

perseguições de lideranças sindicais que militavam nas Ligas Camponesas, fazendo que esses movimentos fossem reprimidos.

Desde então a Reforma Agrária sempre foi um impasse para os governos brasileiros. Oliveira (2007) cita governos como o de Sarney, que passou a investir na propaganda governamental para alimentar a ilusão de que um dia a Reforma viria, mesmo não sendo exercida de forma concreta. Já governos como o de Collor, onde menos de 30 mil famílias foram assentadas, deixando claro a decisão de não se promover a reforma agrária, enquanto uma política do seu governo. Tivemos também como de Fernando Henrique Cardoso, que se utilizou de estratégias diretas de repressão, por exemplo, enquanto o MST denunciava as terras improdutivas e a grilagem de terra pelos latifúndios, a resposta de FHC foi de violência policial e a criminalização dos movimentos. Já o governo Lula, mesmo sendo um governo que sempre se posicionou a favor desses movimentos e da Reforma Agrária, também implementou uma reforma agrária bastante conservadora.

Outros autores, como Pereira *et al.* (2021), pontua que foram nos governos entre 2003 e 2016, que tiveram como presidentes Lula e Dilma do Partido dos Trabalhadores (PT), que o país experimentou por meio do acesso às diversas políticas públicas, o fortalecimento da agricultura familiar. Foram nesses governos, que ainda com problemas em suas políticas de distribuição de terras, apresentou um fortalecimento da agricultura familiar e dos movimentos sociais, onde, instituições e programas surgiram ou foram expandidos nesse período.

Entre 2003 e 2016 o país foi governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) que, dentre as diversas políticas públicas em diferentes esferas, promoveu a expansão das instituições de ensino superior; a criação e/ou expansão de programas que visavam o fortalecimento da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); pautou a reforma agrária por meio do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e instituiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). (PEREIRA *et al.* 2021 p. 10)

Após os governos do PT (Partido dos Trabalhadores), vivemos um dos períodos políticos da história do nosso país de maior retrocesso no âmbito das conquistas sociais, inclusive as relacionadas a questão agrária. Com a entrada do governo Temer, em 2017, pautada principalmente pela concepção de um golpe democrático, deixa-se claro as premissas nas quais se pautaram esse governo.

“[...] inicia imediatamente a implantação de um projeto de país baseado no retrocesso das políticas sociais, no avanço do neoliberalismo e do fascismo pautado, especialmente no uso institucionalizado da violência contra as minorias: mulheres, negros, população LGBTQIA+, camponeses, indígenas e demais povos tradicionais, que juntos conformam a maioria deste país.” (PEREIRA *et al.* 2021 p. 11).

Foi ainda nesse Governo que mais se instituiu projetos de privatizações, abrindo espaço ao neoliberalismo, não somente dentro das estruturas urbanas, mas também no campo. Segundo Pereira *et al.* (2021), no âmbito da internacionalização da terra, o governo Temer buscou avançar na pauta da flexibilização da apropriação de imóveis rurais por estrangeiros no Brasil, porém não foi concretizado, motivado pela entrada do governo de Jair Messias Bolsonaro.

Com o início do governo Bolsonaro em 2019, se inicia no cenário brasileiro a intensificação do desmantelamento e precarização dos órgãos ambientais que pudessem barrar as logísticas do agronegócio no Brasil. O governo de Bolsonaro foi pautado e apoiado principalmente pela bancada ruralista, que apoiavam seus discursos de ataques a minorias pautando ideologias alinhadas ao fascismo. Pereira *et al.* (2021) destaca alguns exemplos de desmantelamentos de órgãos ambientais que permitiu aos grandes agricultores “passar a boiada” em biomas brasileiros sem fiscalizações efetivas.

Um dos exemplos são os drásticos cortes orçamentários em todas as pastas, inclusive em tempos de pandemia. São cortes orçamentários no INCRA, no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e em diversas instituições de pesquisa, que são cruciais para formulação de políticas públicas no país, dentre estas destacamos os intensos desmontes do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE. Isso tem resultado diretamente na flexibilização de políticas de controle do desmatamento. (PEREIRA *et al.* 2021 p. 17)

O governo de Bolsonaro, além de efetivar um grande ataque ao meio ambiente, correlacionado também as questões rurais do Brasil, mostrou números relacionados a reforma agrária que em nenhum dos governos anteriores foi tão conservadora e restrita. Segundo Fernandes *et al.* (2020), a reforma agrária sofreu a maior retração da história, desde 1985, quando foram criados apenas 3 assentamentos. No ano de 2019, nenhum assentamento foi criado e nenhuma propriedade foi decretada para fins dessas políticas.

Dessa forma, a idealização do capitalismo e principalmente do agronegócio, é extinguir a parcela de agricultores familiares existentes, pautando principalmente a execução de uma

agricultura voltada para o lucro e a produção de mercadorias para exportação. A soja, o gado e entre outras monoculturas, são exemplos claros dessa idealização de agricultura brasileira.

Debatemos a modernização imposta por esse capitalismo, a problemática do assalariamento do camponês, a enorme influência política do agronegócio no Brasil e como o latifúndio e essa agricultura industrializada intensificou os processos dos conflitos e o surgimento dos movimentos sociais no Brasil. É necessário agora analisar como a agricultura familiar e o campesinato resistem a todo esse processo de modernização e sua recriação como classe social em contraste aos sistemas capitalistas. A partir do próximo tópico, o interesse evidente é de conhecer como essa agricultura familiar atual é formada e concebida como uma classe social e como sua importância faz parte de uma resistência.

1.3 – Agricultura familiar e a recriação do campesinato

A Agricultura Familiar atual possui em suas concepções e elementos de sua existência, debates e discussões sobre como essa ampla classe social brasileira se dispõe em meio aos contextos do agronegócio. Para começar, no Brasil o termo agricultura familiar se difunde nos anos de 1990, a partir do surgimento do PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar) em meio aos contextos de lutas do campesinato brasileiro, que forçaram o surgimento de novas políticas agrícolas e a volta do debate da reforma agrária. As lutas dos camponeses, em destaque o MST, são raízes da proliferação desse termo na época em questão.

Altafin (2007) destaca que é nesse contexto em que o termo agricultura familiar se consolidou e se difundiu nos diferentes setores da sociedade. Outros autores mostram que além da legislação que reconheceu esse termo, existe uma contradição em que a difusão do mesmo não seja apenas por meio da definição operacional do PRONAF, mas que vai muito além do programa. Segundo Wanderley (2004), para uns, o conceito agricultura familiar se confunde com a definição adotada pelo PRONAF que propõe uma tipologia de beneficiários em função de sua capacidade de atendimento.

Dessa forma, é necessário entender que a agricultura familiar surge como uma reconstrução, ou recriação do próprio campesinato e não somente como uma terminologia. Como bem destaca Shanin (2008)⁷:

⁷ As falas de Teodor Shanin foram retiradas de uma palestra ministrada pelo mesmo no ano de 2008 em São Paulo. As mesmas estão transcritas em um livro que está citado nas referências bibliográficas.

[...] processos estão acontecendo atualmente. O primeiro é a criação do campesinato, que acontece em muitos países, entre eles o Brasil, em que as pessoas que não são camponeses ou pessoas que são “sem-terra” recebem terra por meio de políticas de redistribuição fundiária, mas que há também, então, um processo de criação e recriação do campesinato. (SHANIN, 2008 p. 24)

Essa recriação pode ser vista atualmente como uma flexibilização do próprio campesinato que está presente na agricultura familiar e essa mesma agricultura familiar, mesmo flexibilizada quanto às questões do mercado capitalista, ainda compreende a relação de trabalho com os parentes de sangue. Wanderley (1996) destaca que o caráter familiar não é apenas um pequeno detalhe, e que sua configuração demonstra questões econômicas e sociais.

O ponto de partida é o conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. (WANDERLEY, 1996 p. 2)

Lima (2017) compreende que o atual conceito de agricultura familiar, teria assim suas origens no campesinato, onde sua característica básica está assentada no trabalho familiar, voltado para a própria subsistência. Wanderley (1996), por outro lado, concebe que o campesinato perdeu sua significação e a importância que tinha nas sociedades tradicionais, mas continua a se reproduzir nas sociedades atuais integradas ao mundo moderno. Com isso, a exclusão do Estado para com o campesinato, mostra que sua recriação na agricultura familiar, também se faz presente nos modos de produzir e de funcionar. A subsistência e a economia familiar presente nessa recriação, explana que acima de tudo, o campesinato ainda não perdeu sua significação dentro da sociedade, ela apenas se adaptou.

Shanin (2008) destaca muito bem que nesse século atual, o campesinato possui uma grande força de resistência na sua própria sobrevivência. “Outra importante característica a ser destacada a partir dos acontecimentos dos séculos XX e XXI é que as comunidades camponesas demonstram uma real habilidade para se ajustar a novas condições e também uma grande flexibilidade para encontrar novas formas de se adaptar e ganhar a vida” (SHANIN, 2008 p. 24). Para o autor, as soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas. Dessa forma, a agricultura familiar é nada mais que uma metamorfose do campesinato do século atual, que está em busca da sua própria subsistência familiar, mesmo que para isso, se submeta aos

elementos do capitalismo para sobreviver, mas, mantendo em sua estrutura, características do campesinato.

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar. (SHANIN, 2008 p. 25)

Wanderley (2015) compreende que apesar das diferenças atuais dessa estrutura da agricultura familiar, a mesma ainda consiste com características que diferem das estruturas capitalistas e remonta os elementos do campesinato. Para ele, os produtores agrícolas vinculados a famílias e grupos sociais, constroem um modo de vida e uma forma de trabalhar baseado nos laços dos parentescos. O mesmo ainda conclui que são essas características que autoriza a agricultura familiar ser considerada camponesa.

É a presença desta característica que nos autoriza a considerá-los camponeses, para além das particularidades de cada situação e da conexão (ou superposição) das múltiplas referências identitárias, assumindo que os conceitos de campesinato e agricultura familiar podem ser compreendidos como equivalentes. (WANDERLEY, 2015 p. 31)

Fernandes (2001) pautado na obra de Abramovay (2007), defende que apesar de existir os traços do campesinato dentro da agricultura familiar, nem todo agricultor familiar pode ser considerado um camponês, mas todo camponês pode ser considerado agricultor familiar na estrutura atual.

Nesse paradigma defende-se que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. (FERNANDES, 2001 p. 29)

Diante dessa afirmação, é necessário pensar que o campesinato no cenário brasileiro atual e principalmente nos cenários históricos, se recriou e se reinventou estruturalmente como método de resistência. As Ligas Camponesas, o MST e o próprio surgimento da agricultura familiar são consequências dessa resistência. Portanto, é fundamental entender que o campesinato pode se contradizer com seus métodos. Mas, também é lógico pensar que as

características do modo de produzir do campesinato são extremamente distintas da lógica de produção capitalista modernizada. Porém, não podemos deixar de lado que a modernização da agricultura familiar pode significar também a extinção das práticas e características do campesinato.

Outra característica que afasta das semelhanças do campesinato é o uso de mão-de-obra não familiar, o que diferenciaria e retiraria da sua essência, além da subsistência familiar, o trabalho passado de geração.

Shanin (2008) mostra que a economia familiar sempre terá em sua estrutura de trabalho o uso da mão-de-obra familiar, fazendo com que em sua excelência, sua capacidade de resolver problemas, como a resistência do capitalismo, se faça mais eficaz.

A economia familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial que não desaparece. Por isso, sob certas condições, a economia camponesa é mais eficiente do que economias não-camponesas. Os membros da família e o modelo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma particular num sistema de uso do trabalho que não é trabalho assalariado, mas trabalho familiar. Daí a sua capacidade para resolver problemas que outros tipos de economia não resolveriam de uma maneira tão eficaz e pouco dispendiosa. (SHANIN, 2008 p. 27)

Em uma dessas questões a serem debatidas sobre a agricultura familiar, é fundamental compreender que muitos desses produtores familiares buscam por meio de sua subsistência a comercialização de sua produção, onde, teoricamente, derrubaria mais uma característica do campesinato em sua própria recriação. Por outro lado, segundo Paulino (2006 *apud*, CORREIA, 2011 p. 108), “O que os camponeses vendem, no capitalismo, é o produto no qual está contido o trabalho da família, uma distinção essencial em relação aos demais trabalhadores, que têm para vender unicamente a mercadoria força de trabalho”. Conforme Correia (2011), é nessa fase que se tem a transformação desse trabalho familiar em uma forma de subsistência por meio do capital (dinheiro), mas com um pequeno detalhe, a relação de trabalho com a terra é recriada por meio da mão-de-obra familiar.

Dessa forma, podemos afirmar baseado nos diversos autores, que a agricultura familiar em sua grande maioria, é uma recriação do campesinato, objetivando assim, a sua sobrevivência e resistência em contradição aos modelos de produção em grande escala. A agricultura familiar carrega consigo, as características que permitem ser consideradas semelhantes ao campesinato, mesmo que muitos agricultores familiares, não sejam caracterizados como camponês ou não vivem como tal.

Porém, acima de suas etimologias, conforme Wanderley (2015), o campesinato e a agricultura familiar correspondem, portanto, a uma forma de viver e de trabalhar no campo, que mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura. Lima *et al.* (2019) concebe que mesmo que a agricultura familiar esteja subordinada à lógica capitalista, a sua produção ainda consiste em valores éticos, morais, culturais de identificação de uma categoria que permite sua permanência na sociedade, por representarem um modo de vida, que conseguiu se adaptar e evitar sua extinção.

Abramovay (2007) nesse sentido, destaca que o trabalho e vida do camponês vão além da produção para a sobrevivência e se estabelece como um modo de vida. Sendo assim, a agricultura familiar pode ser vista como uma representação cultural da recriação do campesinato, pois, acima de tudo, é nessa estrutura de agricultura que são remontadas uma relação cultural com a terra, a comunidade e até mesmo a comercialização do fruto do seu trabalho.

Abramovay (2007) ainda conclui que a família e a comunidade dão sentido às atividades camponesas, assim a terra não é apenas um simples fator de produção, pois forma uma unidade indissociável da existência da categoria, levando à agricultura camponesa a construir-se a partir de valores familiares que envolvem uma reciprocidade. São esses valores familiares que destacam a herança do campesinato dentro da agricultura familiar, o respeito cultural pela terra e pela relação de trabalho, exemplifica a importância dela no mundo atual, colocando à tona questões como segurança alimentar, segurança ambiental e conservação cultural das tradições camponesas.

É nesse sentido que Lima (2017) predispõe a importância da agricultura familiar no cenário atual. “Dessa forma a agricultura familiar passa a ser reconhecida por sua importância crescente a partir de sua organização política, legislação própria e enquanto modelo de agricultura capaz de garantir a produção de alimentos para o consumo humano.” (LIMA, 2017 p. 20). Outros autores destacam também a importância da existência da agricultura familiar no Brasil:

A inovação atual da Agricultura familiar estabeleceu-se na sua relevância para proporcionar a soberania alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional, como estratégias de saúde pública instituições de políticas públicas, aumentando os rendimentos agrícolas e correspondendo com as necessidades mundiais de acesso ao alimento e à melhor nutrição, promovendo também a sustentabilidade ambiental. (SILVA e MIRA, 2016 p. 62)

Portanto, além de se notar as suas características com o campesinato, a agricultura familiar deve ser relacionada a partir da sua importância nos problemas socioeconômicos existentes no Brasil. Por meio dessa caracterização de sua importância em contradição ao modo capitalista de produção, que assim como o campesinato, deve ser considerada em sua recriação, como uma classe social resistente aos novos modos produtivos. Nessas recriações, o agricultor familiar é visto como, segundo Correia (2011), a representação do velho, do arcaico e do atraso.

Segundo Wanderley (1996):

[...] no Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua História, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. (WNADERLEY, 1996 p. 8)

Mesmo com a dominação da grande propriedade, o campesinato se impôs contra o modelo capitalista, que embora coloque ele como secundário assim como o proletário em sua fábrica e o trabalhador contra o patrão, ainda resiste. Portanto, são nessas características de divergências culturais, em que devemos encontrar a construção de uma classe social recriada a partir do campesinato, mesmo que essa agricultura familiar não seja em sua estrutura, como em alguns casos, camponesa. Ainda assim, como classe social, o agricultor camponês ou o produtor familiar, como resistência dessa classe e sua materialização, sempre recorre ao passado, ou melhor, aos saberes passados por geração, saberes esses culturais, para sobreviver em meio ao capital como uma resistência de classe. Wanderley (1996) destaca muito bem essa característica.

Para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira como deverá diferir no tempo, o consumo da família. O campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local etc. (WANDERLEY, 1996 p. 4)

Outra concepção da recriação desse campesinato, é que muitos não se percebem como resistência de uma classe social, pois não estão organizados como tais, como ocorre com o MST e outras organizações camponesas. Segundo Correia (2011), entendemos a recriação do campesinato brasileiro a partir da forma ambígua de resistência e conformismo, e isso é afirmado pela autora, porque uma determinada ação ou reação que caracterize conformismo do

camponês pode ter efeitos de resistência à lógica dominante capitalista. A exemplo dessas características de resistência à lógica capitalista a autora destaca algumas, como:

a) a autonomia no processo produtivo; b) o predomínio do trabalho familiar na produção; c) a produção para o autoconsumo ou a produção mercantil simples; d) a diversificação da produção contra a penetração de monoculturas exportadoras; e) a produção orgânica; f) a criação de animais (aves, bois, cabras, porcos, abelhas e outros); g) a não integração à indústria capitalista; h) a eliminação dos atravessadores na comercialização da produção; h) as relações de vizinhança e comunitárias, além de outras formas de conformismo ao resistir ao capital. (CORREIA, 2011 p. 101)

Portanto, é necessário pensar que a simples existência da agricultura familiar, caracteriza uma resistência de classe contra o capitalismo agrícola, mesmo que de forma não organizada, não política, mas cultural, social e de relações de trabalhos assimilados ao campesinato. Relacionado a isso, Shanin (2008) defende a importância de entender como o campesinato, enquanto classe social, se faz importante para o entendimento dessa resistência.

Estudar os camponeses é importante, não só porque os intelectuais podem produzir conhecimento voltado para os interesses dos camponeses, mobilizar-se e lutar por eles, ou tentar fazer com que eles se mobilizem. Os camponeses podem nos ensinar uma variedade de coisas que nós não sabemos. A questão da flexibilidade de respostas em face dos desafios e crises econômicas é algo que o camponês pode ensinar àquele que não é camponês, muito mais do que o contrário, como se pode observar em inúmeras situações. (SHANIN, 2008 p. 28)

Por meio dos contextos expostos, iremos compreender como está organizada essa recriação do campesinato por meio da Agricultura Familiar em uma escala menor, porém, são esses entendimentos que se faz necessário para a análise dessa resistência. Entender como ela está distribuída em uma territorialização menor, como a do caso do município de Uiraúna-PB, também pode ser atribuída como uma análise profunda da existência dessa agricultura familiar no território brasileiro. Posteriormente, analisaremos os dados sobre a agricultura em Uiraúna, os processos históricos, e finalmente caracterizar os sujeitos dessa pesquisa observados em trabalho de campo. Será necessário debater como esses sujeitos se recriam no cenário atual, ou seja, suas formas de produzir, de relação familiar, subsistência e principalmente sua inserção no mercado.

2 – AGRICULTURA FAMILIAR DE UIRAÚNA – PB: UMA RECRIAÇÃO DE RESISTÊNCIA COMO CLASSE SOCIAL

A compreensão do campesinato nas conjunturas da agricultura familiar, possui um foco nas questões de como essa agricultura produz e existe dentro da lógica do capitalismo atual, que por muitos, tem sido considerada e tratada como uma agricultura esquecida pela modernidade. De fato a modernização é um elemento que pode ser considerada uma mancha no modo produtivo da agricultura familiar, tendo em mente que a mesma não se reproduz – pelo menos em sua totalidade – pelo uso de ferramentas utilizadas na agroindústria.

Logo, é nesse sentido que deve ser analisada as condições que fazem essa agricultura ser considerada uma resistência contra a lógica do capital, pois é nela que encontramos relações de trabalho, modos de viver, a resiliência, a herança e a força na produção de alimentos que o campesinato faz tão bem. Portanto, é por meio desses laços, da sua capacidade de inovação, suas relações do passado, que devemos entender essa agricultura familiar como uma recriação do campesinato e essa recriação deve ser concebida como uma classe social resistente em sua naturalidade de existir.

Para atingirmos isso, encontramos-nos no Município de Uiraúna, localizado no Estado da Paraíba. O município é situado na Mesorregião do Sertão Paraibano e a microrregião de Cajazeiras. Segundo o IBGE, sua área territorial é de 293 km², com uma população total de 14.584 habitantes, segundo o último censo de 2010. É uma cidade com um clima semi-árido, quente e seco, tendo chuvas heterogêneas durante o ano e composta predominantemente da vegetação caatinga.

Dessa maneira, neste capítulo será discutido as questões históricas e dados pertinentes da estrutura agrícola do município, onde partiremos para as construções metodológicas que permitiram a execução deste trabalho, que posteriormente é culminado com a análise e a discussão de todos os aspectos socioeconômicos, culturais e políticos que caracterizam esse campesinato como recriação e resistência na agricultura brasileira.

2.1 – Historicidade de Uiraúna: Primeiras atividades econômicas e agrícolas.

A história de formação de Uiraúna na Paraíba, está condicionada a alguns elementos políticos, culturais e econômicos. Partindo para o contexto histórico, segundo o site da Prefeitura de Uiraúna, a história está relacionada a partir dos contextos econômicos e do desenvolvimento da cana-de-açúcar no litoral da Paraíba. Devido o desenvolvimento da

pecuária extensiva no litoral paraibano, ocorreu uma concorrência de espaço com a produção desse cultivo e com os engenhos. Essa competitividade fez com que a pecuária extensiva se tornasse a base econômica do sertão, consequência da migração desses pecuaristas - ou na palavra popular vaqueiros - para o interior paraibano. O desenvolvimento dessa atividade agrícola no sertão paraibano, favoreceu a ocupação do município criando rotas e feiras de gado. A cidade por possuir divisa Paraíba - Rio Grande do Norte – Ceará, serviu como ponto estratégico para o escoamento da própria cana-de-açúcar produzida no litoral e também de outros tipos de mercadorias do período.

Em meio a ocupação dos pecuaristas no sertão, a importação de produtos em outras regiões, cidades e Estados, eram feitos pelo uso de mulas o que caracterizou o surgimento de uma nova classe de trabalhadores no sertão.

Paralelamente a vinda dos criadores de gado ao sertão, nascia no Brasil, sobretudo nos estados do Nordeste e do Sul, uma nova classe de trabalhadores, os tropeiros, que tinham papel de extrema importância para as vilas e cidades do interior, pois na ausência de caminhões (que fora inventado em 1896, mas por ter altíssimo custo só chegaria ao Brasil décadas depois) eles iam na condução das tropas de mulas buscar em outras cidades produtos que o interior necessitava. Os tropeiros uiraunenses eram conhecidos por “Tropeiros do Sertão” e geralmente iam ao Cariri cearense e a Mossoró na busca de rapadura, algodão e de farinha. (SITE DA PREFEITURA DE UIRAÚNA)

Freitas (2013), concebe os tropeiros como homens viajantes, trabalhadores que andavam em tropas de burros e enfrentavam os sertões afora e as diversidades naturais. Conforme a autora, isso se dava pelo fato de que não existiam estradas nas áreas urbanas ou rurais do Nordeste. Os tropeiros transportavam alimentos, roupas, utensílios e arriscavam suas próprias vidas. Os percursos eram longos e distantes das famílias desses trabalhadores. Em Uiraúna, a prática e passagem de tropeiros se faziam frequentes.

Ainda com as questões da pecuária, com base no Site da Prefeitura de Uiraúna, um dos fatores da expansão da cidade, foi a chegada de famílias latifundiárias que anexaram seus domínios nas terras banhadas pelo Rio do Peixe (Sousa, São João do Rio do Peixe e Uiraúna), na busca de acumular capitais através da pecuária. Segundo Oliveira (2017), o município de Uiraúna teve como fomentador da ocupação da terra por fazendeiros, as doações de sesmarias. Com a frequência de terras repartidas, surgiram grandes fazendas de gado, povoados, vilas e cidades ao redor. Limão (2015), relata detalhadamente, como se iniciou o processo de integração de sesmarias nas regiões e no território de Uiraúna.

Por volta do século XVIII à região onde hoje se situa o município de Uiraúna foi doada, em forma de sesmaria, aos alferes Alexandre Moreira Pinto e João Nunes Leitão, os primeiros exploradores e criadores de gado. Depois, os direitos de posse foram repassados para Joaquim Duarte Coutinho e seus Cunhados João Claudino de Galiza e Henrique de Galiza, que chegaram em 1872 com suas famílias e fixaram residência no povoado denominado de Arrojado. Nos anos seguintes o casal Joaquim Duarte e França Caetano, influenciado pelo filho José Joaquim de França, que acabara de ser ordenado padre, construiu uma capelinha em homenagem a Sagrada Família. (LIMÃO, 2015 p. 35)

Conforme Silva (2013), o “caminho do gado” teve a frente fazendeiros e produtores rurais, que comercialmente, utilizavam-se das trocas de gados e feiras de produtos alimentícios como farinha, goma, milho e feijão, que eram comuns nessa região. Outra questão social e cultural que vale destacar na formação do espaço uiraunense, é a influência da religião, que no senso comum, é colocado historicamente como uma engrenagem do crescimento da cidade. Segundo Oliveira (2017), Uiraúna surgiu a partir de um terreno doado pelo Pe. França Coutinho para a construção de uma capela, que recebeu como presente por seus pais. A partir disso, surgiu em torno dela as primeiras ocupações territoriais de Uiraúna.

Por fim, se tem como último fenômeno das questões econômicas e agrícolas da cidade, o surgimento e desenvolvimento do algodão nessa região. Segundo Silva (2013), depois do gado outro impulso que colaborou para o desenvolvimento urbano e econômico da cidade de Uiraúna foi o algodão, produto de destaque no cenário econômico mundial que alimentava a indústria têxtil, sobretudo na Europa. Na Paraíba o algodão se tornou o principal produto econômico na época, desbancando o açúcar, isso foi ocasionado pela facilidade de produção dessa cultura. Conforme isso, o algodão propiciou o impulso da economia uiraunense e conseqüentemente a sua urbanização. Segundo Silva (2013), o algodão que era produzido na região do sertão paraibano, era oriundo de Uiraúna, que por sua vez, era vendido para todo o país e para a Europa.

Neste período duas usinas algodoeiras, a ALGASA Algodoeira Gadelha S/A, fundada em 1964 e a SAMBRA de 1969, geraram vários empregos, impulsionando o crescimento e desenvolvimento do comércio local (informação verbal). Também se registra nesse período a chegada de pessoas de outras regiões para trabalhar e morar na sede do município. O algodão também foi responsável, em parte, pela instalação das agências dos bancos PARAIBAN, Bradesco, Caixa econômica Federal e Banco do Brasil. Alguns anos depois a chegada do bicudo acabou com as plantações de algodão na região, trazendo grandes prejuízos para o município. O fim das algodoeiras gerou uma grave crise econômica, fazendo assim com que as agências bancárias fechassem suas portas no final da década de 80. (SILVA, 2013 p. 21)

Portanto, o processo histórico de formação do espaço agrário do município de Uiraúna, desempenharam um papel importante para a formação cultural, econômica e social de seu espaço geográfico. Cabe nesse momento, entender como se estabelece as atividades de agricultura nos dias atuais dessa cidade.

2.2 – Agricultura familiar de Uiraúna – PB: Panorama estatístico

O panorama da Agricultura Familiar do município de Uiraúna, deve ser primeiramente analisado em questões territoriais, de quantidades e do que se produz dentro do município. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, feito pelo IBGE, o município de Uiraúna possui 696 estabelecimentos agropecuários, compreendendo um território em hectares, de aproximadamente 14.560. Dos 696 estabelecimentos agropecuários, 584 são configurados como estabelecimentos de agricultura familiar. Os 584 estabelecimentos do município, comparado ao total de estabelecimentos da Paraíba, representa uma porcentagem de 0,4% de toda agricultura familiar paraibana.

É destacado na Tabela 6, que a atividade agrícola mais predominante na agricultura familiar uiraunense é a pecuária, retificando assim, o processo histórico dos fazendeiros de gado que se instalaram no município, e logo atrás da pecuária, se tem as lavouras temporárias.

Tabela 3 - Principais atividades agrícolas de Agricultura Familiar em Uiraúna-PB

Tipo de Prática Agrícola	Número de Estabelecimentos de Agricultura Familiar
Produção de lavouras temporárias	106
Horticultura e floricultura	11
Produção de lavouras permanentes	1
Pecuária e criação de outros animais	462

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2017.

Outros dados importantes a serem analisados, é como esses estabelecimentos estão dependentes de financiamentos para com sua produção. Com base no Censo Agropecuário de 2017, se tem um total de 213 estabelecimentos que são provenientes de programas de crédito ou não possuem tal dependência, representando 36% dos estabelecimentos totais de agricultura familiar. Dos 213 estabelecimentos financiados, 98% são oriundos de financiamentos de bancos, enquanto apenas 1,8% são provenientes de programas do governo. As prioridades dos

financiamentos são voltadas para a produção de pecuária, onde os bancos financiaram 174 estabelecimentos, compreendidos em investimentos, custeios, comercialização e manutenção dos mesmos.

Para finalizar com esses dados básicos e para observar a estrutura econômica desses estabelecimentos, mesmo que em um panorama mais simples, o Censo Agropecuário de 2017 apresenta números sobre as principais despesas desses agricultores, esclarecendo um cenário dos seus modos de produzir, de comercialização e principalmente de aquisição de terras. Tabela 7.

Tabela 4 - Tipos de despesas dos estabelecimentos de Agricultura Familiar em Uiraúna-PB.

Tipos de Despesas	Número de Estabelecimentos de Agricultura Familiar
Arrendamento de terras	41
Contratação de serviços	6
Aubos e corretivos	60
Sementes e mudas	71
Compra de animais	141
Agrotóxicos	362
Transporte da produção	7
Compra de máquinas e veículos	5

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2017.

Dos 584 estabelecimentos, 7,0% utiliza-se da sua renda para arrendar terras e fazer o uso para produzir, 12% compram sementes e mudas para produzir - o que pode caracterizar a compra de sementes transgênicas - e 61% utilizam de agrotóxicos em suas lavouras, sejam temporárias ou permanentes.

Esses dados devem ser encarados como um panorama geral das questões agrícolas do município, pois suas especialidades, culturas, questões sociais, políticas e econômicas, são difíceis de serem analisadas apenas por dados secundários. Para esse aprofundamento, discutiremos essas questões a partir de dados primários coletados em campo junto aos sujeitos dessa pesquisa.

2.3 – Caminhos metodológicos da pesquisa: os sujeitos da agricultura familiar em Uiraúna – PB

A pesquisa foi baseada na modalidade qualitativa, motivado pela estruturação da mesma ao decorrer de toda a pesquisa. Segundo Minayo (2007), a pesquisa qualitativa possui em sua estrutura, a possibilidade de responder questões muito particulares. Para a autora, essa

metodologia trabalha com um universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Outros autores como Lima e Moreira (2015), fundamentam a pesquisa qualitativa no princípio de que as sociedades humanas existem num determinado espaço, cuja formação social é específica. Para esses autores, os indivíduos, os grupos e as classes atribuem significados e intencionalidades a suas ações, concepções e construções históricas.

Com base nisso, para se atingir o objetivo principal deste trabalho, a pesquisa qualitativa se encaixa como um melhor caminho para se entender os elementos, respostas e crenças dos indivíduos participantes. É na pesquisa qualitativa que se tem a possibilidade de discutir os resultados de uma forma menos restrita e engessada, abrindo espaço para a compreensão da realidade observada. Segundo Minayo (2007), o universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade que é objeto da pesquisa qualitativa, que dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos. Dessa forma, os dados a serem apresentados serão analisados, organizados e discutidos conjuntamente com intuito de obter o entendimento da realidade pesquisada, seus fatores, seus elementos, sua historicidade, suas crenças e entre outros.

A pesquisa, portanto, foi feita em distintas etapas, a primeira está voltada para o levantamento de dados secundários, como foi visto no capítulo 1, a segunda parte se fez por meio do trabalho de campo e nele a utilização de entrevistas semiestruturadas. Como última etapa, se tem a análise e organização dos dados coletados em campo e a discussão sobre eles por meio de levantamento bibliográfico sobre a temática abordada.

O trabalho de campo como meio para conceber a pesquisa, muitos autores discutem sua importância para a observação do fenômeno estudado, que por meio dele, as observações atribuem um caráter empírico e verídico sobre a realidade estudada. Minayo (2007) destaca que o trabalho de campo permite aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelece uma interação com os “atores” que conformam a realidade, e assim, é construído um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social.

Nesse sentido, o trabalho de campo foi feito em quatro momentos: a) conhecer os indivíduos da pesquisa; b) elaborar e aplicar entrevistas semiestruturada; c) selecionar o espaço de vivência dos indivíduos para visitar; d) visitar os indivíduos selecionados em seu espaço de vivência.

O primeiro encontro dos indivíduos no trabalho de campo foi feito na feira livre de Uiraúna-PB (Figura 1), local onde se tem um grande número de agricultores do município e da

região. Foram identificados 10 agricultores do município, sendo que apenas sete se disponibilizaram a atender a pesquisa. Outros dois agricultores foram localizados fora da feira livre, que passaram a atribuir um total de nove agricultores participantes da pesquisa. Após a aplicação das entrevistas, quatro sujeitos da pesquisa se disponibilizaram a nos receber em seus sítios. O trabalho de campo na feira livre foi realizado no dia 21 de abril de 2023. Quanto às visitas aos sítios, os dois agricultores que foram identificados fora da feira livre, foram visitados no dia 22 de abril de 2023. Os outros dois agricultores encontrados na feira livre, as visitas aos seus sítios foram feitas no dia 01 de maio de 2023.

Figura 1 - Registro da feira livre no centro de Uiraúna-PB.



Fonte: Acervo pessoal, SILVA, 2023.

Quanto às entrevistas, Minayo (2007) destaca que existem muitas formas e técnicas de realizar o trabalho de campo, mas dois são os principais instrumentos desse tipo de trabalho: a observação e a entrevista. Nesse sentido, o trabalho de campo foi acompanhado de uma entrevista semiestruturada, com a maioria das perguntas a serem respondidas de forma simplificada – muito motivado pela dinâmica da feira livre – e o restante aberta para colocações, opiniões e interesses de falas dos entrevistados. No total foram feitas 19 perguntas. Segundo Minayo (2007), a entrevista semiestruturada, combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada.

Contudo, nas visitas aos sítios foi dado o espaço para que o entrevistado tivesse liberdade de falar elementos fora da estrutura das perguntas, onde, ficaram livres para expressar opiniões, contextos históricos, crenças e etc. Minayo (2007) pontua que esse elemento nas entrevistas, caracteriza narrativas de vida, igualmente denominada “história de vida”. Dessa forma, o trabalho de campo teve como enfoque principal, a coleta de dados primários e a premissa da observação dos estabelecimentos visitados, em que Minayo (2007) delimita a principal funcionalidade de cada: “Enquanto a primeira é feita sobre tudo aquilo que não é dito, mas pode ser visto e captado por um observador atento e persistente, a segunda tem como matéria-prima a fala de alguns interlocutores. (MINAYO, 2007 p. 63)”

Para registro do espaço geográfico dos agricultores visitados, foram utilizados uma câmera e um celular como forma de captar elementos importantes para enriquecer a pesquisa de campo e posteriormente o debate deste trabalho.

Após a coleta de dados, os mesmos foram organizados e sistematizados para que no conjunto da sua exploração, sejam discutidas as questões propostas por esta pesquisa. Para aprofundamento dos dados, foi feito um levantamento bibliográfico de autores que definem e abordam as temáticas, campesinato, agricultura familiar e capitalismo. Porém, será bastante utilizado como referencial para a discussão e para conseguir atingir os objetivos propostos, Ricardo Abramovay, que em sua obra “*Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*”, possui um grande referencial teórico Marxista e de autores como Alexander Chayanov. Por outro lado, as análises não estão restritas a apenas essa obra, mas sim ao conjunto de autores já lidos e abordados anteriormente. Após a análise será discutido as questões acerca da agricultura familiar e sua resistência como classe social, utilizando-se também de referencial teórico e outros dados coletados em campo.

2.4 – Caracterização dos Agricultores Familiares de Uiraúna-PB: elementos da pesquisa

Para início da pesquisa foi realizado trabalho de campo na feira livre localizada no centro do município de Uiraúna, que reúne não somente agricultores desse município, mas também da região. Na entrevista foram coletados dados pertinentes para a discussão acerca das características dos agricultores familiares. Esses dados compreendem questões familiares, de terra, subsistência, modo de produção, rentabilidade dos agricultores e principalmente suas crenças, medos, modo de vida e entre outros elementos que fazem entender essa agricultura familiar enquanto recriação do campesinato.

Segundo Wanderley (1996), a agricultura familiar atual assume uma racionalidade moderna, o agricultor se profissionalizou, o mundo rural perdeu seus contornos de sociedade parcial e se integrou plenamente à sociedade nacional. Nesse sentido, é necessário conceber que sua racionalidade moderna – mesmo que pequena – se faz presente para se manter existente no cenário agrícola, muito em competição e contradição ao modo produtivo capitalista. O autor ainda destaca que essa categoria social “agricultura familiar”, deve ser comparada à uma continuidade do campesinato.

No entanto, parece-me importante sublinhar - e o formularia como uma terceira hipótese - que estes “novos personagens”, ou pelo menos uma parte significativa desta categoria social, quando comparados aos camponeses ou a outros tipos tradicionais, são também, ao mesmo tempo, o resultado de uma continuidade. (WANDERLEY, 1996 p. 7)

Outros autores como Carvalho (2009), concebe que a permanência dos produtores rurais nesse processo familiar de produção, está integrada direta ou indiretamente ao capital, buscando de diversas maneiras uma autonomia perante o próprio capital. Com isso, a agricultura familiar se contradiz de seus princípios para se tornar contraditório ao agronegócio e se recriar como resistência social. O autor ainda pontua que isso é feito como um ponto estratégico da agricultura familiar, que busca garantir a reprodução social da família de maneira a que possam, num processo continuado e crescente, melhorar os padrões de qualidade de vida e de trabalho.

Por outro lado, mesmo que a modernização aconteça de forma crescente ou alguns elementos sejam introduzidos na agricultura familiar, ela ainda, por sua natureza, carrega consigo as concepções de uma agricultura que não se submete a estrutura capitalista de produção agrícola. A isso, Felício (2010) salienta que os discursos do campesinato constituem a matéria prima do seu território imaterial, pois neles estão as concepções de vida, de ser humano e de mundo.

Nesse sentido, a caracterização da agricultura familiar presente no cenário dessa pesquisa, buscará discutir esses elementos enquanto precursores para entender como, mesmo perante os grandes embates no campo brasileiro, o campesinato resiste e se reproduz enquanto classe social. Pontes (2005) traduz esse contexto baseado nos pensamentos de Chayanov, onde é destacado em suma, a diferenciação da produção familiar com o modelo capitalista. “O trabalho da família é a única condição possível para a obtenção de recursos para um camponês ou um artesão, porque não existe o fenômeno social dos salários e, por este motivo, também está ausente o cálculo capitalista do lucro.” (PONTES, 2005 p. 36)

Pontes (2005) ainda problematiza que o objetivo perante essa diferenciação, seria determinar quais mecanismos estão por trás do trabalho familiar e de uma unidade de produção fundamentalmente doméstica. Com esse contexto, os dados expostos buscarão uma resposta para essa problematização, buscando entender como se dispõe essa agricultura familiar, como ela se reproduz como contradição ao capital, como ela resgata as características do campesinato e como ela pode ser considerada enquanto resistência social, política e em sua materialidade, uma classe social.

2.4.1 – Elementos da agricultura familiar: produção familiar, subsistência, terras e herança

Na agricultura familiar atual, é irredutível que existam três elementos em sua essência produtiva. A terra onde se tem a relação desses agricultores com sua renda para se manter, a família que por sua conjuntura define seu potencial de produção e a subsistência que é o consumo de seu trabalho. Segundo Schneider e Niederle (2008), nas unidades familiares de produção o sistema produtivo em geral se assenta no trabalho da terra, realizado por uma família e na produção primária, destinada prioritariamente à satisfação das necessidades internas da propriedade e do grupo doméstico. Outros autores definem que a combinação desses elementos traduz a intensidade do trabalho desses agricultores. Pontes (2005) com base nos pensamentos de Chayanov, destaca que esses aspectos definem o grau de “autoexploração” da força de trabalho da família.

Nesse mesmo pensamento de Chayanov, Abramovay (2007) salienta que essa composição do trabalho familiar é a “engrenagem” principal para a produção, o que o distingue da composição capitalista, que se utiliza principalmente do trabalho assalariado.

[...] a renda familiar é um todo indivisível cuja formação se origina e depende de um organismo econômico único. Por essa razão é equivocada a tentativa de conceber o camponês como um capitalista que é seu próprio operário. Na unidade de produção camponesa, a família. (ABRAMOVAY, 2007 p. 71)

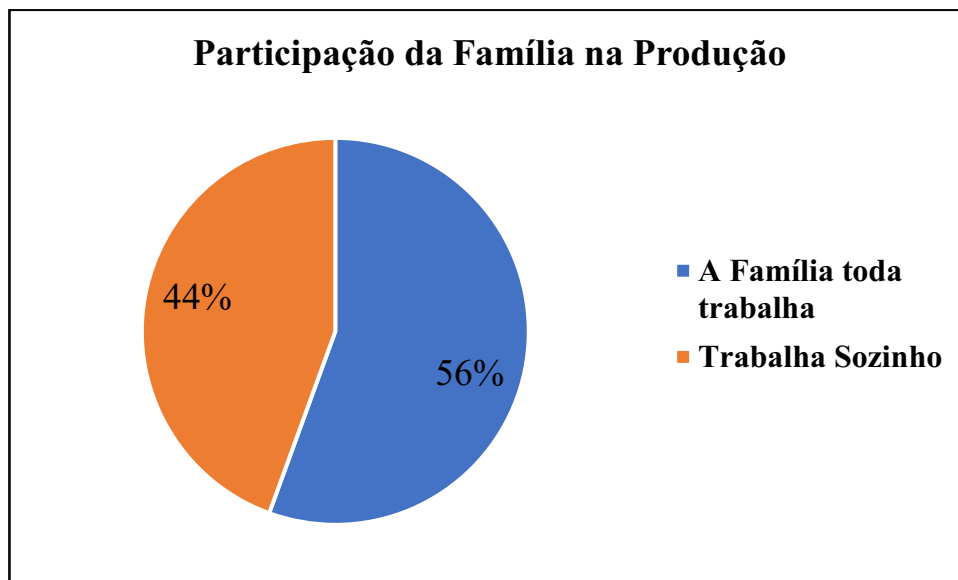
Perante a isso, podemos conceber que uma de suas distinções da estrutura agrária capitalista, é a utilização de mão-de-obra familiar como forma de exploração do trabalho, é nesse conjunto em que se encontra características correspondentes ao campesinato. E por meio da utilização do aspecto familiar, é necessário entender que essa conjuntura, conseqüentemente, vai definir a escala de trabalho desses agricultores, a fim de suprir com as necessidades da

família. “O que determina o comportamento do camponês não é o interesse de cada um dos indivíduos que compõe a família, mas sim, as necessidades decorrentes da reprodução do conjunto familiar” (ABRAMOVAY, 2007 p. 71).

Um dos primeiros questionamentos feitos com os agricultores sujeitos dessa pesquisa, teve como objetivo entender como estava estruturada a relação da família com o campo e a subsistência familiar. Para isso, partimos de questões relacionadas ao grau de envolvimento dos membros da família na agricultura, e ainda as dinâmicas familiares e de parentescos (filhos) e se, além da participação da família nas atividades agrícolas se utilizam de mão-de-obra externa.

Na primeira indagação aos agricultores sobre a participação da família quanto a produção no campo (Gráfico 4), cinco agricultores relataram que toda sua família possui uma grande participação quanto à produção, correspondendo a um total de 56% dos estabelecimentos dos agricultores entrevistados. Os 44%, correspondente ao número de quatro agricultores, responderam que nem toda sua família trabalha nas plantações. Cabe ressaltar, que desses quatro agricultores apenas dois deles responderam que “trabalham sozinhos”, mas destacaram que a família participa de outras formas de trabalho na propriedade.

Gráfico 4 - Participação da Família na Produção.



Fonte: Pesquisa de campo. Org. SILVA, 2023.

Ainda referente a esses quatro produtores que relataram não contar com o trabalho familiar, parte deles justificaram que isso ocorre ou por não terem filhos, ou ainda que os filhos são muito pequenos, e por isso, ainda não participam dessas atividades. Para outros agricultores, os filhos preferiram exercer outras atividades econômicas que não a agricultura.

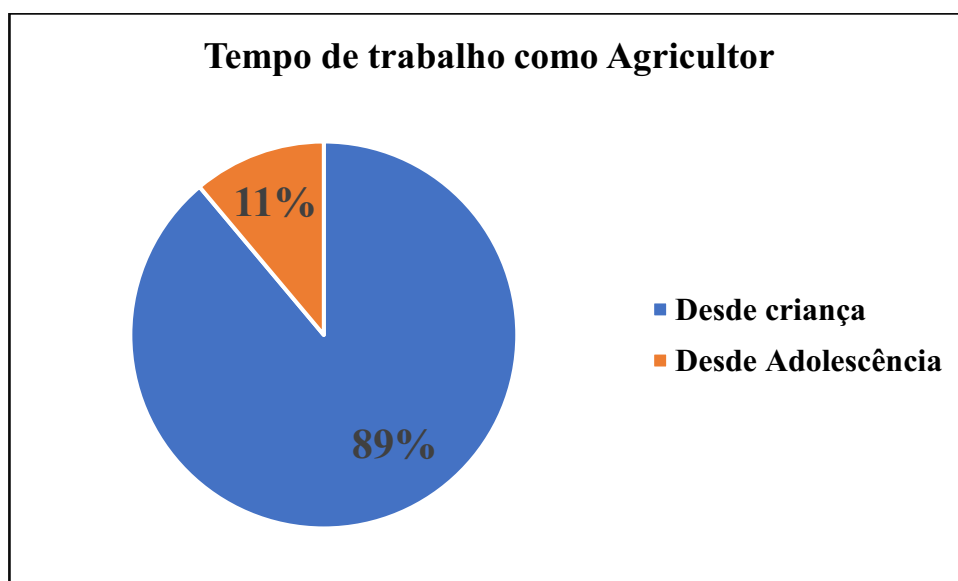
Embora essas pessoas que são oriundas do campo, que deixam suas famílias em busca de novas oportunidades de trabalho, os pais por sua vez, são a herança de suas gerações anteriores que se fizeram presentes na agricultura familiar, papel esse renovado de geração para geração. Muitos desses agricultores relatam que trabalham na agricultura desde sua infância, o que indica que seu modo de viver, diferentemente das possibilidades que seus filhos possuem atualmente, ficou restrito ao campo.

Wanderley (1996) discute que a garantia da sobrevivência no presente e as relações no interior das famílias camponesas, têm como referência o horizonte das gerações, isto é, um projeto para o futuro. É nesse projeto para o futuro, em que esses agricultores passam de pai para filho, não somente seus bens materiais, mas também seu modo de vida, sua cultura, entendimento do mundo e suas terras.

Com efeito, um dos eixos centrais da associação camponesa entre família, produção e trabalho é a expectativa de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo a esta, as condições de sua sobrevivência. (WANDERLEY, 1996 p. 4)

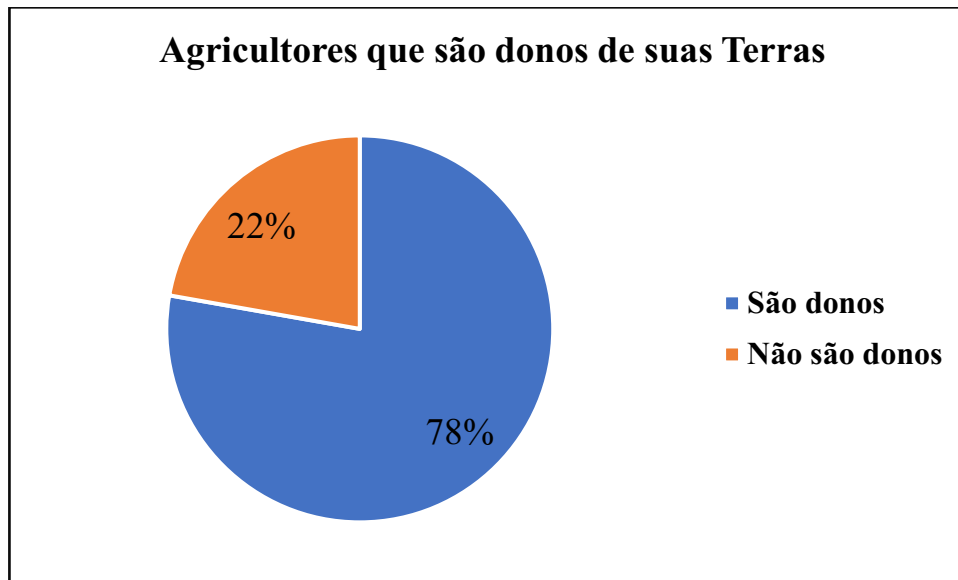
Quanto a isso, indagamos sobre desde quando esses agricultores trabalham na agricultura, seja na lavoura ou em atividades relacionadas a elas, e ainda se as terras que trabalham atualmente, são de sua propriedade (Gráficos 5 e 6, respectivamente).

Gráfico 5 - Tempo de trabalho na agricultura.



Fonte: Pesquisa de campo. Org. SILVA, 2023.

Gráfico 6 - Agricultores que são donos de suas terras.



Fonte: Pesquisa de campo. Org. SILVA, 2023.

Quanto ao Gráfico 5, oito agricultores exercem essa atividade desde criança, sendo esta, uma porcentagem de 89% dos entrevistados. Apenas um agricultor iniciou suas atividades a partir da adolescência. Os dados demonstram que a agricultura é uma atividade que se passa para os filhos como uma herança e que deve ser ensinada na prática desde cedo, característica essa que coloca a agricultura familiar enquanto o principal elemento de resistência camponesa.

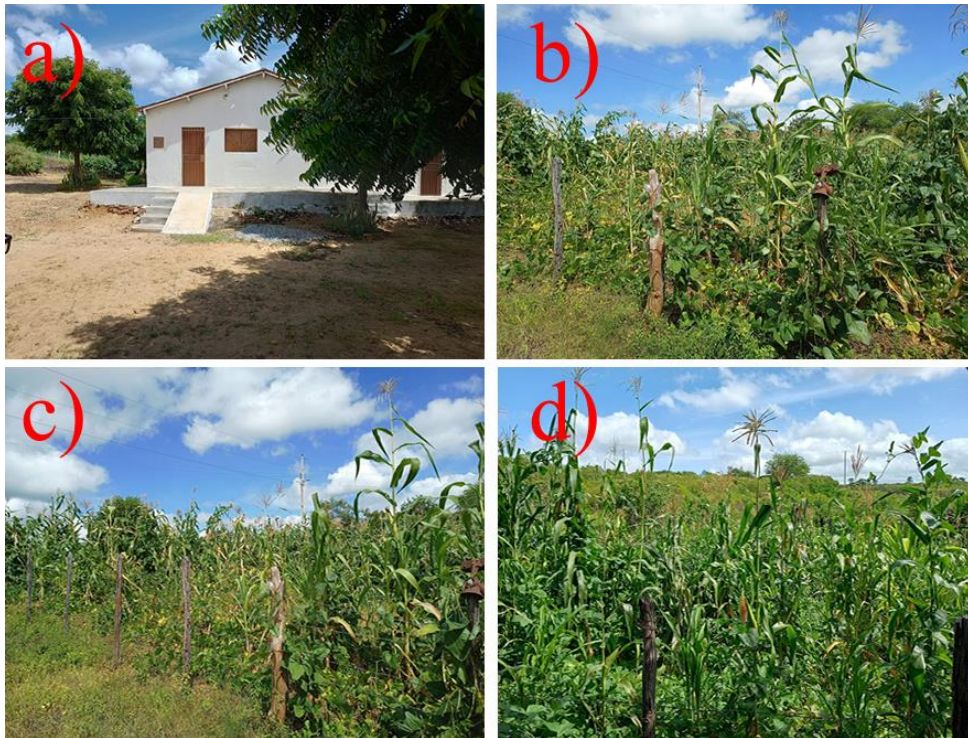
Atrelado a esse contexto, o Gráfico 6 mostra que 78% dos agricultores entrevistados são donos de suas propriedades e de suas terras para produção, essa porcentagem representa o total de sete agricultores dos nove entrevistados. Apenas dois agricultores relataram que não são donos de suas terras, correspondendo a 22%. Para esses dois agricultores, cabe ressaltar características importantes: a) um deles relatou que a terra embora não seja dele, pertence ao sogro; b) o outro agricultor, as terras não pertencem a ele, mas ele a utiliza como forma de “meeiro rural” ou na terminologia científica outorgado.

O outorgado também pode ser chamado de meeiro, ele trabalha na terra e do que produz é destinado o porcentual do acordo com o outorgante, e devido a essa divisão do que foi ganho deu-se o nome de meeiro. Essa parceria veio, indiretamente como uma maneira de produzir mais lucros ao dono da terra, pois são os meeiros que fazem o trabalho mais pesado, enquanto o dono da terra obtém os lucros. (SILVA, 2018 p. 10)

Para esse agricultor que é meeiro rural, essa relação com a terra tem o ajudado devido conhecer o dono das terras e por existir uma proximidade comunitária com o titular. Ele produz

milho e feijão (Figura 2) principalmente para a subsistência, pois após a colheita o agricultor recolhe sua parte e o excedente é partilhado com o proprietário e posteriormente também repassado para moradores da localidade, esse agricultor optou por não comercializar o excedente. Embora em sua característica principal de outorgado, vise primordialmente o lucro do proprietário, a produção se caracteriza apenas para consumo, ou melhor, para subsistência.

Figura 2 - a) Casa pertencente ao proprietário da terra. As imagens "b", "c" e "d", mostram o plantio de milho e feijão de corda.



Fonte: Acervo pessoal. SILVA, 2023.

Silva (2018) destaca que quem trabalha dessa forma, não possui direitos trabalhistas e que muitas vezes, quem dita as regras é o dono da terra, fazendo com que o meeiro não possua autonomia, dessa forma, o proprietário só possui o interesse na mão de obra e obviamente, o lucro. Embora essa relação de trabalho com a terra não seja a posição mais favorável para os agricultores, esse sujeito da pesquisa ressalta que o intuito de sua forma de trabalho é garantir uma base alimentar entre a família dele e entre a comunidade presente nesse espaço.

Já quanto ao uso de mão de obra externa à família, todos os agricultores responderam que não possuem nenhum trabalhador rural externo trabalhando em suas terras.

Outra característica importante a ser investigada e para essa se faz necessário uma grande conotação, é o consumo da sua produção como produto de subsistência familiar. Para

Abramovay (2007), a lei básica da existência camponesa pode ser resumida na expressão “balanço entre trabalho e consumo”. O que o autor aborda, é que o consumo de subsistência da agricultura familiar vai ser definido entre sua capacidade de trabalho e de produção e posteriormente, sua capacidade de traduzir seu excedente de trabalho em sua “auto exploração”, o que difere de um estabelecimento capitalista, que produz em prol de um só objetivo, o lucro.

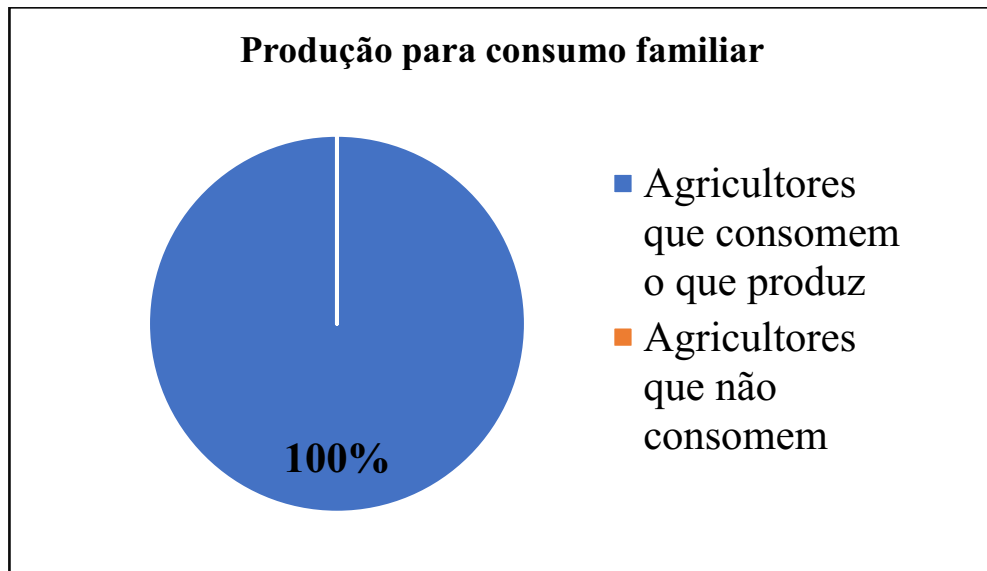
É nesse sentido que pensamos que a capacidade do consumo camponês, se dá a medida da sua capacidade de produção – se ele produz mais, conseqüentemente consumirá mais -, que embora isso seja relevante, existe outro elemento que pode ser relacionado a essa capacidade produtiva da família e do agricultor na agricultura familiar. A sua capacidade de se inserir no mercado.

Devemos para isso, diferenciar o agricultor familiar da lógica capitalista, pois a renda obtida a partir da sua produção, pode ser percebida como uma forma de suprir suas necessidades. Como destaca Abramovay (2007), o camponês não busca a maior lucratividade possível em determinadas condições, mas o camponês necessita satisfazer suas necessidades familiares. A agricultura familiar em sua essência de mercado, busca esse equilíbrio entre conseguir vender por meio da sua produção excedente e conseqüentemente conseguir se reproduzir.

Diferentemente de uma empresa capitalista, num estabelecimento camponês o critério de maximização da utilidade não é a obtenção da maior lucratividade possível em determinadas condições. O uso do trabalho camponês é limitado pelo objetivo fundamental de satisfazer as necessidades familiares. E estas não confundem forçosamente com as necessidades de uma empresa. O trabalho será tanto mais valorizado quanto mais distante se estiver deste objetivo. Inversamente, uma vez o consumo familiar assegurado, será atribuído um valor cada vez menor a cada unidade adicional de trabalho. (ABRAMOVAY, 2007 p. 60)

Quanto ao quesito subsistência, é verdade que ela faz parte do campesinato e na agricultura familiar ela também possui grande presença. Segundo Alves *et al.* (2008), se utilizando das correntes de pensamento do Chayanov, a necessidade de consumo e subsistência da família, se materializa sobre a equação “braços e bocas”. Diante disso, foi feito o questionamento sobre o consumo do trabalho deles (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Produção para consumo familiar.



Fonte: Pesquisa de campo. Org. SILVA, 2023.

Como visto no gráfico, todos os agricultores afirmaram que consomem parte de sua produção em família, a exemplo do meeiro rural, pois sua produção pertinentemente é voltada para consumo próprio e para suprir as necessidades familiares. Contudo, mesmo atrelada a uma característica do campesinato, a agricultura familiar não pode ser compreendida e restrita apenas pela agricultura de subsistência. Pois, como fala Shanin (2008), o campesinato se recria justamente em suas formas de se reinventar mediante o desenvolvimento do capitalismo, dessa forma, o campesinato hoje no Brasil desenvolve atividades econômicas e se insere no mercado assumindo posição justamente na produção de alimentos para o mercado.

A agricultura familiar, por sua natureza, intensificou o seu processo de produção, e com isso se cria um excedente do consumo da família – esse excedente compreende toda a produção que a família não consegue consumir da safra – e para isso, objetiva um processo de renda a partir da integração dos agricultores ao mercado, principalmente em feiras livres, por isso a nossa escolha de abordagem desses agricultores sujeitos da nossa pesquisa. Para Abramovay (2007), uma característica constitutiva do campesinato é a fusão entre a unidade de produção e a de consumo. Dessa forma, o autor pretende explorar que a composição do campesinato pode produzir para vender e ao mesmo tempo, consumir o fruto do seu trabalho.

[...] é nos mercados em que se insere, que se constitui, sob o ângulo econômico, a socialidade camponesa. É portanto, na maneira como vende os produtos de seu trabalho e compra elementos necessários a sua reprodução, nas estruturas determinantes de suas relações mercantis, que reside o segredo da sua organização econômica “interna”. (ABRAMOVAY, 2007 p. 103)

Com isso, Abramovay (2007) define que a venda e o modo como se é comercializado, desde a sua premissa do que é feito com a renda adquirida, é o que diferencia da lógica capitalista. Permitindo assim, que o mesmo se integre ao mercado e continue sendo camponês. E mais do que isso, ele se integra ao mercado, ou vende sua força de trabalho justamente para permanecer e resistir como camponês.

Nesse sentido, pode-se atribuir que a entrada dos agricultores familiares no mercado, é concebida como mais uma forma de subsistência, embora, se submeta às questões capitalistas para conseguir estar inserido a essa atividade econômica. A subsistência também é uma característica importante, pois enxergamos que em sua conjuntura o modo como se utiliza da terra para viver, é o que traduz as questões culturais, familiares e sociais, sendo assim elemento central da resistência camponesa.

Antes de atentarmos aos quesitos de mercado, renda e políticas, devemos entender como esses agricultores produzem, o que produzem e o que os diferenciam da produção estritamente capitalista.

2.4.2 – O que se produz e como se produz

Uma parte necessária para entender o modo de vida desses agricultores camponeses, é entender o que eles produzem e como produzem. Essas características são importantes para análise do modo de vida dos mesmos. Dessa forma, nas entrevistas levantamos questões relacionadas ao tipo de ferramentas que eles utilizam na produção e ainda sobre os tipos de cultivos em suas terras. As formas de produção tradicional desses agricultores podem revelar características relevantes quanto aos aspectos do campesinato.

Segundo Shanin (1973, apud ABRAMOVAY, 2007), o campesinato é delimitado como uma entidade social com quatro facetas essenciais: a) a unidade familiar como a unidade multifuncional de organização social; b) trabalho na terra e normalmente com a criação de animais como principal meio de subsistência; c) uma cultura tradicional específica diretamente ligada ao modo de vida das pequenas comunidades rurais; d) sujeição multidimensional a poderes exteriores.

Com essa contextualização e para este tópico, estaremos atentos ao trabalho na terra e a criação de animais conjuntamente com a cultura tradicional específica desses agricultores, que por essência, são características centrais do modo de vida camponês. Esses dois elementos podem ser pensados a partir das técnicas de produção utilizadas, ou seja, se são técnicas

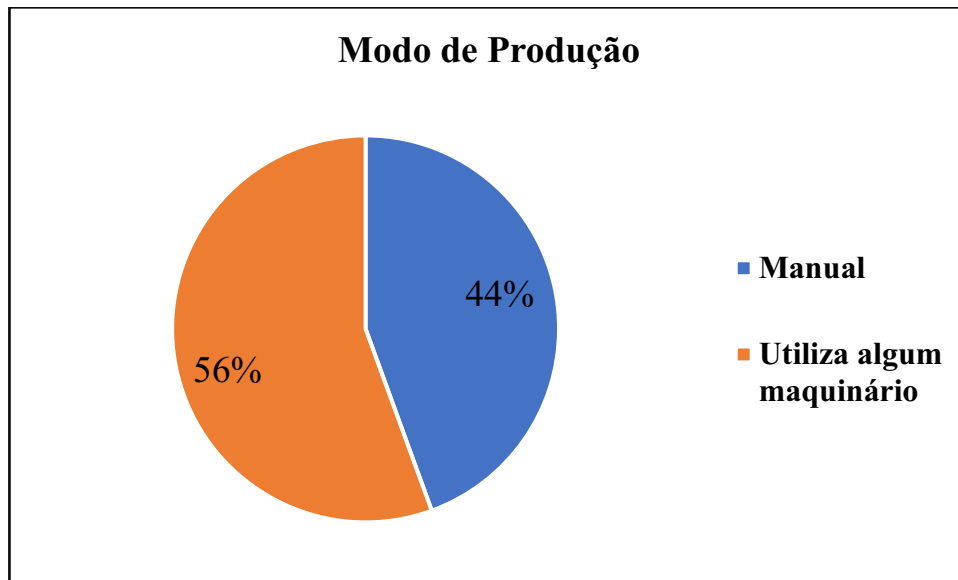
tradicionais, ou técnicas modernas e agressivas com a terra, características principais do agronegócio.

Com isso, devemos pensar que esses elementos determinam o modo em que esses agricultores se relacionam com seu espaço de vivência, que influi diretamente nas questões socioeconômicas. Alguns autores, denominam que as técnicas mais tradicionais utilizadas pelo campesinato, remetem à uma agricultura ecológica, ou como é denominada, a agroecologia. Altieri (1998) aponta diversos princípios e características mais importantes da produção (agro)ecológica.

Alguns dos princípios e das características mais importantes da produção (agro)ecológica são: a) ampliação e preservação da biodiversidade; b) aproveitamento de sinergismos próprios dos componentes biológicos e dos recursos de cada unidade produtiva, trabalhando com o controle biológico de pragas; c) recuperação do solo degradado e sua proteção com manejo adequado que garanta matéria orgânica para nutrição das plantas; d) produção de alimentos sem a utilização de insumos químicos; e) contribuição para a conservação das águas, das plantas e dos animais; f) aumento da capacidade de uso múltiplo do território com o favorecimento da diversificação da produção e com as agroflorestas; g) reciclagem de nutrientes e da matéria orgânica; h) preservação das identidades culturais, valorizando o conhecimento dos agricultores, sua participação nos processos decisórios e favorecendo o uso eficaz dos recursos de cada unidade produtiva; i) tentativa de fortalecer a comercialização direta com o consumidor em mercados locais. (ALTIERI, 1998 apud SAQUET, 2014 p. 132)

Como primeira indagação, questionamos aos agricultores entrevistados sobre suas formas de produção, seja ela, manual ou se utilizam algum tipo de maquinário. O Gráfico 8 mostra que 44% dos agricultores entrevistados, correspondendo a quatro sujeitos da pesquisa, trabalham de forma predominantemente manual, com o uso de ferramentas braçais, como a enxada, pá e etc. Por outro lado, 56% dos agricultores, no total de cinco sujeitos, relataram que utilizam algum tipo de maquinário como ajuda na produção.

Gráfico 8 - Modo de produção dos agricultores entrevistados.



Fonte: Pesquisa de campo. Org. SILVA, 2023.

Dentre os maquinários utilizados, estão os tratores e micro tratores, e o restante do trabalho é feito de forma manual. Alguns desses agricultores⁸ relataram que se utilizam de trabalho manual juntamente com o uso de máquinas, outros se utilizam apenas de ferramentas básicas. “Só uso a enxada mesmo, é na mão, tudo na mão.” (Fala do agricultor, José Victor da Silva, coletada no dia 01/05/2023, no Distrito de Quixaba). Outro agricultor relata que o uso do maquinário é obtido por meio da prefeitura do município, que disponibiliza para o corte de terras, ou seja, não são de sua propriedade.

A prefeita da cidade empresta por 2 ou 3 horas, aí a gente faz o corte das terras pra plantar o milho, o feijão... o resto do trabalho é na enxada, quando o corte é feito aí é devolvido o trator, é só para o corte da terra mesmo... aí pego a enxada e vou plantar. O município empresta a máquina pra os agricultor daqui fazer o corte né. (Depoimento do Agricultor 1 entrevistado no dia 22/04/2023, na Zona Rural da Bela Vista)

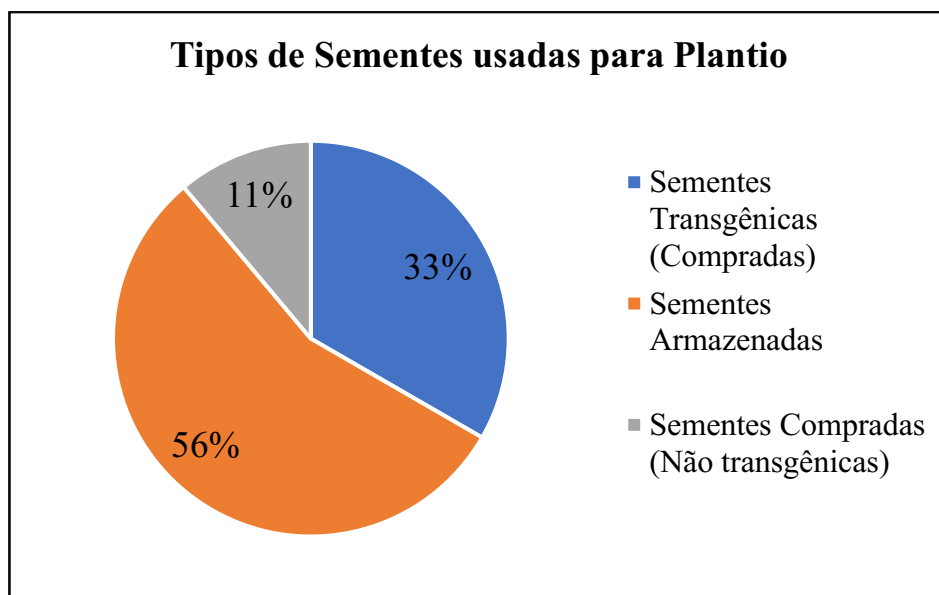
Com isso, percebe-se que mesmo com o uso de máquinas, o trabalho se faz de forma manual, porém o uso mínimo de maquinário pode ser percebido como uma forma de acelerar a produção, principalmente por ser na maioria dos casos, utilizado para o corte de terras, que na forma manual, demandaria mais força de trabalho e tempo. Outra situação a ser analisada é o

⁸ A partir daqui será referenciado alguns depoimentos dos agricultores participantes da pesquisa. Saliento que apenas dois permitiram o uso de seus nomes, respectivamente o agricultor conhecido como Marcelo e José Victor da Silva. Outros dois agricultores serão identificados em suas falas como “Agricultor 1” e “Agricultor 2”.

uso dos tipos de sementes utilizadas para o plantio de determinadas plantações. Abordamos os agricultores sobre as sementes utilizadas em sua produção, se eram transgênicas, sementes armazenadas ou sementes compradas no mercado que não são consideradas transgênicas.

Quanto aos dados (Gráfico 9), 33% dos agricultores entrevistados afirmaram que usam sementes transgênicas em alguns cultivos. Outros, correspondendo a 11%, relataram que compram as sementes, embora não sejam transgênicas. O grande número está em relação aos agricultores que usam sementes armazenadas, correspondendo a 56%.

Gráfico 9 - Tipos de sementes usada para plantio dos agricultores entrevistados.



Fonte: Pesquisa de campo. Org: SILVA, 2023.

Essas sementes armazenadas são fruto do próprio trabalho de suas terras, onde ao final da colheita, são separadas as sementes, armazenadas em garrafas ou sacos (ver Figura 3 abaixo) e na próxima época de plantio são utilizadas, renovando assim o processo de sementes na próxima colheita. “As sementes é tudo daqui de dentro mesmo, a única semente que eu compro é a de cheiro verde” (Fala do agricultor, José Victor da Silva, coletada no dia 01/05/2023, no Distrito de Quixaba).

Figura 3 - Garrafas e sacos utilizados para armazenar sementes de milho e de feijão.



Fonte: Acervo pessoal. SILVA, 2023.

Essa prática de armazenamento das sementes para plantio, é semelhante às técnicas utilizadas de armazenagem de sementes crioulas, ou seja, são sementes que não são modificadas geneticamente, preservando assim, a biodiversidade do plantio e, portanto, um patrimônio cultural. Embora essas características sejam importantes, também é necessário destacar que a armazenagem dessas sementes contribui com a economia da produção.

Segundo Araújo *et al.* (2013), as sementes crioulas são consideradas patrimônio cultural e genético de diversos povos, entre eles os agricultores familiares. E são responsáveis pela conservação dos recursos naturais e da agrobiodiversidade, pois é no uso dessas sementes, que está presente a segurança alimentar e nutricional necessária para a permanência do homem no campo. O uso desse tipo de semente na Paraíba e em outras regiões, é denominada de sementes da paixão. Santos *et al.* (2017) define bem esse contexto, que vai desde o uso na lavoura até o apego cultural.

No semiárido paraibano, a agricultura familiar reconstitui seus estoques de sementes a partir da produção própria de variedades locais, conhecidas como “sementes da paixão”. As sementes são assim chamadas graças ao apego e carinho que os agricultores têm por estas. (SANTOS et al. 2017 p. 406)

Em meio ao discurso do uso das sementes desses agricultores, foi questionado o uso de venenos em suas plantações. Essa temática é extremamente pertinente, pois é nesse quesito que percebemos as questões sobre segurança alimentar, preservação dos solos e dos leitos e em conjunto a isso, uma percepção sobre a produção desses agricultores. Alguns afirmaram que utilizam veneno, mas em determinadas situações, como é o caso do agricultor José Victor e o Agricultor 2.

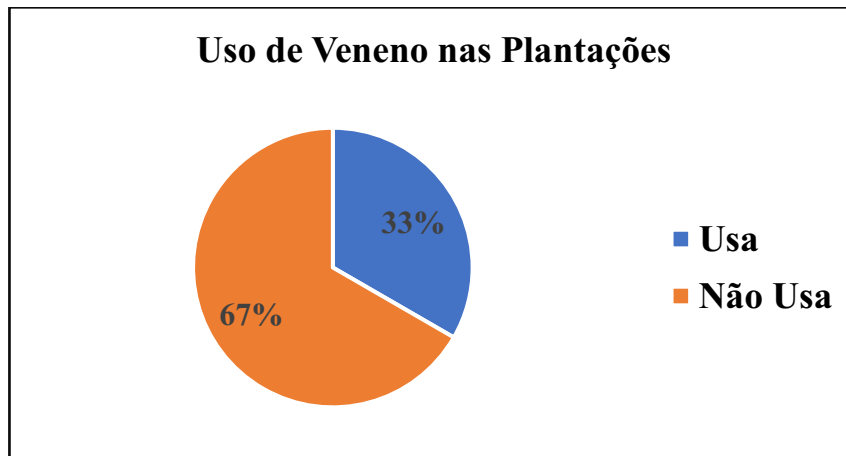
Não, não uso, só uso veneno de lagarta quando precisa na plantação de feijão de milho, mas na plantação de verdura não uso não. [...] esse veneno que tá matando o povo do mundo. (Depoimento do agricultor José Victor da Silva, coletado no dia 01/05/2023, no Distrito de Quixaba)

O Agricultor 2, vai na mesma linha de José Victor, indagando que só utiliza veneno para combater as pragas presentes nos plantios de feijão:

Não uso veneno não. [...] minto eu, na realidade né, eu uso as vezes no feijão porque dá muita praga, aí se não for usado né, perde tudo. [...] mas, é só no feijão mesmo, não uso nas outras pois faz mal né. (Depoimento do Agricultor 2, coletado no dia 22/04/2023, na Zona Rural da Bela Vista)

Dessa forma, podemos atribuir o uso de veneno primordialmente para o combate às pragas que são persistentes em algumas lavouras. Embora o veneno seja considerado prejudicial para diversos elementos do espaço, como citado anteriormente, para esses pequenos agricultores, o uso se faz necessário. Quanto aos dados do Gráfico 10, 33% dos agricultores entrevistados utilizam de veneno em suas plantações, por outro lado, 67% desses agricultores não fazem uso nenhum de fertilizantes químicos, insumos químicos e venenos para controle de pragas ou acelerar a produção.

Gráfico 10 - Uso de veneno nas plantações dos agricultores entrevistados.



Fonte: Pesquisa de campo. Org. SILVA, 2023.

Outra característica a ser citada nesse contexto, é o uso de fertilizantes naturais, utilizados por grande parte desses agricultores, principalmente para aqueles em que realizamos trabalho de campo em suas propriedades. Muitos desses agricultores utilizam como fertilizante o adubo proveniente da pecuária, o que é denominado de “paú” (Figura 4). O agricultor Marcelo relatou que tem acesso ao paú por meio da pecuária exercida pelo seu sogro. “Aqui usa é o paú, que é bastante carregado, paú de gado né [...] é o fertilizante, que pego do meu sogro, cuida de gado e cavalo, ai pego dele.” (Fala do agricultor Marcelo, coletado no dia 01/05/2023, no Distrito de Quixaba).

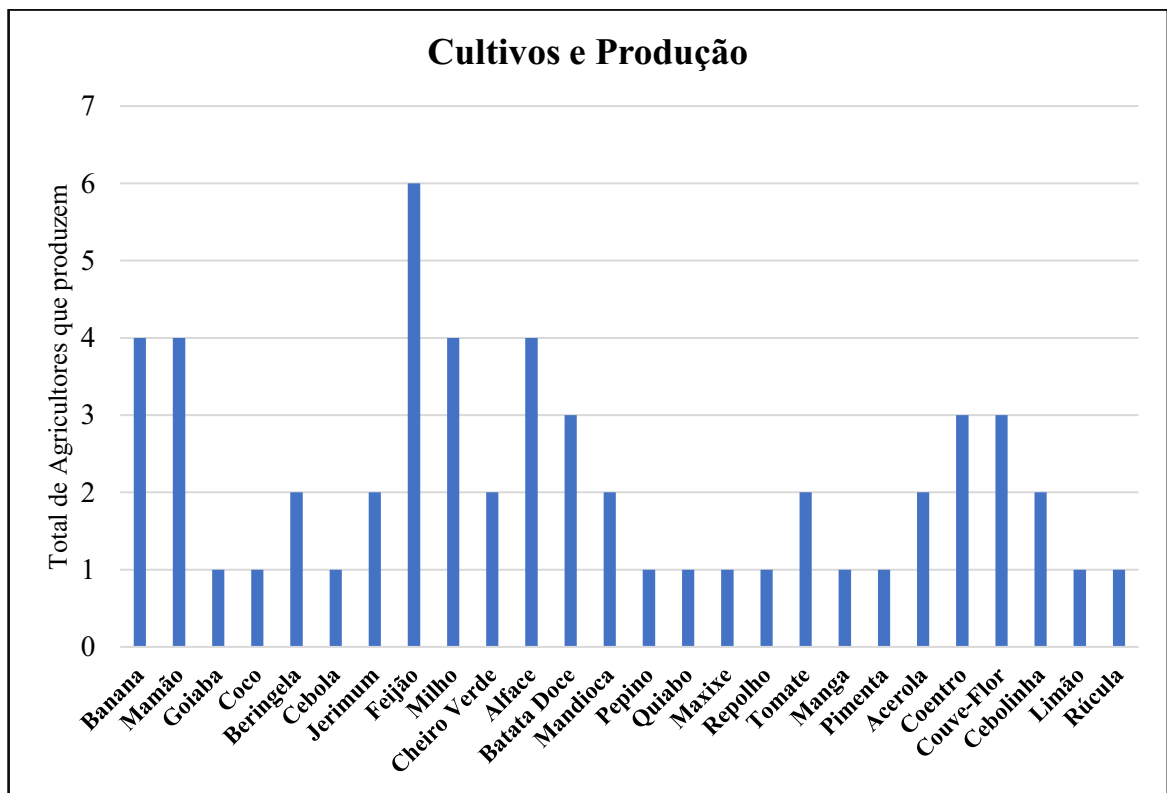
Figura 4 - Fertilizante natural utilizado pelos agricultores.



Fonte: Acervo pessoal. SILVA, 2023.

Foi questionado também o que eles produzem em suas propriedades. Esse questionamento se faz necessário em busca do entendimento do que está sendo produzido nas configurações da Agricultura Familiar uiraunense. O Gráfico 11 distribui os tipos de legumes, frutas e verduras produzidas por esses agricultores.

Gráfico 11 - Tipos de cultivo dos agricultores entrevistados.



Fonte: Pesquisa de campo. Org. SILVA, 2023.

Com análise do gráfico, é perceptível que a maioria dos agricultores cultivam feijão, milho, alface, banana e mamão. Porém, a divisão dessas culturas entre os nove agricultores entrevistados, se caracteriza na produção de frutas, hortaliças e legumes em geral. Cabe destacar, que voltado à pecuária, apenas um dos agricultores relataram que participam desse tipo de atividade, com a criação de suínos.

O feijão por exemplo, é um dos grãos mais cultivados, contabilizando seis agricultores que produzem esse tipo de plantio. Dos agricultores visitados, o feijão mais comum é o feijão de corda, que embora segundo eles é o mais demorado, o tipo de solo e sua umidade são favoráveis para esse cultivo.

O feijão de corda é o que eu mais planto aqui viu. [...] eu planto mais porque ele se dá melhor em roça, com pouco molhado né, quando não chove e aí a terra também é aquela de areia [...] ele custa a crescer, mas é o que dá viu. (Depoimento do Agricultor 2, coletado no dia 22/04/2023, na Zona Rural da Bela Vista)

Esse aspecto demonstra que muitos tipos de cultivos, destacados no gráfico, dependem também de características técnicas para serem cultivadas, algumas como por exemplo, pragas,

solo, umidade, tempo de cultivo, ferramentas e entre outros. No caso do feijão de corda, foram as características físicas que contribuíram para a propagação dessa produção no sertão da Paraíba. Dessa forma, podemos conceber que o tipo de cultivo deriva de determinantes como fatores externos e até mesmo internos, tudo isso na busca de utilizar a menor quantidade de veneno, ou não utilizar, como é o caso da maioria dos sujeitos da pesquisa. Temos outros exemplos, como o caso do agricultor José Victor da Silva, que relatou que a praga e o clima, muitas vezes impede a produção de certos cultivos.

Sobre as pragas:

Praga tem muito, muito, muito, a gente não consegue nem produzir muita coisa, devido a praga, dos insetos que tá demais, demais da conta. De primeira eu produzia muito, todo tipo de verdura eu produzi já aqui, mas devido os insetos que vem de lá pra cá, aí a gente para porque não tem condições não. (Depoimento do agricultor José Victor da Silva, coletado no dia 01/05/2023, no Distrito de Quixaba)

Ainda com o mesmo agricultor, ele relata os problemas sobre o clima heterogêneo vivido no sertão paraibano:

É assim, agora mesmo tá problemático, agora mesmo, devido o inverno tá muito forte, aí num tá conseguindo sair não (a germinação não é concluída), não consegue sair não [...] verdura é complicado, ou você, na seca demais não sai, no inverno demais (chuvas demais) também não sai. (Depoimento do agricultor José Victor da Silva, coletado no dia 01/05/2023, no Distrito Quixaba)

O mesmo já relatou que não produzia certos tipos de banana, pois ela sempre adocece, como é o caso da denominada “Banana Maçã”. A “banana sapo” ou “babona”, segundo o agricultor, é a que ele mais produz, pois nela se tem um índice mínimo de pragas e suporta o clima de seca do sertão. Embora na visita de campo ele relatou que estava produzindo a conhecida “banana prata” e a “banana cachiola” (Figura 5). Outro tipo de cultivo que o mesmo informou que era difícil de se ter nessa região, foi o couve-flor, que no caso de sua produção, a mesma foi atingida por um tipo de praga, onde ele afirmou no momento da pesquisa, que poderia perder todo o cultivo e por isso iria deixar de investir nesse tipo de plantio.

Figura 5 - a) Cultivo de couve-flor; b) Cachos de "banana cachiola" cortados para ser comercializado; c) Cultivo de "banana prata"; d) Cultivo de "banana prata".



Fonte: Acervo pessoal. SILVA, 2023.

Esses agricultores, como Marcelo e José Victor, em alguns de seus cultivos usam técnicas para frear a erosão do solo e evitar que interrompa a germinação de algumas produções. A exemplo disso, se tem o caso da germinação da batata-doce e de alguns legumes, onde a semente é germinada em um canteiro, que delas surgem pequenas mudinhas, e enquanto isso, é coberta com a palha seca de coco e assim as protegendo até a germinação das mudas serem completada, que por sua vez, são passadas para uma lavoura maior. O agricultor Marcelo que se utiliza dessa técnica, relata sobre a importância de organizar esse processo.

É pra cobrir o canteiro porque germina melhor sabe, cobre segura a umidade. [...] por causa de erosão, aí segura a umidade aí germina bem sabe, quando ele começa a germinar eu vou e tiro, aí nasce bem. (Depoimento do agricultor Marcelo, coletado no dia 01/05/2023, no Distrito de Quixaba)

Após esse processo, a exemplo do cultivo da batata-doce, o mesmo retira essas mudas protegidas contra a erosão, o clima e outros aspectos físicos-naturais. Passa a serem plantadas, demorando entre 4 e 5 meses para ser totalmente cultivada. “[...] a batata-doce demora 4 meses ou 5 meses né, aí depois de crescida, aí a gente começa a arrancar ela.” (Depoimento do agricultor Marcelo, coletado no dia 01/05/2023, na Quixaba em Uiraúna-PB). Alguns registros desse processo foram feitos no trabalho de campo, como mostra as figuras 6, 7 e 8.

Figura 6 - Palhas cobrindo a germinação de sementes, contra a erosão do canteiro.



Fonte: Acervo pessoal. SILVA, 2023.

Figura 7 - Mudanças germinadas prontas para serem realocadas em lavoura maior.



Fonte: Acervo pessoal. SILVA, 2023.

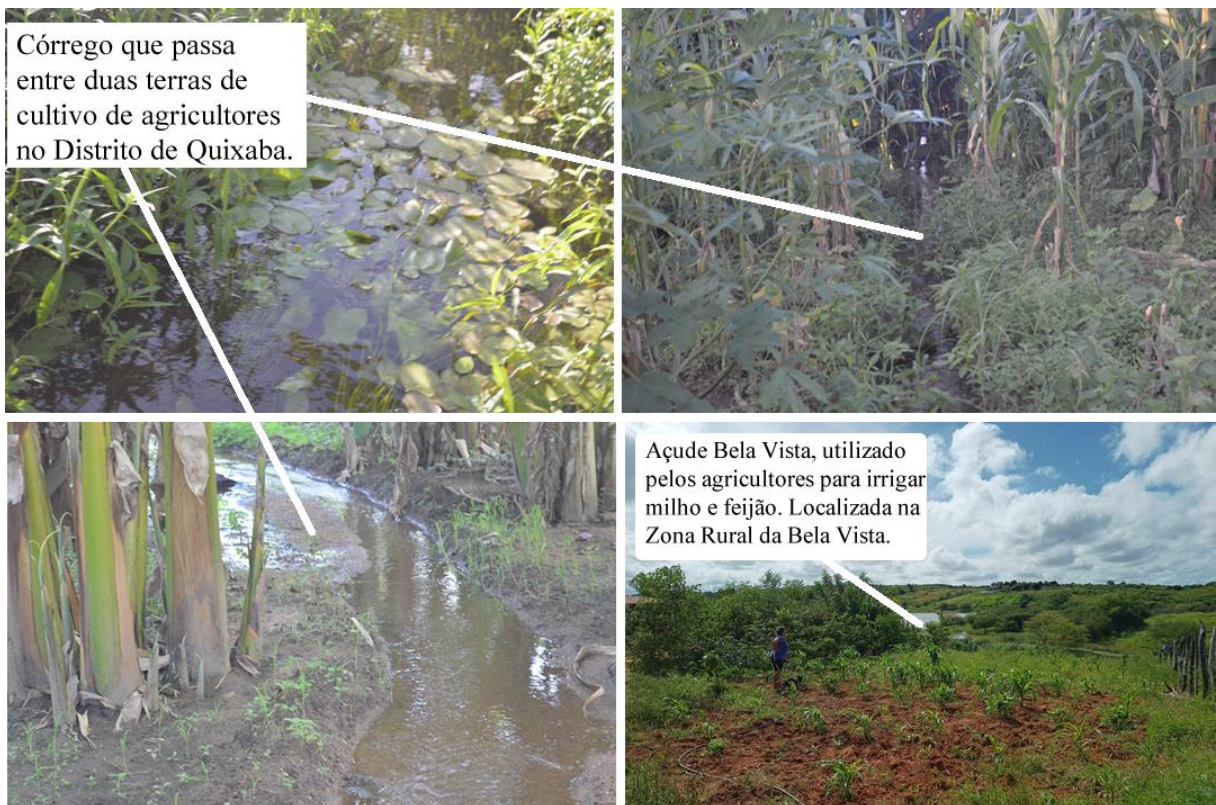
Figura 8 - Colheita de batata-doce.



Fonte: Acervo pessoal. SILVA, 2023.

Outra questão a ser observada, é a forma de irrigação desses agricultores. Muitos deles se utilizam de ferramentas para irrigar todo seu cultivo, outros utilizam-se da própria força da natureza, ou seja, as chuvas do inverno. O caso dos agricultores José Victor e Marcelo, é que disponibilizam de um córrego que passa entre seus cultivos, oriundo de uma cachoeira localizada em uma serra próxima às terras. Segundo esses agricultores, o nome da cachoeira é “Cachoeira de Quixaba”, a qual não obtivemos acesso. Se utilizam também do uso de caixas d’água para armazenar a água da chuva e utilizar para irrigar o plantio. Os agricultores localizados na Zona Rural da Bela Vista, utilizam-se de um açude próximo às terras, que por sua vez, puxam a água por meio de uma bomba e canos até a lavoura ou transportam com baldes. A Figura 9 e 10 mostram esses dois cenários.

Figura 9 - Modos de irrigação de agricultores no Distrito de Quixaba e na Zona Rural da Bela Vista, no município de Uiraúna-PB.



Fonte: Acervo pessoal. SILVA, 2023.

Figura 10 - Uso de caixas d'águas para armazenar água de irrigação.



Fonte: Acervo pessoal. SILVA, 2023.

Portanto, esses agricultores levam consigo tradições, relacionadas às técnicas, modos de plantio, saberes, senso comum, e entre outros aspectos que modulam a produção e a vida desses indivíduos, que muitas vezes, encontram dificuldades e problemas, que tendem a serem resolvidas por meio de seus saberes. Segundo Saquet (2014), o camponês agroecológico é um sujeito social, histórico, trabalha e vive sob princípios sociais específicos e vinculados à relação cotidiana que mantém com a terra. É nessas práticas que percebemos as diferentes territorialidades pertencentes a esses agricultores, e nesse seu território, ele se entende como indivíduo social, atuante e principalmente como cidadão.

Atualmente, há práticas de cooperação remanescentes, efetivadas na produção e na comercialização, como a ajuda mútua entre vizinhos, as associações de agricultores, as feiras locais para comercialização etc., e em outros âmbitos da vida cotidiana dos agricultores, especialmente a partir da religiosidade e com os parentes, amigos e vizinhos (por meio das visitas, das festas de cada localidade, da troca de produtos entre si sem o envolvimento de dinheiro etc.), inerentes a identidade camponesa reproduzida historicamente em cada lugar de vida, numa práxis cultural, com relações de cooperação e de mercado. (SAQUET, 2014 p. 130)

Saquet (2014) mostra que essas características são reproduzidas historicamente e dizem respeito a uma forma de vida com princípios e objetivos, que valoriza o trabalho na terra, a unidade familiar e a cooperação social, que muitas vezes também é vista na comunidade e nas feiras livres. O autor considera que nem toda agricultura camponesa ou familiar é agroecológica, mas as práticas agroecológicas são pertencentes a esses indivíduos, ou seja, não empresariais, o que envolve conhecimentos, técnicas, tecnologias e a valorização do patrimônio ecológico e familiar, e além disso, uma resistência à expansão do capital.

Esses aspectos lhes permitem a fazer parte de atividades econômicas, principalmente em feiras livres, que são consideradas o território da Agricultura Familiar e do campesinato como um todo, “Um trabalhador inserido no mercado, que cultiva para a alimentação familiar e para vender, compra mercadorias para produzir e o que não produz para o sustento familiar tal como, roupas, sapatos, eletrodomésticos e etc.” (SAQUET, 2014 p. 8). Abramovay (2007) corrobora com esse pensamento, interligando não só a capacidade econômica e de mercado do campesinato, como também a importância da sua existência quanto aos laços comunitários e sua relação com a natureza.

Não se pode compreender o campesinato com base na ideia de comportamento econômico. A antropologia clássica voltada ao tema, sob o termo de sociedades camponesas, revelou justamente a natureza incompleta da racionalidade econômica do camponês. São sobretudo os laços comunitários locais, os vínculos de natureza personalizada e o caráter extra-econômicos das próprias relações de dependência social que explicam as particularidades do campesinato. (ABRAMOVAY, 2007 p. 130)

Perante a isso, analisamos que estas características estão presentes nessa agricultura familiar que estão relacionados aos elementos de produção, o modo de vida e saberes, como os relacionados as técnicas utilizadas, por exemplo. Logo, é fundamental entender como funciona a relação desses agricultores com o mercado, principalmente nas feiras livres.

Antes de seguirmos para as questões de mercado e para aprofundar ainda mais o cenário das produções dos agricultores visitados no trabalho de campo, separamos uma sequência de imagens que mostram a dimensão da diversidade de produção de alimentos oriundos do trabalho desses agricultores (Figuras 11, 12 e 13). Posteriormente, debateremos como essa agricultura familiar se projeta dentro da atividade econômica, comercializando sua produção, fruto da sua “autoexploração” e determinando fatores sociais, políticos e territoriais.

Figura 11 - Diferentes tipos de cultivos dos agricultores localizados no Distrito de Quixaba.



Fonte: Acervo pessoal. Org. SILVA, 2023

Figura 12 - Diferentes tipos de cultivos dos agricultores localizados no Distrito de Quixaba.



Fonte: Acervo pessoal. Org. SILVA, 2023.

Figura 13 - Diferentes tipos de cultivos dos agricultores localizados no Distrito de Quixaba e na Zona Rural da Bela Vista.



Fonte: Acervo pessoal. Org. SILVA, 2023.

2.4.3 – Rentabilidade dessa Agricultura Familiar

Abramovay (2007) concebe a inserção do campesinato no mercado como um elemento parcial do mesmo, ou seja, a forma em que ele está inserido e como ele utiliza do mercado para sobreviver, é de forma parcial e não lucrativa. O mercado para o agricultor familiar, é visto como uma forma de conseguir recursos para obter um meio de se organizar socialmente e suprir as necessidades materiais básicas da família.

Essa dupla caracterização indica, por um lado a exposição permanente do campesinato a forças de mercado, sua existência como parte de um conjunto social ao qual se subordina, mas ao mesmo tempo ela aponta para a particularidade da integração social camponesa: ela é parcial, não só no sentido de que parte da subsistência vem da autoprodução, mas também indica uma certa flexibilidade nestas relações como o mercado do qual o camponês pode frequentemente se retirar, sem, com isso, comprometer sua reprodução social. (ABRAMOVAY, 2007 p. 104)

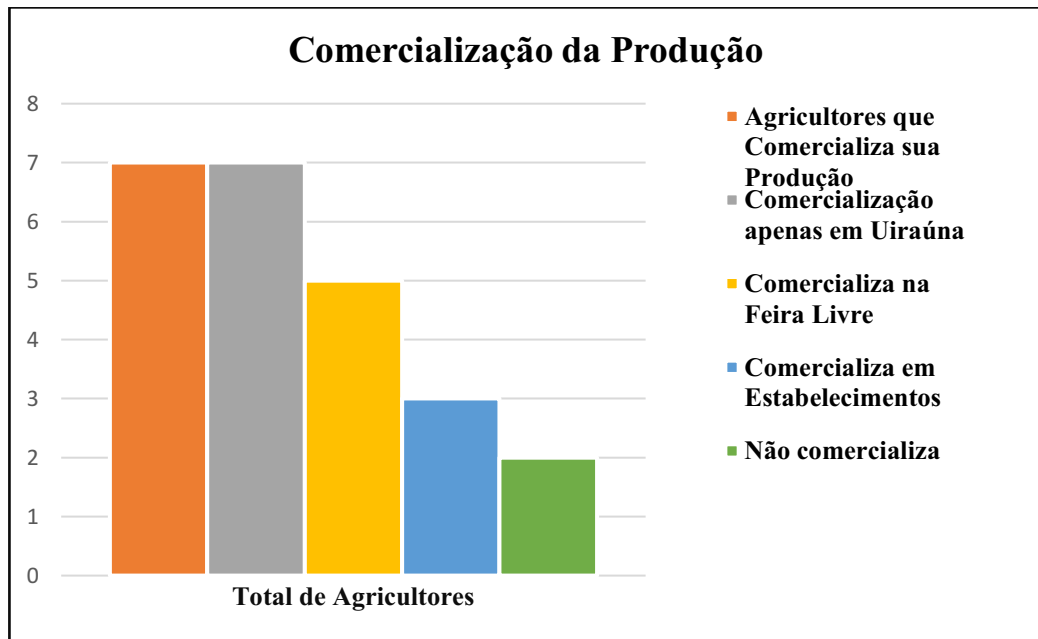
Como exemplo disso, se tem o caso do agricultor da nossa pesquisa, que é meeiro rural, que não comercializa sua produção, mas doa seu excedente de trabalho, em destaque à comunidade, sem que obtenha como troca, o capital. Porém, para outros agricultores da pesquisa que necessitam estar presentes nesse cenário, muito por possuírem uma renda baixa,

é no mercado onde eles vão buscar esses recursos para se reproduzirem como agricultores familiares e garantir sua subsistência econômica. José Victor é um desses agricultores, ele afirma que sempre está presente nas feiras livres, que para ele é uma forma de tentar suprir essas necessidades. Ao ser perguntado onde ele comercializa sua produção, o mesmo afirma que sempre está na feira livre de Uiraúna aos Sábados. Ainda foi questionado se essa renda consegue suprir todas suas necessidades.

Não, não, só pra suprir mesmo, só pra ajudar no salário [...] eu sou aposentado e a pessoa pra viver de aposento não dá, principalmente agora na carestia que a gente vive hoje, não é brincadeira não, aí tem que trabalhar pra poder ajudar [...] se não trabalhar não rola não. (Depoimento do agricultor José Victor da Silva, coletado no dia 01/05/2023, no Distrito de Quixaba)

Nesse sentido, questionamos a todos os agricultores na feira livre, se eles comercializam sua produção apenas em Uiraúna, apenas na feira livre ou se distribui para outros estabelecimentos.

Gráfico 12 - Comercialização da produção dos agricultores entrevistados.



Fonte: Pesquisa de campo. Org. SILVA, 2023.

O Gráfico 12 mostra que dos nove agricultores, sete comercializam sua produção, correspondendo a uma porcentagem de 77%. Igualmente aos valores anteriores, 77% dos nove agricultores comercializam em Uiraúna e apenas dois agricultores, onde um deles é o meeiro

rural, não comercializa sua produção, correspondendo a um total de 22%. Apenas cinco agricultores comercializam na feira livre do município, correspondendo a um total de 71% entre os sete agricultores que vendem sua produção. Apenas três agricultores vendem seus cultivos para estabelecimentos, compreendendo um total de 42% entre os sete agricultores. Uma pequena observação, é que entre esses três que distribui para estabelecimentos de mercado, também fazem parte dos agricultores que vendem na feira livre, portanto, apenas dois agricultores predominantemente só comercializam na feira livre.

Um desses agricultores relatou que passou a só comercializar sua produção na feira livre de Uiraúna, o que antes, também era comercializado em estabelecimentos e mercados. Para o agricultor, o motivo da mudança é incentivado pelo aumento de números de mercados e estabelecimentos de fruta que abriram na cidade e juntamente a isso, outros agricultores passaram a distribuir com esses estabelecimentos, que conseqüentemente, fez os preços diminuírem.

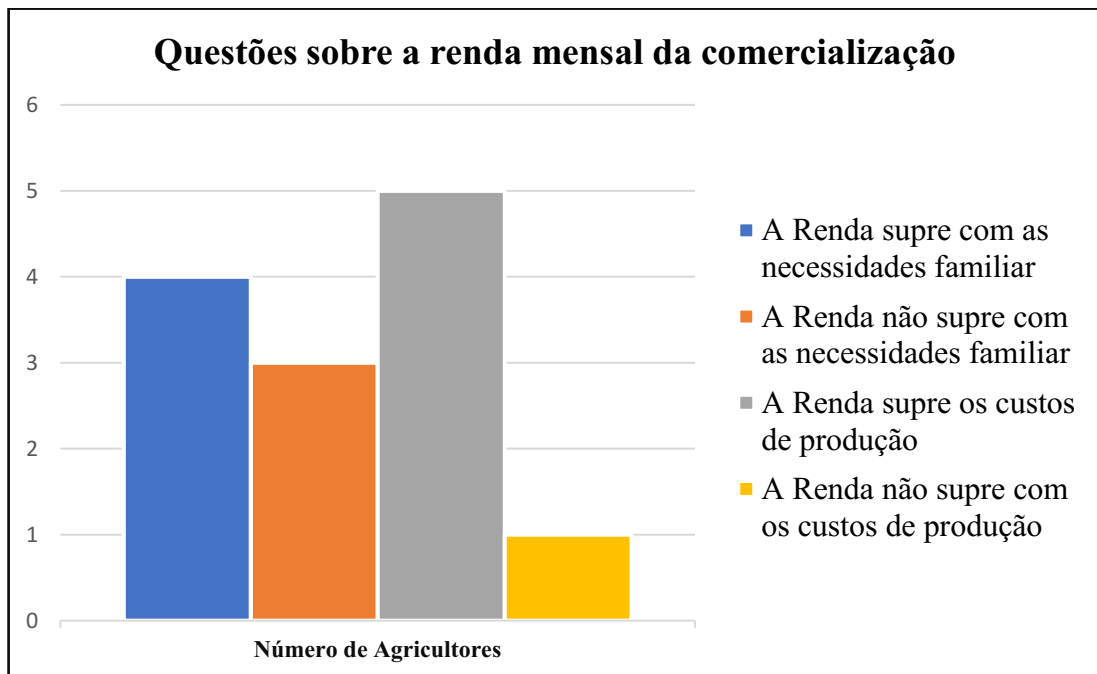
É, só lá (Feira Livre) [...] de primeira eu vendia para os mercados, todo mundo vende hoje aí cai a renda né [...] vendia muito pro mercado [...] ai como abriu muito, caiu a venda ai pronto, não dá [...] de primeira eu vendia tudo para os mercados, mas caiu a venda, pronto [...] Ai eu planto pra ir mantendo os custos mesmo. (Depoimento do agricultor José Victor da Silva, coletado no dia 01/05/2023, no Distrito de Quixaba)

Segundo Abramovay (2007), se o campesinato está presente no mercado – mesmo que para ele em uma integração parcial – sua capacidade de sobreviver no interior de sociedades capitalistas será extremamente precária: o ambiente lhe será hostil. Essa hostilidade se faz na medida da competição de alguns agricultores – que em sua maioria são empresários e não agricultores familiares – que buscam no mercado um lucro baseado na medida da sua capacidade de produção, que é maior. Como a capacidade de produção dos agricultores familiares é medido por sua autoexploração e não a exploração de indivíduos externos, logicamente ele ficará um passo atrás da lógica capital. Para isso, existiria a necessidade do Estado auxiliar esses agricultores, o que veremos adiante. Enquanto isso, Abramovay (2007) salienta essa competitividade.

Por mais polêmica que seja a noção de competição perfeita em plena época de economia mista, com o grau de intervenção do Estado em todos os setores da vida social, o particular às sociedades camponesas é que a transformação dos produtos em mercadorias depende de vínculos, em geral personalizados, onde os preços são ditados por condições locais e as alternativas em torno da compra e venda, inexistem [...]. (ABRAMOVAY, 2007 p. 104)

Com isso, a definição de lucro desses agricultores pode em algumas vezes, não ser definido pelo olhar de mercado do agricultor, mas sim pelas dinâmicas locais e espaciais nos elementos econômicos, como o aumento do número dos estabelecimentos e o aumento do número de agricultores que forneciam produtos para estes. A consequência da ineficiência de mercado pode refletir nesses agricultores como prejuízos em sua renda mensal, semanal e etc. Para isso, indagamos sobre a renda adquirida por esses agricultores a partir da comercialização de seus cultivos. Foram feitos dois questionamentos, um sobre a capacidade de suprir as necessidades familiar com a renda adquirida e o outro sobre a capacidade de suprir os custos de produção (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Capacidade da renda adquire na comercialização dos cultivos.



Fonte: Pesquisa de campo. Org. SILVA, 2023.

O Gráfico mostra que apenas quatro agricultores de sete responderam que a renda consegue suprir com as necessidades familiares, possuindo uma porcentagem de 57%. Outros três agricultores relataram que não conseguem suprir suas necessidades com a subsistência familiar em quesitos de renda, correspondendo a 42%. Quanto à capacidade de custos de produção, cinco agricultores responderam que a renda adquirida consegue suprir com os custos produtivos da agricultura, correspondendo a um total de 71%. Apenas um agricultor relatou que os custos de produção não são supridos e o que sobrou entre os sete, não soube responder se conseguia ou não.

Com esses dados, podemos pensar que existe um grande déficit com a capacidade de reprodução desses agricultores, se a renda de alguns não consegue suprir com suas necessidades, seja de reprodução familiar e ou custos de produção, a tendência é que esse agricultor, cada vez mais, esteja destinado a se submeter à lógica capital, existindo diversos caminhos, como foi debatido no capítulo 1, a sua migração em busca de novas oportunidades de sobreviver, a sua transformação em assalariado ou a sua modificação para a lógica capitalista. Abramovay (2007) destaca bem essa linha tênue em que está alocado os agricultores familiares e principalmente o campesinato.

Esta constatação traz uma consequência no mínimo ambígua: por um lado, ela sugere a mudança nas condições materiais em que vive o agricultor já que é impossível, com os recursos de que dispõe, que ele consiga elevar sua produtividade. Por outro lado, porém, esta mudança é tamanha, que na maior parte dos casos será inacessível à grande massa dos agricultores, já que, por definição, ela é realizada nos parâmetros institucionais de uma economia, de mercado. É bem possível, nesse sentido, que o preço da “transformação da agricultura tradicional” seja o sacrifício social de uma grande quantidade de agricultores. (ABRAMOVAY, 2007 p. 84)

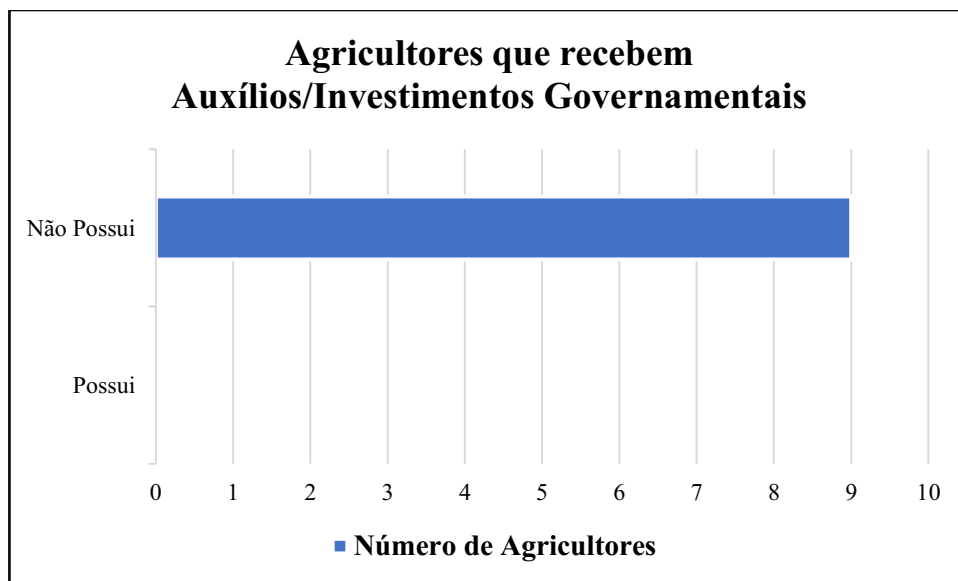
Para isso, se tem a importância do Estado como interventor nesses aspectos econômicos, pois, seria papel dele o auxílio com esses agricultores, muito para se reproduzirem territorialmente e com isso, conseguirem subsistir em meio ao mercado capitalista que o engole. Como o agricultor familiar não consegue se modernizar, o mesmo mantém suas características principais, o trabalho familiar e a subsistência, mas, para poderem resistir é necessário persistir. Quando esses agricultores se veem atordoados pela dificuldade em que o Estado impõe a uma busca de investimentos, programas e principalmente a terra, nesse aspecto é encontrado o sentido de resistência.

Para entendermos isso, questionamos sobre o acesso dos mesmos a auxílios, programas e investimentos oferecidos do Estado para com eles (Gráfico 14). O número é grande, mas ainda está longe de se comparar com os investimentos do Estado ao agronegócio, pelo simples fato da historicidade brasileira e das dinâmicas governamentais quando se trata do campesinato e da agricultura familiar no Brasil. Outro fator, é que quando esses agricultores se veem na dificuldade financeira e o Estado não provém de financiamento, os mesmos se apegam aos empréstimos de bancos, o que logicamente, pode causar problemas financeiros ainda maiores

a esses agricultores. O agricultor José Victor ao ser questionado sobre, relatou que já fez empréstimos e participou do programa Agroamigo⁹ disponibilizado pelo Banco do Nordeste.

Não, não, nada. Eu já fiz muito disso ai (Agroamigo) mas eu tive de receber só uma vez, uma vez só [...] agora esses negócios de banco, eu já fiz muito também, mas agora eu parei, empréstimos [...] o Agroamigo já fiz muito [...] já tem uns 40 anos que fazia agroamigo. (Depoimento do agricultor José Victor da Silva, coletado no dia 01/05/2023, no Distrito de Quixaba)

Gráfico 14 – Programas governamentais, projetos e investimentos em que os agricultores participam.



Fonte: Pesquisa de campo. Org. SILVA, 2023.

O cenário em que se analisa, é que nenhum desses agricultores fazem parte de algum programa de crédito rural e em alguns casos, só possuem conhecimento dos empréstimos oriundos de Bancos. Dessa forma, em sua maioria acabam buscando uma renda por meio de empréstimos visando médios e longos prazos, como é o caso de um dos agricultores que relatou ter feito empréstimos para compra de terras, ou como o próprio relato do agricultor José Victor.

A porcentagem de 100% desses nove agricultores, mostram um panorama alarmante quanto a capacidade de reprodução dessa agricultura familiar no mercado e no âmbito em que buscam uma subsistência financeira. Segundo Abramovay (2007), as decisões econômicas da família dependem estritamente de seu equilíbrio subjetivo: o valor do trabalho e dos bens de

⁹ O programa tem como premissa o crédito orientado e acompanhado aos agricultores enquadrados no Pronaf Grupo B, de forma sustentável, buscando a diversificação, a agregação de valor e a comercialização dos produtos das unidades familiares.

consumo, que variam em virtude de se ter ou não atingido a satisfação das necessidades básicas de subsistência.

Para essa questão, o autor destaca que esse equilíbrio entre a quantidade de produção e o poder de venda desses agricultores, depende de alguns fatores e podem ser alcançados em algumas situações.

Esse equilíbrio subjetivo pode ser alcançado em situações extremamente diversificadas quanto ao tamanho da família, à idade de seus membros, ao nível dos preços, à extensão cultivada, à tecnologia disponível, e à participação de elementos não agrícolas na formação da renda. (ABRAMOVAY, 2007 p. 95)

Nessa conjuntura, podemos discutir como esses elementos colocam esse agricultor como uma classe social que resiste e se recria, se reinventa, pois se de um lado ele mantém suas características de agricultores ecológicos, que é cultural desse grupo, faz parte do seu senso comum, por outro lado, ao se submeter ao mercado, necessitam se reinventar para continuar presente como agricultor familiar, se distinguindo obviamente da lógica capitalista. O que devemos questionar nesse momento é: Esses indivíduos se entendem como uma resistência social?

Nesse contexto, é importante buscarmos propostas e possibilidades que respondam a essa pergunta. A ideologia camponesa, por exemplo, é uma ideologia extremamente atacada, difundida de uma forma errônea e que é escondida sua verdadeira importância no meio social. Esses agricultores podem não saber se fazem parte de uma resistência – ou sabem – mas, para isso, devemos, enquanto indivíduo atuantes em sociedade, construir essa ideologia por diferentes âmbitos sociais, colaborando com a intensificação da resistência desses camponeses. Portanto, no terceiro e último capítulo, faremos uma proposta de intervenção para intensificar essa ideologia como resistência social, utilizando-se de um dos territórios mais importantes da sociedade, em que essa ideologia por sua vez, deve se fazer presente.

3 – APRENDER SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR, TAMBÉM É RESISTÊNCIA: O PAPEL DA ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DA IDEOLOGIA CAMPONESA

A resistência do campesinato e principalmente da agricultura familiar, só se faz persistente, também por meio de ações sociais. Nesse sentido, é necessário propor meios em que se haja uma intensificação das territorialidades do agricultor familiar na sociedade brasileira. É por meio dessa intensificação ideológica, sobre o território do campesinato, que construiremos uma concepção de territorialização desses espaços e a valorização cultural e social desses indivíduos. O que é a luta camponesa, se não uma busca por territorialidades em que se façam presentes seus modos de vida? Segundo Raffestin (1980), o território só se forma por meio de uma ação conduzida por um ator.

O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1980 p. 143)

Para este propósito, se tem o uso ideológico desses saberes a serem transmitidos socialmente. Assim como o agronegócio se utiliza da construção incessante de uma ideologia, como vimos no Capítulo 1 deste trabalho, é necessário que a agricultura familiar também fortaleça diariamente sua própria ideologia, e que seja construída como ferramenta de embate ao agronegócio e suas formas de subordinação, mas que também venha a fortalecer suas territorialidades e disseminar a cultura camponesa. Eagleton (1998) nos fala que a ideologia pode ser definida e utilizada de duas maneiras em contextos sociais e culturais.

a) Em primeiro lugar, podemos nos referir a ela como o processo material geral de produção de ideias, crenças e valores na vida social. Tal definição é política e epistemologicamente neutra, e assemelha-se ao significado mais amplo do termo “cultura”; b) Um segundo significado de ideologia, um pouco menos geral, diz respeito a ideias e crenças (verdadeiras ou falsas) que simbolizam as condições e experiências de vida de um grupo ou classe específico, socialmente significativo. (EAGLETON, 1998 p. 38-39)

Para esse processo em construção, de uma ideologia camponesa e da agricultura familiar, é necessário criar espaços para conhecer as territorialidades desses agricultores, seu modo de vida e a importância de sua produção para a segurança alimentar da sociedade brasileira. A ideologia disseminada territorialmente, determinará a extensão dessa resistência

do campesinato e da agricultura familiar nos espaços sociais do país. Acreditamos que o processo material de produção de ideias, crenças e valores fortalecerão a resistência e recriação camponesa.

As experiências de vida do campesinato, sejam essas experiências em movimentos sociais ou em outras formas de expressão do campesinato no Brasil, por exemplo os sitiantes de Uiraúna-PB, são fundamentais para a construção do conhecimento da sociedade como um todo.

Nós devemos refletir bem sobre isso. Precisamos estudar os camponeses não só para ajudá-los, mas para nos ajudar. Nós não temos que ensinar aos camponeses como viver, nós é que temos que aprender com eles como viver e como resolver problemas nos quais a maior parte da população está envolvida. (SHANIN, 2008 p. 28)

Dessa forma, seja em pesquisas como essa, seja em demais materiais acadêmicos ou escolares, onde podemos trazer à tona saberes e práticas relacionadas a essas territorialidades camponesas, e com isso, estamos contribuindo com esse processo de construção de uma ideologia do campesinato.

Para tanto, existe um espaço primordial para exercer esse papel de construtor dessa ideologia, desconstruindo o papel da mídia brasileira que está sempre a serviço da ideologia do agronegócio e fortalecendo as territorialidades camponesas por meio de conhecimento, de saberes e práticas, que é a ESCOLA!

A escola, entendida enquanto território onde se constrói e se propaga saberes, crenças, culturas e conhecimento científico. É o espaço essencial para se fazer o debate e aprender sobre a importância desses agricultores enquanto uma classe social que resiste e se recria por meio de processos que só tem a contribuir com a formação de toda a sociedade brasileira, trazendo à tona temas fundamentais para a nossa formação enquanto cidadão: como agroecologia, soberania e segurança alimentar, pequena produção e inserção no mercado, entre outros.

O território da escola, entendido enquanto espaço primordial de relações de poder, deve ser ocupado por essa ideologia camponesa, pois é na escola onde encontramos a maior quantidade de sujeitos em formação e, portanto, de formação ideológica também, sendo assim, primordial para a propagação desses saberes. A Geografia, por exemplo, possui papel fundamental na formação desses cidadãos, pois, é a ciência responsável por compreender e ensinar sobre a relação sociedade/natureza, de forma crítica, cabendo muito bem aí, a construção de uma ideologia de embate ao agronegócio, processo esse, como já falado aqui nesse trabalho, que causa severos impactos ao meio e a sociedade como um todo.

Portanto, neste capítulo iremos discutir e problematizar o papel do professor de Geografia na construção de uma ideologia camponesa, contribuindo assim com a resistência e recriação camponesa, por meio da valorização desses saberes em sala de aula. Para isso, devemos entender questões em torno do cenário das escolas no campo, das abordagens curriculares, e de materiais didáticos sobre a agricultura brasileira e as práticas que podem contribuir no processo de ensino-aprendizagem relacionados a essas temáticas.

3.1 – Escolas no campo: um cenário precário

O território da escola está presente tanto na vida urbana, como também nas áreas rurais brasileiras e isso se iniciou por meio das lutas camponesas por acesso a essas políticas públicas. Segundo Vendramini (2015), a luta pela terra e pela reforma agrária demandam outras reivindicações por meio de políticas públicas, como a construção de estradas, postos de saúde e escolas. No caso da educação, ela se tornou uma bandeira de luta social do movimento camponês, motivado pela questão do analfabetismo e o baixo nível de escolarização da população rural, mas é também por compreenderem que esse é um importante território em disputa, e que precisa ser ocupado pela ideologia camponesa. Infelizmente a educação e a escola no rural ainda, em sua maioria, vivem situações muito precárias como nos mostra Vendramini (2015):

Considerando o analfabetismo e o baixo nível de escolarização da população rural, o difícil acesso às escolas, a sua precariedade e a baixa qualidade do ensino, bem como o conteúdo dissociado da realidade, compreendemos a importância da luta por escolas presente na agenda dos movimentos sociais do campo. As escolas rurais no Brasil, historicamente, têm estado em desvantagem, apresentando menores níveis de escolarização e maiores índices de reprovação, abandono e defasagem idade-série. (VENDRAMINI, 2015 p. 54)

No sentido de ocupar esse território, enquanto um espaço em disputa na construção de ideologias, e ainda com o objetivo de combater esse analfabetismo e essa distribuição desigual ao acesso à educação, da população rural, nasce essa bandeira de luta pela educação no âmbito das lutas camponesas. A qual é uma luta não só pelo acesso à qualquer educação, mas pelo acesso a uma educação de qualidade, que respeite os seus saberes, suas práticas e o modo de vida camponês.

Embora isso seja uma luta de grande importância para toda a sociedade, os dados mostram que a educação do campo tem sofrido um ataque alarmante, quando não são fechadas

pelos poderes públicos, que alegam ser mais fácil e mais barato levar as crianças dos sítios para estudar nas cidades, elas são altamente precarizadas, inclusive muito mais precarizada do que que a própria oferta da educação básica nas zonas urbanas, que já enfrenta um cenário perverso de desqualificação.

O cenário que se destaca é o fechamento dessas escolas no campo, fazendo com que, segundo Santos e Garcia (2020), se intensifique a migração das famílias para a cidade em busca de educação para seus filhos. Entretanto nasce aí uma demanda por trabalho por parte dessas famílias, que na maioria das vezes deixam de ser agricultores familiares, devido essa problemática do acesso à escola para seus filhos. Os autores ainda destacam que são esses contextos que cria a degradação das condições de vida dos sujeitos que vivem no/do campo, o que fortalece ainda mais a concepção neoliberal.

Para se ter uma dimensão dessa precarização escolar no campo, o MST (2019) com base em dados do INEP, destaca que de 1997 até o ano de 2018, foram fechadas 79.790 escolas estabelecidas nas zonas rurais do Brasil. O Censo Escolar de 2015, feito pelo também INEP, mostra que em todo território nacional, possui apenas 37% de escolas em áreas rurais do país. O outro dado alarmante é a porcentagem de 7,5% de escolas da zona rural que possuem apenas um docente. Segundo Santos e Garcia (2020), a educação do campo historicamente recebeu pouca atenção nas agendas governamentais em termos de políticas públicas. Os autores salientam que essas políticas públicas vão desde a formação de educadores e educandos no campo.

O Estado faz parte desse processo, pois é por ele onde se deve fluir esses investimentos de políticas públicas e evitar a segregação educacional dessa população presente no país. É por meio das políticas públicas educacionais, inclusive das voltadas para a educação do campo, que se inicia um processo de resistência e valorização dos saberes desse espaço. Embora poético esse contexto, Vendramini (2015) mostra que por parte do Estado, há um enfraquecimento dos programas institucionais para as escolas, o que expressa a política do governo de atender minimamente a algumas demandas dos pequenos agricultores e sem-terra.

Os principais programas e políticas para a educação do campo criados na última década são: o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que prevê a distribuição de recursos em função do desenvolvimento de cada região e do número de alunos de cada escola; o Pró-Jovem Campo - Saberes da Terra, programa de escolarização e qualificação profissional inicial de jovens agricultores familiares do campo; o Programa Escola Ativa, em continuidade ao Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola), voltado para as escolas multisseriadas do campo; o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo

(Procampo), com base na formação por áreas de conhecimento; o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), visando à alfabetização e à escolarização de jovens e adultos de áreas de assentamentos rurais. (VENDRAMINI, 2015 p. 56)

Outro programa em que não é destacado pelo autor, é o PronaCampo¹⁰, em que o MEC – Ministério da Educação, destaca que esse programa lançado em 2011, tem modificado a realidade das regiões rurais. Os dados que são colocados pelo MEC é que esse programa ajudou a criar 73.483 novas instituições de ensino municipais e estaduais no campo, nas quais, 68.804 são escolas rurais ou unidades em assentamentos para a reforma agrária. Embora os números sejam interessantes, a realidade em que se encontra essa população rural é a de migração forçada do campo para as zonas urbanas em busca de uma educação melhor qualificada, caracterizando não somente um êxodo rural, mas também a descaracterização desses indivíduos enquanto pertencentes às suas territorialidades e os transformando em mão de obra para a lógica urbana e capital. Para finalizar, foram identificadas no município de Uiraúna-PB, localidade de estudo dessa pesquisa, segundo Fernandes (2022), apenas seis escolas nas zonas rurais dessa cidade.

Em contraposição a isso, deve haver uma valorização das lutas sociais, principalmente do campo, que lutam por políticas públicas na valorização desses territórios camponeses. Vendramini (2015) destaca que os movimentos sociais em meio a muitas contradições, seguem construindo formas cooperadas e avançadas de organização do trabalho, da produção e principalmente da educação. Como exemplo disso, o MST destacou que nas suas comunidades organizadas, existem 230 escolas de ensino médio, 200 escolas de ensino fundamental completo e mais de 1 mil escolas de ensino fundamental para os anos iniciais, espalhadas em 24 estados. Elas atendem 200 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos que estão inseridos nessas escolas.

Nesse sentido, mostra-se que o campesinato não luta só por terra, mas também por outras dimensões de seus territórios específicos e uma dessas dimensões é a educação. Ele é responsável também por resistir em quesitos de políticas públicas, na comunhão comunitária, na educação, na cultura, nas historicidades e principalmente empenhada para a alfabetização populacional e a construção de saberes espaciais em torno de sua territorialização.

Outra frente importante para impedir o fechamento das escolas é a organização coletiva. Desde as experiências constituídas no estudo exploratório

¹⁰ Conjunto de ações articuladas que assegurem a melhoria do ensino nas redes existentes, bem como, a formação dos professores, produção de material didático específico, acesso e recuperação da infraestrutura e qualidade da educação no campo em todas as etapas e modalidades - Decreto nº 7.352/2010

observa-se que a participação de diferentes entidades representativas das comunidades contribui para a interrogação ao fechamento das escolas e fortalece esta construção. Sistematizar todas as reuniões é um importante passo que orienta os caminhos desenvolvidos pelos coletivos. Com a articulação da comunidade é possível pedir a participação nos espaços de tomadas de decisões para acompanhar a construção lógica e histórica da produção da escola pública. (PEREIRA e SOUZA, 2017 p. 175)

Com isso, deve-se valorizar as lutas desses movimentos sociais, que buscam garantir o acesso à educação básica para a população do campo, e a ampliação desse direito a outros níveis educacionais, como a formação superior. Mais do que isso, eles lutam por uma educação de qualidade, que valorize seus saberes, culturas e práticas. Isso pode e deve começar em torno de questões voltadas para o material didático utilizado em escolas rurais. E os livros didáticos das escolas em geral, valorizam esses povos, a fim de reduzir essas desigualdades, os preconceitos, a falta de informação sobre essa forma de vida?

3.2 – Abordagens do Livro Didático de Geografia: Pouco se é dito sobre a agricultura familiar

Antes de abordarmos algumas práticas que podem ser inseridas no ensino dos saberes e da ideologia camponesa brasileira, devemos nos atentar a como atualmente essa temática está sendo abordada pelo livro didático de Geografia. Perceber o cenário escolar e como o Estado está transmitindo as informações acerca da agricultura do país, é um contexto fundamental para se aprofundar ainda mais no ensino das territorialidades do campesinato no Brasil.

Desta forma, realizamos um levantamento de artigos e demais formatos de textos acadêmicos, que realizam essa análise em livros didáticos no Brasil em torno de como é abordada a questão agrária do país, e apresentaremos essas informações analisadas para discutirmos os problemas em torno da falta de materiais didáticos que contribua com essa ideologia camponesa em construção.

Segundo Silva e Oliveira (2013), discutir sobre o livro didático significa refletir sobre um dos mais importantes meios de ensino-aprendizagem. Para os autores, embora o professor disponha de vários instrumentos para enriquecer suas aulas, o livro didático continua sendo o principal material metodológico e pedagógico na escola pública.

Cabe ainda salientar, que o cenário da escola pública brasileira, é um espaço totalmente precarizado, com falta de recursos públicos, estruturas ultrapassadas e degradadas, falta de acesso a material didático em geral, o que faz o livro didático muitas vezes, se tornar a única

ferramenta em que o professor consegue – o que depende do seu limite de recursos – utilizar em sala de aula.

É importante destacar que o professor deve se atentar quanto aos objetivos inseridos nas propostas dos livros didáticos utilizados em sala de aula, para que em suas informações, suficientes ou não, ele qualifique seu ensino-aprendizagem a partir de seu entendimento.

É imprescindível reconhecê-lo como um instrumento que carrega em si os objetivos, as influências e as visões de mundo próprias de seus autores e de quem o adota. É fundamental, portanto, que o professor saiba identificar quais livros didáticos possuem informações em quantidade e qualidade suficientes, para que haja eficácia do ensino de Geografia. Tal eficácia é comprovada quando o aluno tem a capacidade de pensar geograficamente sobre as complexas relações sociais que se materializam no espaço. (SILVA e OLIVEIRA, 2013 p. 92)

Dessa forma, deve-se pensar que muitos professores que se utilizam do livro didático de Geografia, devem, acima de tudo, divergirem ideologicamente a todos os contextos explicitados pelo livro. Os professores podem se atentar a diversas questões nas abordagens das questões agrárias no Brasil, como é destacado por Silva e Oliveira (2013):

A proposição é investigar as seguintes questões: como os autores trabalham a questão agrária em suas obras; quais correntes teórico-metodológicas e conceitos geográficos são utilizados na abordagem do tema; qual a imagem de campo transmitida ao educando pelos livros didáticos de Geografia; quais os temas prioritários ao tratar do “agro” brasileiro; se as questões agrárias da região Nordeste e do Ceará são contempladas nas obras; como o material analisado contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico por parte do aluno. (SILVA e OLIVEIRA, 2013 p. 92)

Encontramos nessa pesquisa uma série de autores que fazem análise dessas abordagens do livro didático em torno da questão agrária brasileira em um recorte temporal entre 2013 e 2019. Entre os relatos encontrados nesta pesquisa o que mais se repetiu foi o de que há, nesses livros didáticos, um favorecimento da grande produção agrícola modernizada, o agronegócio. Segundo Alves (2019), em um dos livros analisados por ele, é visto que a abordagem do espaço rural brasileiro, coloca a discussão acerca das questões do agronegócio e da agricultura familiar de uma forma bem sucinta, sem uma preocupação em distinguir agronegócio e agricultura familiar.

No entanto, não se aborda sobre os sujeitos históricos importantes na constituição do espaço agrário brasileiro como os camponeses, os índios, os

negros e os atuais agricultores familiares, os quais são citados de forma superficial, quando os autores apresentam a noção de culturas especializadas, que se contrapõem as culturas comerciais. (ALVES, 2019 p. 873)

Silva e Oliveira (2013), também traz sua visão sobre algumas abordagens, consideradas por eles agressivas, de determinados livros didáticos que analisaram esse tema. Eles relatam que um dos tópicos deste livro didático, é utilizado para caracterizar o movimento e a luta por terras do MST, o termo “invasão”: “O termo “invasão” utilizado pelos autores possui semântica pejorativa, o que contribui para perpetuar o preconceito já amplamente disseminado pela mídia hegemônica no Brasil acerca desse movimento.” (SILVA e OLIVEIRA, 2013 p. 98).

Os autores também analisam o uso de imagens que se fazem presentes nas abordagens da agricultura dos livros didáticos de Geografia. Logo, entendemos que a análise dessas imagens seja uma discussão importante, pois a Geografia como uma ciência da observação, utiliza-se da análise das paisagens para a construção de conhecimentos críticos. Segundo Silva e Oliveira (2013), com base em duas imagens analisadas por eles (Figura 14), as imagens encontradas no livro didático sobre essa temática, representam processos opostos: o tradicional e o moderno. Podendo construir assim, um imaginário de que a agricultura familiar é sinônimo de atraso, de arcaico. Enquanto que os grandes maquinários que representam o agronegócio são modernos, corroborando no entendimento, já propagado pela grande mídia, enquanto ferramenta de construção da ideologia do agronegócio, de que tudo que é moderno é bom.

Figura 14 - Imagens coletadas de livro didático utilizados na pesquisa dos autores.



Fonte: Coletada da pesquisa dos autores citados. SILVA e OLIVEIRA, 2011.

Foi destacado ainda por esses autores que muitos livros didáticos abordam as temáticas sobre as questões agrárias do Brasil, sob uma perspectiva mais economicista, o que muitas

vezes, mesmo que abordado de forma superficial, omite os verdadeiros cenários da agricultura camponesa e familiar no Brasil. Segundo Silva e Oliveira (2013), destacam que muitos autores omitem que as duas lógicas de produção convivem no mesmo espaço, desconsiderando que a primeira faz parte do processo de formação do espaço rural brasileiro e ambas são expressão das contradições do capitalismo presente no campo. “Além disso, os autores sequer citam as péssimas condições de trabalho, os quais, muitas vezes, chegam à morte por exaustão” (SILVA e OLIVEIRA, 2013 p. 99).

Conforme Souza e Amorim (2017), o problema desse cenário não pode ser analisado somente a partir dos autores dos livros didáticos, mas sim em volta de todo o sistema educacional, partindo desde as propostas dos PCN's, com objetivos, conteúdos, critérios de avaliação e orientações didáticas de cada ciclo e disciplina, que são voltados para uma educação burguesa, onde só acontece a reprodução das coisas sem as apreensões da real essência.

Cada vez mais, fica claro que não existe neutralidade na Ciência e muito menos nos discursos que a aproxima do mundo da escola. Pois, o conhecimento presente nas salas de aula, através dos livros didáticos, principalmente, é selecionado previamente por pessoas alheias ao processo educativo local, contribuindo para que ideologias de uma classe dominante atinjam um universo cada vez maior e mais distante dessa classe social. (SILVA e OLIVEIRA, 2013 p. 94)

Por outro lado, autores como Silva e Oliveira (2013) relatam que, ainda que sejam poucos, existem autores de livros didáticos que abordam as questões da agricultura na concepção do marxismo-histórico-dialético, onde discutem as questões históricas e territoriais que a agricultura familiar enfrenta no território brasileiro.

Para dialogar com esses autores e suas perspectivas sobre o tema, levantamos em um livro didático de Geografia, alguns recortes em que abordam a agricultura familiar em um contexto mais analítico, reflexivo e se contrapondo aos sentidos de um livro didático voltado para uma metodologia economicista. A Figura 15 e 16, mostram recortes coletados do livro didático “*Geografia Território e Sociedade (2021-2023)*” do 7º ano do Fundamental II. Lembrando, que nesta análise não está determinando se os livros didáticos são bons ou ruins, mas sim seu caráter conteudista em torno dos elementos agrários.

Figura 15 - Recorte de uma atividade do livro didático, "Geografia Território e Sociedade".

Explore Foco no caderno.

Converse com os colegas e o professor.

- O MST costuma usar o termo "ocupação" para se referir aos seus acampamentos em áreas rurais; os meios de comunicação (jornais, TV) geralmente usam o termo "invasão". Em sua opinião, por que há essa diferença nas terminologias?

Resposta pessoal.

Fonte: Livro Didático, "Geografia Território e Sociedade". LUCCI *et al.*2018.

Figura 16 - Recorte de um texto do livro didático, "Geografia Território e Sociedade".

A concentração das propriedades e a reforma agrária

A modernização da agricultura e a falta de incentivo governamental às pequenas propriedades levaram muitos agricultores a vender suas terras às grandes empresas agropecuárias. Com isso, a concentração da propriedade rural nas mãos de poucos aumentou.

Desde os anos 1950, vem se discutindo a necessidade de uma profunda reforma agrária, por meio da redistribuição de terras rurais improdutivas.

Apesar da criação do Incra, em 1970, e de muita discussão sobre a reforma agrária, o problema da concentração de terras rurais nas mãos de poucos ainda não foi resolvido, o que acaba resultando em muitos problemas sociais no campo.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) é um dos movimentos que promovem ocupações de terras com o objetivo de pressionar o governo a acelerar o processo de reforma agrária nessas áreas. Além disso, objetiva apoiar o pequeno agricultor e lutar pelo fim dos latifúndios no Brasil.

Fonte: Livro Didático, "Geografia Território e Sociedade". LUCCI *et al.*2018.

Embora isso seja uma tendência de alguns autores, para a nossa proposta de intervenção, esses elementos citados ainda devem ser considerados a ponta do *iceberg*, tendo em mente do leque de possibilidades pedagógicas e metodológicas que podem ser utilizadas em sala de aula para entender profundamente a formação do espaço rural brasileiro com todas suas contradições. "A abordagem da questão agrária na geografia escolar é imprescindível, uma vez que grande parte dos problemas sociais brasileiros remonta ao processo de colonização, o qual trouxe consigo um dos maiores dilemas atuais: a concentração fundiária agravada pelo desenvolvimento do capitalismo no campo". (SILVA e OLIVEIRA, 2013 p. 95)

Nesse sentido, deve-se procurar práticas no ensino aprendizagem de Geografia, que possam trazer à tona a valorização da forma de vida camponesa, conhecendo suas práticas e saberes, assim como reconhecendo a sua importância para a nossa sociedade como um todo, corroborando assim com uma ideologia camponesa.

Perante isso, Paulo Freire (2000 apud FELÍCIO, 2010 p. 86-87), afirma que “não é na resignação, mas na rebeldia em face das injustiças que se afirmam e que nós também nos afirmamos como seres humanos”. Portanto, professores devem ser rebeldes e nessa rebeldia devem procurar práticas que rompam com os muros de uma sociedade capitalista desigual, construindo assim um processo de ensino-aprendizagem crítico e estruturante.

3.3 – Inserir a agricultura familiar no ensino de Geografia.

Segundo Mormul (2018), ler o mundo por meio da Geografia é um dos maiores desafios que professores e professoras enfrentam, visto que muitas das vezes os alunos não conseguem abstrair os conteúdos geográficos tornando-os, por vezes, desconectados com o mundo em que vivem. Nesse sentido, se faz extremamente pertinente e necessário que os professores de Geografia busquem metodologias inerentes ao olhar do aluno. Materializar os contextos dialéticos do campesinato e da agricultura familiar fora das conjunturas convencionais do ensino-aprendizagem em geografia – como o uso do livro didático – não é uma tarefa fácil de ser aplicada.

Com isso, as práticas do ensino de geografia no contexto das territorialidades da agricultura familiar, devem, segundo Felício (2010), buscar outras dimensões da matéria prima do território imaterial do campesinato que estão: no resgate da cultura camponesa e seus valores e no estudo como estratégia para ocupar o espaço e ganhar importância na disputa ideológica contra o agronegócio e o Estado como seu agente. Para isso, necessita-se de práticas de ensino em geografia que busquem uma materialização do que é o espaço camponês e do agricultor familiar uiraunense, no nosso caso de pesquisa. São nas diferentes práticas que iremos nos debruçar como professores de Geografia, em uma construção reflexiva, dialogada, “territorializada” e ideológica, buscando sempre na Geografia Escolar, o sentido de cidadania ao aprender os modos de vida desses agricultores.

Abaixo, iremos discutir algumas práticas de ensino que pode ser utilizada nesse quesito de materialização do espaço cultural da agricultura familiar uiraunense, nordestina e até mesmo nacional.

3.3.1 Práticas da Geografia para abordar a agricultura familiar

As práticas de ensino em Geografia estão voltadas aos recursos em que o professor se utiliza para construir conhecimento com os indivíduos atuantes desse espaço multidisciplinar. Dessa maneira, como podemos discutir a geografia cidadã e atrelada a ela, uma geografia em que se mostre a realidade do território camponês? Ou ainda, quais os recursos que podem ser utilizados para materializar essa discussão dentro de uma sala de aula?

Para Silva e Muniz (2012), a finalidade de buscar novas metodologias, não é somente em quebrar os paradigmas do ensino tradicional no que se refere ao conteudismo, à memorização do conteúdo e ao distanciamento da realidade dos alunos ou mesmo, simplesmente substituir o professor, a lousa e o livro didático pelo moderno. Nesse contexto, não buscamos excluir as formas mais tradicionais de ensino-aprendizagem, mas sim usar diferentes práticas como recurso para introduzir esses contextos no ensino de Geografia.

A questão é bem maior e perpassa a postura teórico-metodológica adotada pelo professor que deve ser, acima de tudo, um educador formador de cidadãos capazes de problematizar, dialogar, desconstruir e reconstruir o conhecimento e dar a este um direcionamento seja no espaço próximo ou distante a partir da educação geográfica. (SILVA e MUNIZ, 2012 p. 64)

Perante a isso, esses autores corroboram que o livro didático é um componente importante no processo de aprendizagem, mas podem ser substituídos por outras ferramentas que garantam uma forma mais dinâmica de ensino, sendo, portanto, utilizadas de maneira a possibilitar a melhor compreensão dos conteúdos abordados e o alcance dos objetivos propostos. Nosso objetivo, nesse contexto, é materializar e discutir o campesinato e a agricultura familiar por meio dos elementos e práticas didáticas da geografia, que não fiquem engessadas em uma aprendizagem economicista, mas sim histórica e dialética, pois, só podemos compreender o campesinato, estando presente e discutindo ele.

Começando pela prática cartográfica da geografia, nela consegue-se materializar o território camponês com as metodologias espaciais em que a Geografia se deleita. Mapas, maquetes, croquis e entre outros recursos, podem e devem ser trabalhados para contextualizar o território camponês, e por meio disto, discutir suas concepções, crenças, tradições, culturas, historicidade, modos de produção e seu território. Partindo deste princípio, entende-se que a linguagem cartográfica no ensino de Geografia assume a missão de abrir caminhos para que o aluno esteja apto a entender a sua realidade, sendo assim capaz de representá-la (SILVA e MUNIZ, 2012 p. 66).

Para essa parte da pesquisa nos utilizamos de práticas exercidas enquanto professor de Geografia em momentos distintos. Porém, não focaremos na análise desses espaços enquanto momentos, mas sim enquanto exemplos que podem contribuir de alguma forma com a prática de outros profissionais da área. Dessa forma, resgatamos aulas em que utilizamos desses recursos para enriquecer a discussão acerca do território camponês e da agricultura familiar.

A metodologia a qual gostaríamos de problematizar aqui, trata-se da utilização de uma maquete com elementos da forma de vida camponesa. Para isso, em conjunto com alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, em uma escola pública de Uiraúna-PB, produzimos maquetes que buscaram tais elementos do campesinato para expandir o debate sobre suas territorialidades, como é apresentado na figura 17.

A maquete é um recurso metodológico em que os alunos se desprendem da realidade inserida em sala de aula e em escala menor, reconstrui, nesse caso, as territorialidades camponesas e do espaço rural, utilizando suas concepções de senso comum cartográfico e paisagístico.

Nesse contexto, enquanto elemento cartográfico, as maquetes se apresentam como uma importante ferramenta para o ensino da Geografia, pois simulam uma forma de representação tridimensional do espaço, em grande escala cartográfica que não distorce a realidade. Além disso, propiciam uma identificação do aluno com a realidade demonstrada, uma vez que trabalham com imagens icônicas, ou seja, com símbolos próprios de cada cultura, utilizados para representar os elementos contidos nas maquetes. (SILVA e MUNIZ, 2012 p. 66)

Figura 17 - Maquetes representando o território camponês, produzido em uma turma do 9º ano na Escola Municipal de Ensino Infantil e de Ensino Fundamental Benevenuto Mariano, situada no município de Uiraúna-PB.



Fonte: Acervo pessoal. SILVA, 2023.

Outro recurso a ser utilizado, são os audiovisuais, que permitem de forma detalhada entender as particularidades da agricultura familiar. Segundo Alves (2014), percebe-se que, através da utilização da linguagem imagética, o Ensino em Geografia ganha um aliado que aumenta as possibilidades do aluno de chegar a um melhor entendimento da (re)produção do espaço, além de ser útil também para a compreensão das estruturas e processos responsáveis por sua atual configuração. Nesse sentido, o uso de poemas, documentários, filmes, músicas, imagens, cartazes e entre outros elementos, podem possibilitar uma reflexão sobre as territorialidades do campesinato em sala de aula, além de conseguir buscar no aluno uma construção de conhecimento mais ampla.

Como exemplo desses recursos podemos citar a utilização da música “*Admirável Gado Novo*” de Zé Ramalho, onde por meio dela pode ser discutido, entre outros elementos, a luta de classes. Referido a isso, na sua letra pode ser refletido a resistência camponesa e a força desses agricultores: “[...] *é duro tanto ter que caminhar, e dar muito mais do que receber [...]*”. A utilização dessa música também nos leva ao debate em torno de uma das novelas mais marcantes na sociedade brasileira “*O Rei do Gado*”, que mostra a luta do campesinato em meio às grandes propriedades.

Outro recurso a ser utilizado e que também é trabalhado o uso de imagens, é a confecção de cartazes com a utilização, por exemplo, de fotografias retirada pelos próprios alunos, de agricultores da localidade. O que acaba motivando os alunos a conhecer esses territórios camponeses. No caso da nossa experiência com essa prática, os cartazes foram expostos em sala de aula, como é mostrado na Figura 18.

Figura 18 - Cartaz com imagens de agricultores familiares do município de Uiraúna, produzido por alunos do 7º ano.



Fonte: Acervo pessoal. SILVA, 2023.

Como última prática metodológica a ser exemplificada, se tem o estudo do meio e o trabalho de campo, onde é nessa prática em que o aluno terá finalmente uma percepção real de como se materializa o território de um agricultor familiar e do camponês. O trabalho de campo propiciará uma reflexão maior sobre a importância desses indivíduos como classe social em meio às diversas problemáticas acerca do agronegócio. Para além do ensino de Geografia, nessa metodologia de trabalho de campo, também se tem a possibilidade da interdisciplinaridade entre as diferentes áreas de ensino, como História, Biologia e etc.

O estudo do meio propicia o contato direto do aluno com seu meio imediato, exercitando a intuição através de trabalhos de campo e excursões. Trata-se de um método ativo e interativo por requerer um trabalho interdisciplinar. Seu objetivo no ensino é o de mobilizar, em primeiro lugar, as sensações e percepções dos alunos no processo de conhecimento para, em seguida, proceder-se à elaboração conceitual. (BUENO, 2009 p. 188)

Para finalizar nossas reflexões em torno das práticas em sala de aula para uma melhor abordagem dessas temáticas, podemos ainda refletir a importância dessas abordagens em sala de aula, por meio da fala de Theodor Shanin (2008 apud FELÍCIO, 2010 p. 28), em que para ele, “deve-se atrelar a luta pela terra à luta pelo conhecimento, pois, as mudanças não decorrem apenas do uso de armas, de fatores econômicos e disputas políticas, elas se realizam também por meio do constante avanço do conhecimento, porque a verdade tem a capacidade revolucionária para transformar sociedades”.

Nesse sentido, devemos lutar para que dentro da sociedade brasileira, se existam mais escolas no campo, mais campesinato, mais professores empenhados também nessa luta e mais agricultores familiares. O território imaterial do campesinato e do agricultor familiar é o conjunto de lutas sociais, em que seu modo de vida materializa uma classe social que sofre, mas que acima de tudo persiste, logo, a educação tem que seguir esse exemplo, e aprender com a resistência camponesa, e não o contrário.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indivíduos que aqui foram mostrados e analisados, corroboram com os pensamentos dos autores trabalhados e com o meu entendimento de que na sociedade capitalista contemporânea, no caso do Brasil com o agronegócio, o campesinato se recriou e nessa forma de recriação, encontramos a mais pura forma de resistência contra todos os processos apresentados. Foram nesses quesitos que me atentei a responder a todas propostas feitas e nelas foram encontrados diversos pontos em que contribuíram para o resultado dessa pesquisa. Ao principal objetivo, penso que analisar o campesinato enquanto resistência é um trabalho muito mais complexo, tendo em mente do leque de discussões acima desse tema. Porém, identificamos e caracterizamos em nossa pesquisa, diversos elementos que permitem esses sitiantes serem analisados como uma recriação de resistência do campesinato.

Para esses elementos: a) encontramos a sua estrutura familiar e de trabalho no campo, que é passado de geração para geração; b) as formas de subsistência, seja no consumo da sua produção ou na sua inserção parcial no mercado; c) as formas de produção tradicionais do campesinato, como a produção agroecológica, compreendendo técnicas e saberes que não são agressivas a natureza; d) a diversidade de produção, que por sua essência é o que garante uma base alimentar no país; e) sua cultura que tende a contribuir comunitariamente; f) suas diferentes formas de acesso à terra para produzir e viver.

Todos esses elementos atribuem a esses sitiantes a concepção de uma classe social, que perseguida por diferentes atores sociais e ideologias, como uma resistência, em que se recriam e persistem no cenário agrário brasileiro. Surge a partir disso, a minha preocupação quanto aos processos ideológicos que o agronegócio também impõe na sociedade brasileira. Observamos os diversos impactos que essa agricultura perversa causa no território e penso que enquanto professor de Geografia, essa luta ideológica e resistência do campesinato, também é uma luta minha e de outros geógrafos. Nesse sentido, em que propomos a inserção dos saberes, das territorialidades e da ideologia do campesinato no ensino de Geografia. Nessa proposta, as experiências embora limitadas, em questão de tempo, mostraram-se bastante relevantes, tendo em mente a participação dos alunos acerca das diferentes práticas escolares apresentadas nesse trabalho.

Pegando esse gancho, me permito destacar outras dificuldades enfrentadas durante o desenvolvimento. Primeiro me atentei ao tempo em que tive para realização do trabalho de campo, fiquei limitado à uma observação mais superficial, em que sinto que poderia ser mais profunda, enriquecendo ainda mais a caracterização desses camponeses/sitiantes do município.

À revisão bibliográfica também me mostrou algumas limitações, no quesito de encontrar documentos acadêmicos mais profundos de autores estrangeiros, a exemplo de Teodor Shanin e Alexander Chayanov, mas pontuo que os autores nacionais – que também se utilizam deles – discutem o campesinato com enorme maestria e foram extremamente importantes aqui. Outros limites que experimentei é a possibilidade de debater, mais detalhadamente, diversos outros elementos que compreendem essa discussão, como é o caso das escolas rurais do município e a relação comunitária dos agricultores em seus territórios de produção.

Nesse sentido, e mesmo com tamanhos limites, acredito que este trabalho possibilitará a sociedade uma valorização maior desse campesinato, e conjuntamente a isso, uma reflexão sobre as formas em que o agronegócio produz em nosso país e ataca o campesinato. Penso que o debate da agricultura na escola também contribuirá para a intensificação ideológica desse campesinato nos meios sociais, tendo em mente que as diversas práticas apresentadas, podem ser utilizadas por outros professores e não somente os de Geografia.

Dessa maneira, entendo que não somente outros pesquisadores, assim como eu, podem desenvolver pesquisas em que aprofunde ainda mais o debate, a ideologia e a caracterização desse campesinato, ou seja, observar o dia a dia desses indivíduos, as semânticas das escolas no campo e o ensino da ideologia camponesa em sala de aula.

Outra pesquisa a ser desenvolvida é a de novas possibilidades de práticas escolares que contribuam para intensificar a ideologia do campesinato, é necessário pensar que não podemos ficar restritos apenas às práticas apresentadas aqui ou em outras pesquisas, é importante sempre buscar novas metodologias, aplica-las, experimenta-las e introduzir as mesmas nos currículos escolares.

Portanto, finalizo essa pesquisa com o sentimento de que posso desenvolver muito mais sobre o debate do campesinato, tanto na questão das características do modo de vida desses agricultores, como também no quesito das questões educacionais, logo, o estudo das escolas no campo pode ser um primeiro caminho. Sinto-me aliviado, pois com tantas problemáticas enfrentada no desenvolvimento da pesquisa, ainda assim conseguimos discutir esse campesinato com uma qualidade que conseguirá trazer consequências positivas quanto à valorização do campesinato no Brasil. Foram momentos difíceis, mas conhecer um pouco desses agricultores trouxe concepções sobre como essa resistência, seja pela luta pela terra, pela sua recriação ou pela sua ideologia, tem muito a ensinar para a sociedade e para a gama de pesquisadores que se preocupam com a causa do campesinato no país.

5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2007. 296 p.

ABRAMOVAY, Ricardo. (org.) et al. **Cinco anos de Agroamigo: retrato do público e efeitos do programa**. Fortaleza: BNB, 2012.

ALBAGLI, Sarita. **Território e territorialidade**. Brasília, 2004.

ALENCAR, Ane *et al.* **Desmatamento na amazônia: indo além da “emergência crônica”**. Belém - PA: IPAM-Belém, 2004.

ALMEIDA, Ana Claudia Silva; SERRA, Elpídio. **Concentração de terras no brasil – um olhar acadêmico sobre o processo**. Elpídio, Uberlândia - MG, 2012.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

ALVES, Flamarion Dutra; LINDNER, Michele; RODRIGUES, Suelen De Leal. **FORMAS DE (RE) PRODUÇÃO FAMILIAR NO ESPAÇO RURAL: Campesinato, agricultura familiar e pluriatividade**. Geo UERJ, Rio de Janeiro, v. 2, ed. 18, 2008.

ALVES, Gabriel Araújo. **Os filmes como recurso didático para o ensino de geografia no ensino Fundamental II**. 2014. Monografia (Bacharel em Geografia) - Universidade De Brasília, Brasília, 2014

ALVES, Lidiane Aparecida. **Agricultura familiar e agronegócio: expressões do espaço rural brasileiro no livro didático de geografia do ensino Fundamental II**. Geosul, Florianópolis, v. 34, ed. 71, 2019.

ANDRADE, Ednilton Tavares de *et al.* **Programa do proálcool e o etanol no Brasil**. ENGEVISTA, [s.l.], v. 11, ed. 2, 2009.

ARAÚJO, Isabelle Maria Mendes de; OLIVEIRA, Ângelo Giuseppe Roncalli da Costa. **Agronegócio e agrotóxicos: impactos à saúde dos trabalhadores agrícolas no nordeste brasileiro**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, 2017.

ARAÚJO, Socorro Luciana *et al.* **Guardiões e Guardiãs da Agrobiodiversidade nas regiões do Cariri, Curimataú e Seridó Paraibano**. Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Porto Alegre - RS, v. 8, ed. 2, 2013.

AQUINO, Joacir Rufino de; ALVES, Maria Odete; VIDAL, Maria de Fátima. **Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do censo agropecuário 2017**. Rev. Econ, Fortaleza, v. 51, 2020.

BANCO DO NORDESTE. **Agricultura familiar no Nordeste**. 5. ed. [s.l]: [s. n.], 2010.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas**. Revista NERA, Presidente Prudente - SP, ed. 14, 2009.

BRASIL. **Serviço geológico do Brasil. Diagnóstico do município de Uiraúna**. In: Projeto Cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea Paraíba. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

BUENO, Míriam Aparecida. **A importância do estudo do meio na prática de ensino em geografia física**. Goiânia, v. 29, ed. 2, 2009.

CARVALHO, Horacio Martins de. **De produtor rural familiar a camponês. A catarse necessária**. Curitiba, 2009.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo**. São Paulo, SP: Brasiliense. Acesso em: 17 abr. 2023, 2011

CONAB. **Portal de Informações Agropecuárias**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://portaldeinformacoes.conab.gov.br/safra-serie-historica-graos.html>. Acesso em: 19 maio 2023.

CORREIA, Silvana Cristina Costa. **Resistência e formas de (re)criação camponesa no semiárido paraibano**. 2011. 295 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

COSTA, SOLANGE MARIA GAYOSO DA. **Grãos na floresta: estratégia expansionista do agronegócio na amazônia**. 2012. Monografia (Doutor em Ciência do Desenvolvimento Socioambiental) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Belém, 2012.

COSTA, WENDER SANTIAGO DA. **Perfil da agricultura familiar do nordeste brasileiro**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Engenharia Agrônômica) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

CRUVINEL, Paulo E. **Agronegócio e oportunidades para o desenvolvimento sustentável do Brasil**. Embrapa Instrumentação Agropecuária, São Carlos, SP, 2009. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/658189/1/DOC442009.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023.

DELGADO, G. da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone: Campinas, UNICAMP. 1985.

DOMINGUES, Mariana Soares; BERMANN, Célio; MANFREDINI, Sidneide. **A produção de soja no brasil e sua relação com o desmatamento na amazônia**. RPGeo, [s.l], 2014.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 1998.

ELIAS, Denise. **Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil**. REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES, Barcelona, v. 10, ed. 238, 2006.

FABRINI, João Edmilson. **Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas**. In: PAULINO, Eliane Tomiasi. FABRINI, João Edmilson (Org.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2008

FEARNSIDE, PHILIP M. **Destruição e conservação da floresta amazônica**. 1. ed. Manaus: Editora INPA, 2022.

FELÍCIO, Munir Jorge. **O território imaterial do campesinato**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, [s.l], v. 5, ed. 9, 2010.

_____, Munir Jorge. **Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão**. Londrina, v. 15, ed. 1, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano *et al.* **A questão agrária no governo bolsonaro: pós-fascismo e resistência**. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, v. 4, ed. 42, 2020.

_____, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. v. 92.

_____, Bernardo Mançano. **Questão agrária e capitalismo agrário: o debate paradigmático de modelos de desenvolvimento para o campo**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, [s.l.], v. 1, ed. 2, 2014.

FERNANDES, Ramon Dalison Alencar. **Cenário da educação ambiental nas escolas públicas municipais de Uiraúna-PB**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia.) - Universidade Rural do Semi-Árido, Pau dos Ferros - RN, 2022.

FERRARI, Dilvan Luiz; ABRAMOVAY, Ricardo; SILVESTRO, Milton Luiz; MELLO, Márcio Antonio de; TESTA, Vilson Marcos. **Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir?**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 12, ed. 2, 2004.

FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini. **O agronegócio no Brasil e a produção capitalista do território**. Geografia em Questão, São Paulo, 2012.

FREITAS, Ana Paula Nunes De. **OS TROPEIROS DA BORBOREMA: Símbolo fundacional da cidade de Campina Grande - PB (1790 - 1982)**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras-PB, 2013.

FUKUI, Lia Freitas Garcia. **A "Riqueza do Pobre" - Relações Pais e Filhos Entre Sitiantes Tradicionais Brasileiros**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, [S. l.], n. 14, p. 67-77, 1973.

GHIDINI, Rafael. MORMUL, Najla Mehanna. **Revolução agrícola neolítica e o surgimento do Estado classista: breve construção histórica**. Revista de Ciências do Estado. Belo Horizonte: v. 5, n. 1, e19725. ISSN: 2525-8036.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora**. Agrária, São Paulo, 2008.

GOMES, Cecília Siman. **Impactos da expansão do agronegócio brasileiro na conservação dos recursos naturais**. Caderno do Leste, Belo Horizonte, v. 19, ed. 19, 2019.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; SABBATO, Alberto Di; VIDAL, Maria de Fátima. **Agricultura Familiar no Nordeste: Uma análise comparativa entre os dois censos agropecuários**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2011.

HOFFMANN, Rodolfo. **A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil?**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas - SP, 2014.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. [S. l.], 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=producao_agropecuaria. Acesso em: 19 maio 2023.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Áreas Territoriais: Malha Territorial**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=publicacoes>. Acesso em: 22 maio 2023.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. [S. l.], 2017. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf. Acesso em: 22 maio 2023.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: Paraíba**. [S. l.], 2017. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_pb.pdf. Acesso em: 22 maio 2023.

- _____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeções da População**. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html>. Acesso em: 22 maio 2023.
- _____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 22 maio 2023.
- _____- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/uirauna/panorama>. Acesso em: 1 ago. 2022.
- IDEME - Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil**. [S. l.], 2013. Disponível em: https://ideme.pb.gov.br/servicos/perfis-do-idhm/atlasidhm2013_perfil_uirauna_pb.pdf. Acesso em: 1 ago. 2022.
- KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- LEMOS, José de Jesus Sousa. **Fontes de crescimento e de instabilidade da agricultura no Nordeste do Brasil**. Rev. Econ, Brasília, 1990.
- LIMA, Antônia Francisca; SILVA, Edvânia Gomes de Assis; IWATA, Bruna de Freitas. **Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura**. Revista Retratos de Assentamentos, [s.l.], v. 22, ed. 1, 2019.
- LIMA, ELIEIDE GOMES DE. **Produção agroecológica como alternativa produtiva para a agricultura familiar no assentamento Santo Antônio Cajazeiras-PB**. 2017. Monografia de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, PB, 2017.
- LIMA, Maria do Socorro Bezerra; MOREIRA, Érika Vanessa. **A pesquisa qualitativa em geografia**. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, v. 2, ed. 37, 2015.
- LIMÃO, Nadvania Alexandre. **Relações de gênero e movimento sindical: relatos e vivências das mulheres no sindicato dos trabalhadores rurais de Uiraúna-PB**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras-PB, 2015.
- LIRA, Silmara Maria De. **Estratégias de convivência com o semiárido: o caso do sítio cruz no município de Uiraúna-PB**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras - PB, 2017.
- LUCCI, Elian Alabi *et al.* **Geografia Território e Sociedade**. 1. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2003.
- MARTINE, George. **A Trajetória da Modernização Agrícola: A quem beneficia?** Revista de Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, ed. 3, 1991.
- MATOS, Getúlio Alves de Souza. **Panorama Socioeconômico do Nordeste: Evolução e Perspectivas**. BNB Conjuntura Econômica, [s.l.], [s.a.].
- MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território**. Geo UERJ, Rio de Janeiro, v. 2, ed. 22, 2011.
- MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **PESQUISA SOCIAL: Teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis - RJ: Editora Vozes, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INEP. **Censo Escolar de 2015**. Brasil, 2015. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_do_censo_escolar_2015_matriculas.pdf. Acesso em: 30 maio 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Escolas rurais, quilombolas e indígenas são tema de evento**. Brasil: MEC, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/208-591061196/18622-escolas-rurais-quilombolas-e-indigenas-sao-tema-de-evento>. Acesso em: 30 maio 2023.

MONCAU, Gabriela. **Arroz, feijão, café, laticínios e mais: conheça as principais linhas de produção do MST**. MST, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/12/12/arroz-feijao-cafe-laticinios-e-mais-conheca-as-principais-linhas-de-producao-do-mst/>. Acesso em: 1 jun. 2023.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1996.

_____, Emilia; TARGINO, Ivan. **Agricultura familiar na Paraíba: perfil com base no censo agropecuário de 2017**. *Rev. Econ*, Fortaleza, v. 51, 2020.

MOREIRA, Josino C. *et al.* **Avaliação integrada do impacto do uso de agrotóxicos sobre a saúde humana em uma comunidade agrícola de Nova Friburgo, RJ**. *Ciência e saúde coletiva*, [s. l.], 2022.

MORMUL, Najla Mehanna. **O Papel do Professor de Geografia na Sociedade Contemporânea**. *Revista Perspectiva Geográfica, Marechal Cândido*, v. 13, ed. 18, 2018.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Educação do Campo: conquistas e resistência popular**. [s.l.]: Wesley Lima, 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/11/28/80-mil-escolas-fechadas-no-campo-brasileiro-em-21-anos/#:~:text=No%20ano%20de%202011%2C%20o,campo%2C%20entre%202002%20e%202010>. Acesso em: 30 maio 2023.

NETO, Caio Pompeia Ribeiro. **Formação Política do Agronegócio**. 2018. Tese de Doutorado (Doutor em Antropologia Social.) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2018.

OCTAVIANO, Carolina. **Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde**. *ComCiência, Campinas - SP*, 2010.

OLIVEIRA, Alexandra Maria. **Campesinato, ensino de geografia e escolas do campo: o conhecimento geográfico como um saber em conjunto**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, ed. 30, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura e indústria no Brasil**. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, São Paulo*, v. 5, ed. 10, 2010.

_____, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. 1. ed. São Paulo: FFLCH, 2007. 184 p.

_____, Ariovaldo Umbelino de. **A Amazônia e a nova geografia da produção da soja**. *Terra Livre, Goiânia*, v. 1, ed. 26, 2006.

_____, Ariovaldo Umbelino de. **Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil**. *Terra Livre, São Paulo*, v. 2, ed. 21, 2003.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de; GARCÍA, María Franco. **LUTA, RESISTÊNCIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO: o MST na Paraíba**. *Espaço em Revista, Catalão - GO*, v. 10, ed. 1, 2008.

- OLIVEIRA, Maria Alanya Da Costa. **A produção do espaço urbano pela igreja católica em Uiraúna, PB**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciência e Tecnologia) - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, Pau dos Ferros - RN, 2017.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma Geografia dos camponeses**. São Paulo, Ed. Unesp, 2006.
- PEREIRA, Camila Casteliano; SOUZA, Maria Antônia de. **A política de fechamento de escolas no campo na região metropolitana de Curitiba/PR**. Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista - BA, v. 13, ed. 26, 2017.
- PEREIRA, Lorena Izá; ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **A política agrária no governo Bolsonaro: as contradições entre a expansão do agronegócio, o avanço da fome e o antiambientalismo**. Rev. NERA, Presidente Prudente, v. 24, ed. 58, 2021.
- PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx**. Revista NERA, Presidente Prudente, 2005.
- PREFEITURA DE UIRAÚNA, Prefeitura de Uiraúna. **História do Município**. [S. l.], [s.a]. Disponível em: <https://www.uirauna.pb.gov.br/omunicipio.php>. Acesso em: 23 maio 2023.
- QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo**. Revista NERA, Presidente Prudente, ed. 18, 2011.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática S.A, 1993.
- RODRIGUES, Waghma Fabiana Borges. **Reflexões sobre as relações ideológicas e sociais**., Mato Grosso, v. 21, ed. 1, 2014.
- SABOURIN, Eric; CARON, Patrick. **Origem e evolução da agricultura familiar no Nordeste semi-árido**. Camponeses do Sertão, [s.l], [s.a].
- SANTOS, Michele da Silva *et al.* **Sementes crioulas: sustentabilidade no semiárido paraibano**. AGRARIAN ACADEMY, Goiânia, v. 4, ed. 7, 2017.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, Vanessa Costa dos; GARCIA, Fátima Moraes. **O fechamento de escolas do campo no Brasil: da totalidade social a materialização das diretrizes neoliberais**. Kiri-kerê: Pesquisa em Ensino, [s.l], v. 1, ed. 4, 2020.
- SAQUET, Marcos Aurelio. **Agricultura camponesa e práticas (agro)ecológicas. Abordagem territorial histórico-crítica, relacional e pluridimensional**. Mercator, Fortaleza - CE, v. 13, ed. 2, 2014.
- SHANIN, Theodor. **Lições Camponesas**. In: PAULINO, Eliane Tomiasi. FABRINI, João Edemilson. **Campesinato e Territórios em Disputa**. 1ª Edição, São Paulo, Editora Expressão Popular, 2008.
- SILVA, Anatólia da Cruz. **A importância do setor terciário da cidade de Uiraúna-PB**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras - PB, 2013.
- SILVA, José Graziano da. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo, Ed. Hucitec, 1980.
- _____, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. rev. Campinas - SP: UNICAMP, 1998.

- SILVA, Maria Aline; OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **Dialogando com o livro didático de Geografia: análise do discurso sobre a questão agrária em obras do ensino médio**. Geografia Ensino & Pesquisa, Ceará, v. 17, ed. 3, 2013.
- SILVA, Thauana Pires Da. **Dinâmica do trabalho rural no Norte do Tocantins: meeiros**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão de Cooperativas) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, [S. l.], 2018.
- SILVA, Vlândia da; MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira. **A geografia escolar e os recursos didáticos: o uso das maquetes no ensino-aprendizagem da geografia**. Geosaberes, Fortaleza, v. 3, ed. 5, 2012.
- SILVA, Wilma Amâncio da; MIRA, Feliciano de. **Agricultura familiar e segurança alimentar em comunidades quilombolas do semiárido alagoano**. Revista GeoSertões, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 60-79, dez. 2016. ISSN 2525-5703.
- SCHNEIDER, Sergio; NIEDERLE, Paulo André. **Agricultura Familiar e Teoria Social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura**. [s.l.], 2008.
- SOARES, Wagner Lopes; FREITAS, Elpidio Antônio Venturine de; COUTINHO, José Aldo Gonçalves. **Trabalho rural e saúde: intoxicações por agrotóxicos no município de Teresópolis – RJ**. Rio de Janeiro, v. 43, ed. 4, 2005.
- SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. **O campesinato no modo capitalista de produção: raízes conceituais**. Rev.Geo, Goiânia, v. 1, ed. 1, 2012.
- SOUZA, Raimunda Áurea Dias de; AMORIM, Celmara Coelho de. **A Questão agrária nos Livros Didáticos de Geografia: uma Análise da Mercantilização do Livro**. ORG & DEMO, Marília - SP, v. 18, ed. 2, 2017.
- STOPPELLI, Illona Maria de Brito Sá; MAGALHÃES, Cláudio Picanço. **Saúde e segurança alimentar: a questão dos agrotóxicos**. São Paulo, 2005.
- TEIXEIRA, J. C. **Modernização da agricultura no Brasil: Impactos econômicos, sociais e ambientais**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Três Lagoas, Três lagoas – MS, v.2, nº. 2, p. 22-42, set. de 2005.
- VENDRAMINI, Célia Regina. **Qual o futuro das escolas no campo?**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 31, ed. 3, 2015.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**, Rio de Janeiro, 2004.
- _____, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Processos sociais agrários., Caxambu, MG, 1996.
- _____, Maria de Nazareth Baudel. **O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência**. RESR, Piracicaba-SP, v. 52, 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A: ROTEIRO DA ENTREVISTA

- 1 - Reside em Uiraúna? Se sim, qual local?**
- 2 – Você trabalha com agricultura à quanto tempo?**
- 3 – Você é dono de suas terras?**
- 4 – Sua família é envolvida com a agricultura (caso tenha)?**
- 5 – Quais os tipos de cultivos que você planta em suas terras?**
- 6 – Você utiliza maquinários para plantar?**
- 7 – Você utiliza sementes transgênicas para plantar?**
- 8 – Usa veneno nas suas plantações?**
- 9 – Você planta para consumo próprio (subsistência)?**
- 10 – O trabalho na agricultura foi passado de geração?**
- 11 – A renda adquirida na feira/vendas consegue suprir os custos de suas necessidades e da família?**
- 12 - A renda adquirida na feira/vendas consegue suprir os custos de produção?**
- 13 – Vende somente na feira livre de Uiraúna ou em outras localidades (estabelecimentos)? Se sim, quais?**
- 14 – Possui ou utiliza de auxílios/incentivos e programas voltados para agricultura por meio do Governo Federal, Estadual ou do Município?**
- 15 – Possui filhos? Se sim, quantos?**
- 16 – Seus filhos trabalham com você no campo?**
- 17 – Você utiliza de mão de obra externa no campo (fora da família)?**
- 18 – Seus filhos estudam? Se sim, qual grau?**
- 19 – Qual suas maiores dificuldades em exercer agricultura atualmente?**

APÊNDICE B: TERMOS DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE INFORMAÇÕES



Universidade Federal
de Campina Grande

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE INFORMAÇÕES

Eu Anderson R. Batista, autorizo o uso de minhas respostas na entrevista, no trabalho de campo, voltado para inserção, proveito e colaboração, ao Trabalho de Conclusão de Curso, da Unidade Acadêmica de Geografia, no Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, realizada pelo graduando Francisco Dornelles Fernandes da Silva, de matrícula, 218230519.

Anderson R. Batista
Assinatura do Entrevistado

Francisco Dornelles F. da Silva
Assinatura do Responsável

Cajazeiras – PB, 10 de Junho de 2023



Universidade Federal
de Campina Grande

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE INFORMAÇÕES

Eu João Vítor de Silva, autorizo o uso de minhas respostas na entrevista, no trabalho de campo, voltado para inserção, proveito e colaboração, ao Trabalho de Conclusão de Curso, da Unidade Acadêmica de Geografia, no Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, realizada pelo graduando Francisco Dornelles Fernandes da Silva, de matrícula, 218230519.

João Vítor de Silva
Assinatura do Entrevistado

Francisco Dornelles F. da Silva
Assinatura do Responsável

Cajazeiras – PB, 10 de Junho de 2023